

ANDRÉ LUIS GOMES

**SOCIABILIDADE URBANA E USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:
A VIOLÊNCIA REAL E A IMAGINADA COMO ESTRUTURADORAS DO
COTIDIANO NA PERCEPÇÃO DOS JOVENS HABITANTES DE VIÇOSA-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633s
2020
Gomes, André Luis, 1980-
Sociabilidade urbana e uso dos espaços públicos : a
violência real e a imaginada como estruturadora do cotidiano na
percepção dos jovens habitantes de Viçosa-MG / André Luis
Gomes. – Viçosa, MG, 2020.
167 f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Violência urbana. 2. Espaços públicos. 3. Jovens -
Aspectos sociais - Viçosa (MG). I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 303.6

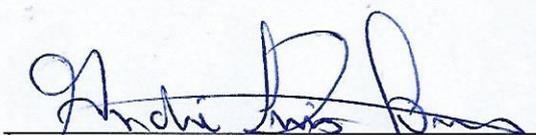
ANDRÉ LUIS GOMES

**SOCIABILIDADE URBANA E USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:
A VIOLÊNCIA REAL E A IMAGINADA COMO ESTRUTURADORAS DO
COTIDIANO NA PERCEPÇÃO DOS JOVENS HABITANTES DE VIÇOSA-MG**

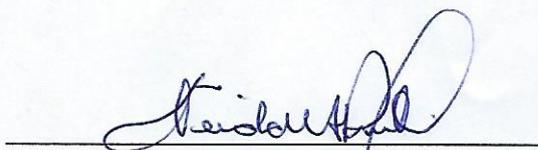
Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 20 de março de 2020.

Assentimento:



André Luis Gomes
Autor



Neide Maria de Almeida Pinto
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me dar força, coragem e saúde para enfrentar os momentos difíceis e seguir em frente;

Aos meus pais, Leda e José, pela educação que me deram e que me possibilitou ingressar na educação superior;

Ao doutor Geraldo Magela da Cruz Pereira, pelos ensinamentos em estatística, parceria nas publicações, conversas, risadas, brincadeiras e apoio fundamentais para trilhar o caminho do doutorado e terminá-lo com êxito;

Aos amigos Marco Aurélio Oliveira, Rogério Gomes Pêgo e Rosely Marília Castro da Silva, por acreditarem no meu trabalho, me apoiarem e torcerem por mim;

À minha orientadora, professora Neide Maria de Almeida Pinto, pela oportunidade de aprendizado, confiança, atenção e orientação valiosa, meu sincero obrigado!

À minha coorientadora, professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, pelos ensinamentos em metodologia científica e pela preocupação para que eu e outros colegas fizéssemos um bom trabalho;

Aos membros da banca de defesa, Amélia Carla Sobrinho Bifano, Clarice Cassab Torres, Ítalo Itamar Caixeiro Stephan e Viviani Silva Lírio, pela disposição em participarem da minha defesa, pelas brilhantes observações e ensinamentos;

Aos professores, Evandro Camargos Teixeira e Lílian Perdigão Caixêta, pela disposição em me atender, tirando dúvidas e dando sugestões que foram muito importantes para o desenvolvimento da minha tese e para o meu crescimento como profissional;

Aos colegas de trabalho, Cristiane, Isabel e Advânia, pelo apoio e carinho;

Aos técnicos administrativos do programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Aloísia e Anderson, pelo profissionalismo e pela disposição para me atender;

Aos alunos das escolas públicas e particulares, por aceitarem participar da minha pesquisa, pela sinceridade e paciência para responder o questionário;

Aos diretores, supervisores, professores e outros servidores das escolas, pela confiança e oportunidade para que eu desenvolvesse a minha pesquisa;

À responsável pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social e seus auxiliares, pela disposição em me atender e fornecer informações sobre Viçosa;

Aos servidores do 9º Batalhão de Polícia Militar, pela disposição e atenção para atender as minhas demandas sobre Viçosa;

À Universidade Federal de Viçosa, pelo acolhimento durante todos esses anos e oportunidade de realizar o doutorado com excelência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

GOMES, André Luis, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2020. **Sociabilidade urbana e uso dos espaços públicos: A violência real e a imaginada como estruturadora do cotidiano na percepção dos jovens habitantes de Viçosa-MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto.

A violência urbana no Brasil tem atingidos níveis cada vez mais elevados, variando em função de fatores socioeconômicos e sociodemográficos, o que a caracteriza como um problema socioespacial. Nesse sentido, este estudo buscou compreender como a violência urbana e a sua representação manifestada na forma de roubos, homicídios e agressões físicas influenciam no uso dos espaços públicos e nas sociabilidades dos jovens. Para tanto, tomou-se como referência o segmento de jovens estudantes residentes no município de Viçosa, MG, cujo segmento se justifica em função de serem as maiores vítimas de violência urbana no Brasil. Para tanto, elaborou-se três objetivos específicos, que deram origem a quatro artigos/capítulos, forma escolhida para estruturar a tese. O segundo capítulo apresentou a justificativa para a realização da pesquisa e foi a referência para a construção teórica que fundamentou a discussão dos capítulos seguintes. Nele, verificou-se como a violência urbana era abordada nos estudos nacionais e internacionais, entre os anos de 2014 e 2018. No terceiro capítulo, procurou-se caracterizar e compreender os tipos de violência na cidade de Viçosa, relacionando esses dados com as condições de desigualdade socioeconômica e espacial das vítimas. No quarto capítulo, fez-se uma análise da representação que os jovens tinham sobre a violência urbana nas Regiões Urbanas de Planejamento da cidade e os elementos que contribuíam para as suas representações. Por fim, no quinto capítulo, analisou-se a influência da violência urbana no uso dos espaços públicos e nas sociabilidades dos jovens. Para alcançar os objetivos, cada artigo apresentou procedimentos metodológicos específicos. Os resultados evidenciaram que as abordagens sobre violência urbana nos estudos retratavam aspectos específicos sobre o tema, resultando na formação de lacunas, como, por exemplo, nos estudos sobre as representações da violência urbana, cujo preenchimento deveria ser feito abordando a representação de diferentes indivíduos, associando essas representações aos espaços de ocorrência dos casos de violência. As análises sobre a influência da violência e de sua representação no uso dos espaços públicos e nas sociabilidades dos jovens evidenciaram que a desigualdade socioeconômica a qual estão expostos os jovens é o elemento propiciador da vitimização deles. Tal fenômeno se explica na medida em que os tipos de violência não atingem todos da mesma forma, variando conforme a Região Urbana de Planejamento, idade, sexo, cor e condições socioeconômicas. As análises da

representação dos jovens sobre as regiões consideradas seguras e inseguras revelaram que nem sempre as regiões representadas como seguras, realmente são, e que nem sempre a representação é construída em função dos dados reais sobre a violência, mas a partir das informações fornecidas pelos meios de comunicação, dos comentários das pessoas e da visão que se tem da polícia. Por fim, observou-se mudanças de conduta devido a situações de violência em jovens de regiões de renda baixa e elevada. Esse contexto levou a concluir que ter sido vítima de violência ou ter um membro da família como vítima eram fatores importantes na não determinação da mudança de conduta pelos jovens. De forma geral, concluiu-se que a violência em Viçosa é um problema socioespacial, apresentando relevantes diferenças em termos de tipo e quantitativos de casos de uma região para outra, sendo os jovens as maiores vítimas. Estes, a partir dos casos de violência vivenciados, da fala cotidiana dos indivíduos e dos meios de comunicação, elaboram representações negativas sobre determinados espaços da cidade e modificam a conduta cotidiana nesses espaços. Com isso, perde-se a possibilidade de convivência com o diferente, de vencer as barreiras sociais e de transformar os espaços públicos em locais mais seguros.

Palavras-chave: Espaço Público. Jovem. Sociabilidade. Violência Urbana.

ABSTRACT

GOMES, André Luis, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2020. **Urban sociability and the use of public spaces: Real and imagined violence as a structuring tool for everyday life in the perception of young inhabitants of Viçosa-MG.** Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto.

Urban violence in Brazil has reached increasingly higher levels, varying according to socioeconomic and sociodemographic factors, which characterizes it as a socio-spatial problem. In this sense, this study sought to understand how urban violence and its representation manifested in the form of robberies, homicides and physical aggressions influence the use of public spaces and the sociability of young people. To this end, the segment of young students residing in the municipality of Viçosa, MG, was taken as a reference, whose segment is justified because they are the biggest victims of urban violence in Brazil. To this end, 3 specific objectives were elaborated, which gave rise to 4 articles / chapters, the form chosen to structure the thesis. The second chapter presented the justification for conducting the research and was a reference for the theoretical construction that supported the discussion of the following chapters. In it, it was verified how urban violence was addressed in national and international studies between the years 2014 and 2018. In the third chapter, we sought to characterize and understand the types of violence in the city of Viçosa, relating these data to the conditions of socioeconomic and spatial inequality of victims. In the fourth chapter, an analysis was made of the representation that young people had about urban violence in urban planning regions of the city and the elements that contributed to their representations. Finally, in the fifth chapter, the influence of urban violence on the use of public spaces and the sociability of young people was analyzed. To achieve the objectives, each article presented specific methodological procedures. The results showed that the approaches to urban violence in the studies portrayed specific aspects on the theme, resulting in the formation of gaps, as, for example, in the studies on the representations of urban violence, whose filling should be done addressing the representation of different individuals, associating these representations with the spaces where violence cases occur. The analysis of the influence of violence and its representation on the use of public spaces and on the sociability of young people, showed that the socioeconomic inequality to which young people are exposed is the element that facilitates their victimization. This phenomenon is explained to the extent that the types of violence do not affect all in the same way, varying according to the Urban Planning Region, age, sex, color and socioeconomic conditions. The analysis of the representation of young people about the regions considered safe and unsafe,

revealed that the regions represented as safe, really are not. And that representation is not always built on the basis of real data on violence, but on the basis of information provided by the media, people's comments and the police's view. Finally, changes in conduct were observed due to situations of violence among young people from low and high income regions. This context led to the conclusion that having been a victim of violence or having a family member as a victim were important factors in the failure to determine the change in behavior by young people. In general, it was concluded that violence in Viçosa is a socio-spatial problem, with relevant differences in terms of type and number of cases from one region to another, with young people being the biggest victims. These, based on the cases of violence experienced, the daily speech of individuals and the media, elaborate negative representations about certain spaces in the city and modify the daily conduct in these spaces. With this, the possibility of living with the different is lost, of overcoming social barriers and of transforming public spaces into safer places.

Keywords: Public Space. Young. Sociability. Urban Violence.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	11
1. Contextualização do problema e sua abordagem.....	11
1.1. Delimitação do problema de pesquisa	15
2. Objetivos geral e específicos	18
3. Hipótese	18
4. Referencial teórico.....	19
4.1 Abordagens sobre criminalidade e violência.....	19
4.2 Representações sociais e violência urbana	24
5. Estrutura da tese.....	27
6. Referências Bibliográficas	28
CAPÍTULO 2 – O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA URBANA? UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	32
1. Introdução	33
2. Procedimentos Metodológicos.....	36
3. Resultados e Discussão.....	38
3.1 A violência urbana na perspectiva dos estudos internacionais	38
3.2 A perspectiva brasileira sobre violência urbana	43
4. Considerações Finais	50
5. Referências Bibliográficas.....	52
CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA URBANA EM CONTEXTOS DE DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA	56
1. Introdução	57
2. Teoria da desorganização social e da atividade de rotina	58
3. Violência urbana, desigualdade socioeconômica e espacial.....	63
4. Procedimentos Metodológicos.....	65
5. Resultados e Discussão.....	67
5.1 Caracterização da cidade Viçosa	67
5.2 As Regiões Urbanas de Planejamento e a violência urbana em Viçosa	74
6. Considerações Finais	84
7. Referências Bibliográficas	85
CAPÍTULO 4 – VIOLÊNCIA URBANA E A REPRESENTAÇÃO DOS JOVENS SOBRE OS ESPAÇOS DE SEGURANÇA E INSEGURANÇA.....	89
1. Introdução	90
2. Teoria das Representações Sociais	92

3.	Representação social da violência urbana	94
4.	Procedimentos Metodológicos.....	96
5.	Resultados e Discussão	98
5.1	Caraterização do local do estudo	98
5.2	A população do estudo: principais características	101
5.3	A visão dos jovens sobre a violência urbana nas RUP	103
6.	Considerações Finais	113
7.	Referências Bibliográficas.....	115
CAPÍTULO 5 – ESPAÇO PÚBLICO E SOCIABILIDADE EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA URBANA		118
1.	Crimes violentos, espaço público e interações sociais	121
3.	Procedimentos Metodológicos.....	124
3.1	Coleta dos dados e procedimentos de amostragem	124
3.2	Variáveis	126
3.3	Procedimentos estatísticos.....	127
4.	Resultados e Discussão	128
4.1	Caracterização da população e do local de estudo	128
4.2	A violência urbana em Viçosa, o uso dos espaços públicos e as sociabilidades	131
5.	Considerações Finais	143
6.	Referências Bibliográficas.....	146
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO GERAL DA TESE.....		150
APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....		156

CAPÍTULO 1

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1. Contextualização do problema e sua abordagem

A cidade é constituída por dois tipos de espaço, o construído, fechado e privatizado e os espaços abertos e de uso coletivo, sendo a apropriação dos dois espaços feita de forma diferente. Nesse sentido, jogos, reuniões, festas, encontros, cerimônias e atividades semelhantes, por se oporem à ideia de intimidade e privacidade, têm no espaço público o seu lugar ideal. (SANTOS, VOLGEL, MELLO, 1985). Do ponto de vista físico, são exemplos de espaços públicos as praças, as ruas e as praias e de modo mais amplo, qualquer outro lugar em que o acesso das pessoas não seja limitado, a não ser pelas normas que regulam o comportamento em áreas comuns. (GOMES, 2002).

O espaço público tem ao longo dos anos se tornado objeto de preocupação dos gestores de segurança pública e da população de forma geral, uma vez que a cada ano, mais pessoas são vítimas de violência¹ nesses espaços, sobretudo, de crimes violentos, ou seja, aqueles em que ocorre ameaça à integridade física ou à vida da vítima. (ADORNO, 2002). É o caso dos roubos, homicídios e agressões físicas.

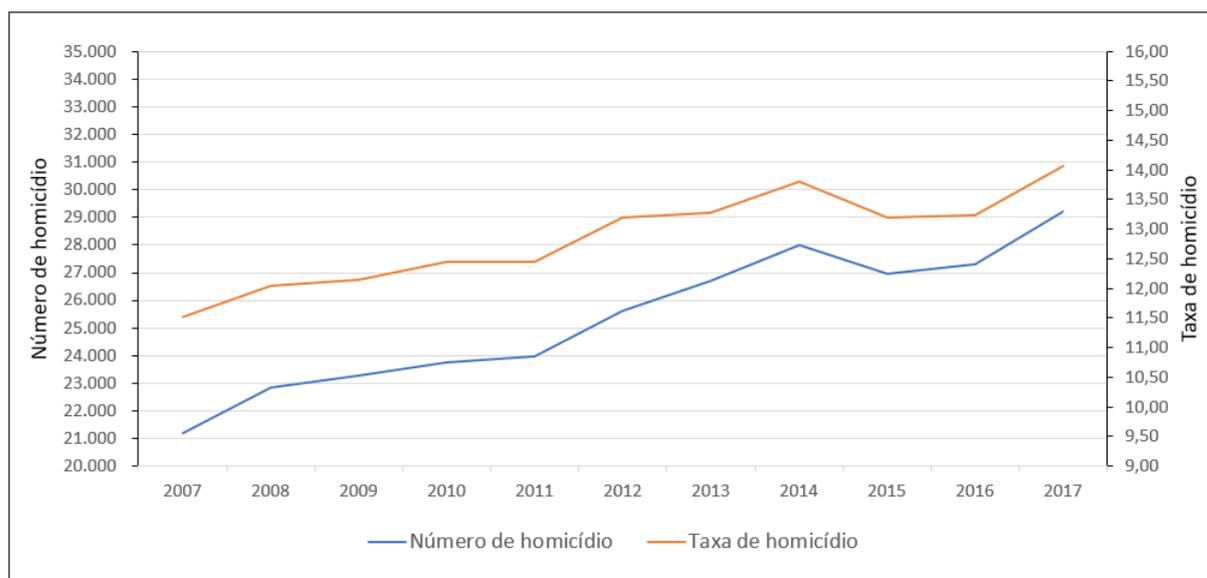
Uma análise dos homicídios²³ nos espaços públicos brasileiros (Gráfico 11) revelou que esses atos passaram de 21.188 em 2007 para 29.186 em 2017, maior valor registrado no país e que equivale a uma taxa de 14,5 mortes para cada 100 mil habitantes (DATASUS, 2020). Nesse período, as maiores vítimas foram os indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos, considerados jovens⁴ pelo Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013.

¹ Nos termos delineados neste estudo, violência é o emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força contra um indivíduo ou uma coletividade e que ao prejudicar o outro, caberia uma punição prevista em lei (ZALUAR, 1999; MICHAUD, 2013).

² O homicídio é classificado como a morte de um indivíduo devido a uma agressão intencional causada por uma ou várias pessoas. Incluem-se ainda como homicídios, as mortes por agressão devido a guerras internacionais, conflitos internos e distúrbios civis, as mortes por agressão cometidas por agentes públicos legais ou ilegais cometidos no exercício profissional, mesmo quando em legítima defesa por parte de qualquer pessoa. Excluem-se dessa categoria, os homicídios não intencionais, os acidentais e as tentativas de homicídio. O conceito operacional de homicídio para os dados procedentes da certidão de óbito é a soma das categorias da Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-10) relativas a: morte por agressão, morte por intervenção legal, morte por operação de guerra e as mortes por sequelas (PROTÓCOLO DE BOGOTÁ, 2015).

³ O homicídio foi escolhido para contextualizar a violência nas cidades brasileiras pela maior disponibilidade de dados e por ser o extremo da violência, pois elimina a vítima e não permite a sua recuperação (BRANDÃO; COSTA, 2015).

⁴ De acordo com os dados do DATASUS (2020), dos 29.186 casos de homicídios registrados no espaço público, 17.366 foram de pessoas jovens, sendo que desse total 77% (13.424) eram do sexo masculino, de cor negra/parda.

Gráfico 1 – Número e taxa de homicídio por 100 mil habitantes (2007 – 2017).

Fonte: Datasus (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil), 2019.

De acordo com Adorno (2003), o alto índice de violência no Brasil não é recente e nem se restringe a cidades de grande porte como São Paulo e Rio de Janeiro, sendo percebido nas cidades de menor porte desde 1990. Nessa década, o rápido acúmulo de capital provocou mudanças na urbanização e na metropolização das capitais, com diversos efeitos sobre as cidades de menor porte, a saber: a) diversificação da estrutura e composição social das populações interioranas; b) transformação dos estilos de vida, dos gostos e das exigências de consumo; c) diversificação dos contatos interpessoais e aumento da mobilidade das populações, inclusive para fora do país e; d) melhoria dos sistemas de comunicação, transporte público e da malha viária.

Juntamente com esses avanços e conquistas, observou-se o crescimento da pobreza situada em bairros de classe média, nos centros urbanos decadentes e nas periferias, locais com precários serviços urbanos que caminham lado a lado com a baixa oferta de trabalho, com a escolarização deficiente e com a falta de atendimento ao bem-estar das crianças, dos adolescentes e das famílias jovens recém constituídas. (ADORNO, 2003).

Dentro desse contexto, a realidade dos jovens que habitam essas regiões perpassa por contradições associadas à situação de pobreza que os atinge e atinge suas famílias. A família, grande parte das vezes, não tem condições de mantê-los ou de prover suas necessidades, o que os obriga ao ingresso no mercado de trabalho antes mesmo da maioridade, o que é proibido pela legislação brasileira. De acordo com a legislação, os jovens devem estudar até completar a idade para trabalhar. Por outro lado, o sistema educacional não se mostra inclusivo, o que é

confirmado pela significativa evasão ou expulsão de jovens das escolas⁵. Logo, trata-se de um grupo que não está na escola, mas que também não está trabalhando. Essa forma de tratar o jovem, tirando suas possibilidades e negando-lhe os direitos, tende a ser uma das causas mais importantes da violência. (BRICEÑO LEÓN, 2007).

Cano (1999), ao falar da violência, chama a atenção para os elementos anteriormente citados. Ele aponta diferenças nos tipos e nos quantitativos de casos de violência vivenciados na cidade, os quais variam em função de fatores como localização geográfica, renda da população e infraestrutura urbana.

Segundo o autor, quando se trata de roubos, os maiores índices estão associados a regiões de maior infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, geralmente, áreas onde reside a população de renda mais elevada. Já em relação aos homicídios, as maiores proporções são percebidas em áreas pobres da cidade, com pouco ou nenhum, serviço, equipamento e infraestrutura pública. Esses locais estariam associados a graves violações de direitos humanos, bem como de sobreposição de múltiplas carências econômicas e sociais. (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Essa diferenciação nos tipos e quantitativos de casos de violência, em função da região geográfica, evidencia que não está se tratando a violência no sentido amplo que o termo permite, mas de um tipo específico, denominado violência urbana. A qual é considerada um fenômeno socioespacial, pois apresenta uma dimensão social e outra espacial que estão relacionadas à espacialização dos atos violentos que ocorrem na cidade e também a influência dos espaços da cidade e do modo de vida urbano na configuração de determinados tipos de violência. Dentro desse contexto, tanto a violência real, quanto a representação social⁶ dela, atuam na produção e apropriação dos espaços urbanos, gerando novas percepções a respeito desses espaços, como também as configurações espaciais e com elas as suas representações atuam na construção da violência. (MAGRINI, 2014).

Além, portanto, da violência real, existe a representação da violência. A primeira, a violência real, pode ser caracterizada pelo uso da força física e que, ao prejudicar o outro,

⁵ De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019), entre os anos de 2014 e 2015, 12,9% dos alunos matriculados na 1ª série e 12,7% na 2ª série do ensino médio evadiram da escola. O 9º ano do ensino fundamental apresentou a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8, chegando a evasão a 11,2%, se forem consideradas todas as séries do ensino médio.

⁶ Sêga (2000, p. 128), ao falar sobre o conceito de representação social, afirma que esse seria “um conhecimento prático que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências de nossa realidade consensual e nos ajuda na construção social da nossa realidade”. Logo, as representações sociais tratam tanto da forma de pensar como de interpretar a realidade em que o indivíduo está inserido, bem como um modo de conhecer a atividade mental desenvolvida por esse indivíduo ao apresentar sua posição em relação a situações, objetos, eventos e comunicações.

caberia uma punição prevista em lei. (ZALUAR, 1999; MICHAUD, 2013). Já a representação da violência, está relacionada a uma construção simbólica que seleciona e indica um complexo de práticas que podem ser consideradas ameaças à integridade física e à garantia patrimonial, consideradas condições básicas do sentimento de segurança existencial, que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira da população. Embora a representação da violência aponte para o crime comum, o seu foco está na força que tem as práticas violentas de modificar as rotinas cotidiana dos indivíduos, rompendo com a normalidade. (SILVA, 2016).

Na visão de Misse (1999, p. 84), entre as representações tradicionais e a das práticas consideradas violência urbana, na representação das pessoas, há uma generalização, uma ideia de crescimento e de aumento da violência: “a violência urbana é representada como um « sujeito social » que envolve um conjunto de práticas de violência que se expande pelo tecido social em função de alguma razão social, macrossociológica, e não mais exclusivamente individual”.

A violência urbana, é capaz de fazer com que os indivíduos tenham receio de deixar uma filha caminhar à noite pelo bairro de residência, o carro estacionado na rua e um apartamento sem porteiro. De forma geral, os agentes dessa violência são representados como bandidos, marginais, vagabundos, traficantes e nas áreas de residência da população de renda baixa, a polícia, principalmente a polícia militar e os alcaguetes ou delatores.

As afirmações de Misse (1999) evidenciam que a violência urbana é capaz de gerar medo⁷ na população, a partir de situações vivenciadas ou conhecidas. Esse medo está presente até mesmo nas cidades onde não foram identificados casos de violência recentes, interligadas ao mundo pela globalização desse sentimento. Com isso, os habitantes das cidades tendem a modificar o seu comportamento e seu modo de vida, pois já não sabem mais diferenciar a violência que os preocupa e muito menos quem são os inimigos ou os agressores. (PEDRAZZINI, 2006).

Dessa forma, pode-se dizer que a violência urbana pode interferir, inclusive, sobre o “modo de vida urbano” e os “tipos urbanos” que se constituíam nas cidades (SIMMEL, 1983). Para Velho (2001, p. 205), “sociabilidade é esse território em que você está lidando com as interações⁸, com as redes de interações, com as situações interacionais dos mais, diferentes tipos”. Na visão de Díaz (2016), as sociabilidades se estabelecem em determinado tempo e

⁷ Segundo Delumeau (1999), o medo é uma forma de defesa, uma forma de se garantir contra os perigos, um reflexo provisório capaz de garantir ao indivíduo escapar mesmo que provisoriamente da morte. Para Bauman (2008), esse medo orientaria o comportamento, de forma que atuaria primeiro sobre a percepção de mundo, reformando-a, e depois sobre as expectativas que guiam as escolhas mentais.

⁸ Entende-se por interação a “ação recíproca exercida pelos parceiros – indivíduos ou equipes – de uma troca quando estão em presença uns dos outros.” (JOSEPH, 2000, p. 93).

espaço e ocorrem em contextos particulares, pois são partes de diferentes tipos de relação social. Conflito, suspeita e desconfiança são exemplos dessas formas de agir e pensar produzidas pelos indivíduos e que são vividas a partir da naturalização da situação existente.

Entretanto, a realidade mostra que a violência e a criminalidade têm tido sérias consequências sobre os espaços públicos, que têm sofrido um esvaziamento em termos das interações que neles ocorrem, as quais ficam restritas a determinados grupos e locais. Por outro lado, a população, no intuito de se proteger da violência, toma cada vez mais medidas de segurança, abandonando esses espaços ou trocando-os por outros considerados mais seguros, constituindo os “enclaves fortificados”, nos termos de Caldeira (2008).

Trata-se de “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho (CALDEIRA, 2008, p. 211)”. Esse é o caso dos espaços comerciais, das galerias e dos *shopping centers*, considerados espaços semipúblicos e que são marcados pelo horário de funcionamento, pela constante vigilância e, por não serem acessíveis a qualquer hora e nem por qualquer um, apresentam códigos e normas de uso, em que o habitante é um potencial consumidor (CARLOS, 2001).

Tal apropriação causa sérios danos às sociabilidades que, restritas a determinados grupos e locais, não permite que a segregação e a discriminação sejam superadas. (JACOBS, 2014). Além disso, ao evitar frequentar os espaços públicos, a população não poderá acabar com o medo e a desconfiança que as ronda (CARDIA, 2003). E quando a população fica menos ativa comunitariamente, ocorre o enfraquecimento das suas defesas tradicionais contra a violência que são os valores de solidariedade e os laços comunitários. (PEDRAZZINI, 2006).

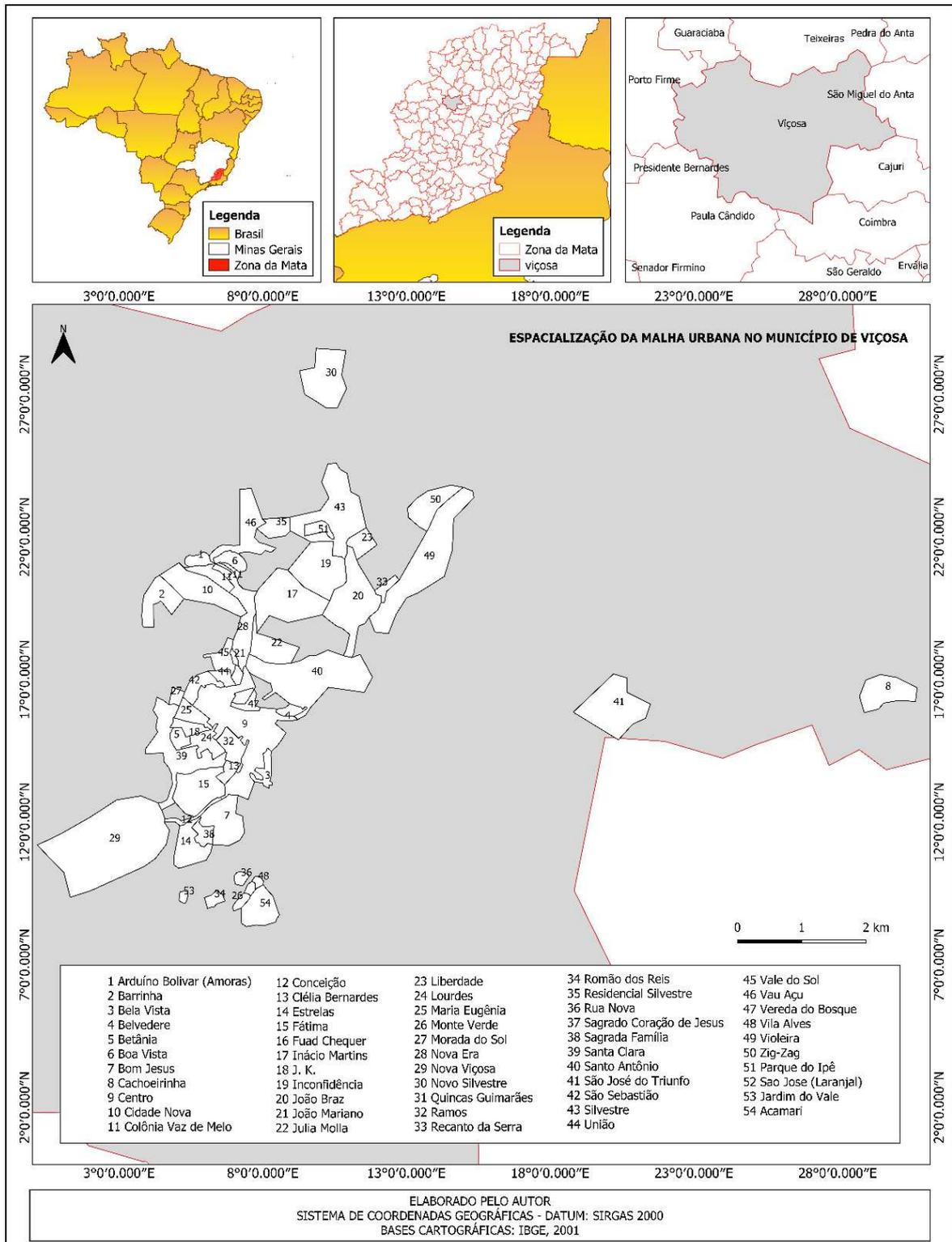
Essas discussões embasaram a pergunta que norteou este trabalho de pesquisa, que é: de que forma a violência urbana na forma de roubos, homicídios e agressões físicas influencia o uso dos espaços públicos e as sociabilidades?

1.1. Delimitação do problema de pesquisa

Para o desenvolvimento deste estudo, foi escolhido o município de Viçosa, classificado pelo Sistema Único de Assistência Social (2017) como de médio porte⁹ e que, como pode ser visto na Figura 1, está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais.

⁹ De acordo com o Sistema Único de Assistência Social (2009), são cidades de porte médio aquelas que variam de 50.001 até 100.000 habitantes.

Figura 1 – Localização do município de Viçosa - MG e espacialização da malha urbana.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Como pode ser visto na figura 1, a cidade é constituída por quatro distritos e 55 bairros, sendo os distritos: a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo. Em termos de densidade demográfica, a população estimada do município para o ano de 2019 era de 78.846 habitantes, estando a maior parte concentrada na área urbana. (IBGE, 2019).

Embora Viçosa seja uma cidade de porte médio, apresenta uma dinâmica característica de cidades de grande porte, como trânsito intenso, alta aglomeração de pessoas vivendo no centro e verticalização. (PAULA, 2013). Além disso, a cidade tem apresentado um crescente aumento nos índices de violência. Entre os anos de 2013 e 2017, sua taxa de homicídios passou de 33,23 para 54,13 por 100 mil habitantes – valor maior que o registrado em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, que, no mesmo período, passou de 30,44 para 21,25 homicídios para cada 100 mil habitantes. (INDÍCE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2019).

Dentro desse contexto de violência, assim como tem acontecido em boa parte das cidades brasileiras, a população mais afetada tem sido aquela na faixa etária de 15 a 29 anos, considerada jovem pelo Estatuto da Juventude Lei nº 4.529/04. O alto índice de violência vivenciado em Viçosa fez com que o Conselho Municipal de Segurança Pública (2014) realizasse no período de abril de 2013 a março de 2014, uma pesquisa sobre vitimização, com pessoas na faixa etária de 18 a 69 anos, moradores da cidade. Nesse estudo, foi evidenciado que pelo menos 22% da população havia sido vítima de roubo, furto, ameaça, agressão física, acidente de trânsito e ofensa sexual. Revelaram ainda que, em se tratando de roubos e furtos, Viçosa apresentava mais vítimas do que o estado de Minas Gerais.

Entretanto, como acontece em outras partes do país, esse alto índice de violência não ocorre da mesma forma em todos os espaços. O estudo realizado por Oleriano (2007) mostra que em 2005, ocorreu na cidade de Viçosa um grande número de assaltos à mão armada, sendo os bairros mais afetados o Clélia Bernardes, Lourdes e Ramos, bairros residenciais com grande parte da classe média da cidade. A pesquisa do Conselho de Segurança Pública (2014) também evidenciou que devido à violência urbana, os habitantes de Viçosa têm modificado seus comportamentos de forma que passaram a: a) não frequentar locais desertos; b) não ir em eventos com poucas pessoas; c) não andar pelas ruas com dinheiro ou objetos de valor que possam ser roubados; d) não sair à noite ou chegar muito tarde em casa e; e) mudar o trajeto da casa para o trabalho, a escola ou o lazer. Já com relação à moradia, algumas alterações devido à violência foram percebidas, a exemplo do aumento no tamanho do muro, grades nas janelas, cães de guarda e cerca elétrica.

Esse contexto descrito justifica o investimento em pesquisas que busquem analisar de que maneira a violência urbana, na forma de roubos, homicídios e agressões físicas, influencia no uso dos espaços públicos e nas sociabilidades dos jovens, nosso sujeito de investigação. Ainda, pergunta-se: quais os tipos de violência presentes nas Regiões Urbanas de Planejamento¹⁰ da cidade de Viçosa? E existe correlação desses dados com as condições de desigualdade social a qual estão expostas as vítimas? Qual a representação social os jovens estudantes têm de violência na cidade e quais elementos contribuem para essa representação?

2. Objetivos geral e específicos

Este estudo teve como objetivo geral compreender como a violência urbana e a sua representação influenciam no uso dos espaços públicos e nas sociabilidades dos jovens estudantes de escolas públicas, particulares e de Educação de Jovens e Adultos de Viçosa-MG, nos anos de 2018 e 2019.

Especificamente, pretendeu-se:

- 1) Caracterizar e compreender os tipos de violência presentes nas Regiões Urbanas de Planejamento da cidade de Viçosa, correlacionando esses dados com as condições de desigualdade social a qual estão expostas as vítimas;
- 2) Identificar a representação social que os jovens estudantes têm de violência na cidade e quais elementos contribuem para essa representação e;
- 3) Analisar a influência da violência urbana no uso dos espaços públicos e nas sociabilidades dos jovens estudantes.

3. Hipótese

A partir das questões apresentadas, procurou-se responder a questão de investigação, a qual buscou indagar de que maneira a violência urbana, na forma de roubos, homicídios e agressões físicas, bem como a sua representação, influenciam nas sociabilidades e no uso dos espaços públicos. Essa questão proporcionou à construção da seguinte hipótese:

H1 – Na expectativa de não ser vítima de roubos, homicídios e agressões físicas, o indivíduo tende a modificar o modo de se relacionar com os outros indivíduos e com os espaços da cidade.

¹⁰ De acordo com Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (2014), a área urbana de Viçosa pode ser dividida em RUPs (Regiões Urbanas de Planejamento), que são o agrupamento de bairros e ruas da cidade, tendo como critério a proximidade e a similaridade socioeconômica entre elas.

4. Referencial teórico

4.1 Abordagens sobre criminalidade e violência

O processo de industrialização pelo qual a Europa passou entre os séculos XVIII e XIX resultou em uma população excedente que, diante da fome e do desemprego e na busca por melhores condições de vida, migraram para a América, especialmente para os Estados Unidos. (FREITAS, 2002). Dessa forma, tal país, entre os anos de 1860 e 1900, deixou de ser agrícola e se tornou uma das maiores nações industriais do mundo. (EUFRÁSIO, 2013).

O processo industrial pelo qual os Estados Unidos passou fez aumentar nos centros urbanos das cidades o número de imigrantes que somavam aproximadamente 15% da população e de camponeses que, mesmo não tendo nenhuma qualificação profissional, saíram do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. O aumento natural da população norte-americana, atrelado às migrações no período de 1870 a 1920, fizeram com que o número de residentes praticamente triplicasse no país (FREITAS, 2002), gerando nas cidades graves problemas sociais, como pobreza, criminalidade, desemprego e prostituição. (TANGERINO, 2007).

Entre essas cidades com graves problemas econômicos e sociais, destacou-se Chicago, localizada no meio-oeste norte-americano, mais precisamente, um entreposto, que no ano de 1840 possuía uma população de 4.470 habitantes e que chegou a mais de um milhão em 1890. Ou seja, em 50 anos, a cidade apresentou um crescimento de mais de 200 vezes, chegando a 3,5 milhões em 1930. (COULON, 1995).

Dentro desse contexto, surgiu a Universidade de Chicago, objetivando conjugar trabalho acadêmico com prestação de serviços à comunidade. E a partir dela, surgiu também o Departamento de Sociologia, mais tarde conhecido como “Escola de Chicago”, voltada para as questões urbanas vivenciadas no período. (FREITAS, 2002).

O termo “Escola de Chicago” designa o conjunto de trabalhos de pesquisa realizado por professores e estudantes de sociologia da Universidade de Chicago, entre os anos de 1915 e 1940. (COULON, 1995). De acordo com Freitas (2002), os trabalhos desenvolvidos nessa Escola se dividem em três vertentes principais: 1) trabalho de campo e estudo empírico; 2) interacionismo simbólico e; 3) estudos das cidades com foco nos problemas gerados, relacionados a: migração, delinquência, criminalidade e problemas sociais.

Em relação à produção acadêmica do período, pensadores europeus como Spencer, Tonnies, Durkheim e Simmel influenciaram os pesquisadores do início da fundação da Escola

de Chicago. Simmel, por exemplo, com as discussões sobre racionalidade, impessoalidade e anonimato, características observadas por ele na vida das grandes cidades, influenciou os estudos sobre cidades, elaborados por Wirth (1967) e Park (1967), teóricos dessa Escola. (GONDIM, 2016)

Esses pesquisadores, ao perceberem o aumento dos problemas urbanos como decorrência da relação industrialização e urbanização, viram na cidade um reflexo dos comportamentos sociais. (LELIS, 2011). Foi o caso, por exemplo, de Wirth (1979), que ao falar sobre as cidades afirma que o centro urbano é iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural e propiciador de profundas mudanças na vida social.

A pobreza e o desemprego são, portanto, resultado do intenso processo de urbanização e de crescimento das cidades. (TANGERINO, 2007), os quais também trazem mudanças às interações sociais, uma vez que o aumento populacional, acima de certo limite, tende a afetar essas relações. Assim, quanto maior o número de pessoas participando de um processo de interação, maior a diferença potencial entre elas. (WIRTH, 1979).

Nesse contexto, o vínculo de parentesco, a urbanidade e os sentimentos característicos de uma vida em conjunto, de diferentes gerações, tenderiam ao desaparecimento ou se tornariam fracos, sendo cada vez mais substituídas pelas relações de caráter superficial, anônimas e transitórias. (WIRTH, 1979). Como consequência, as formas tradicionais de controle social como família, religião, escola e os costumes, até então considerados os responsáveis pelas condutas dos indivíduos, seriam substituídos pela escola, normas legais e pela repressão policial (FREITAS, 2002). Sobre o assunto, comenta Park (1976, p. 47):

A igreja, a escola e a família. — Numa cidade grande, onde a população é instável, onde pais e filhos estão empregados fora de casa e muitas vezes em partes da cidade distantes, onde milhares de pessoas vivem lado a lado durante anos sem nem ao menos um conhecimento de cumprimentar, essas relações íntimas do grupo primário se enfraquecem, e a ordem moral que sobre elas repousava dissolve-se gradativamente. A maioria de nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola e a família, tem sido, sob as influências desintegradas da vida citadina, grandemente modificada. A escola, por exemplo, tem assumido algumas das funções da família. Algo como um novo espírito de vizinhança e comunidade tende a se organizar em volta da escola e de sua solicitude pelo bem-estar físico e moral das crianças.

Entre os estudos na área urbana desenvolvidos pela Escola de Chicago, destacam-se os relacionados à criminalidade e à violência, fenômenos que apenas a partir do surgimento dessa Escola passaram a ser visto como produto do urbano. (FREITAS, 2002). Nesse contexto, as novas teorias sobre violência, desenvolvidas a partir da Escola de Chicago, abandonaram a hipótese de que a delinquência era uma característica do indivíduo e passaram a focar nas

circunstâncias sociais capazes de fazer com que os indivíduos optem pela delinquência, as quais estariam presentes na vida urbana. (TANGERINO, 2007). Entre essas teorias desenvolvidas para explicar as causas da criminalidade e da violência, pode-se citar: a anomia, a associação diferencial, o controle social, a escolha racional, a desorganização social e a atividade de rotina.

De acordo com Merton (1968), a teoria da anomia é caracterizada pela ruptura na estrutura social, sendo mais frequente em momentos de forte separação entre as normas, a cultura e as capacidades socialmente estruturadas dos membros de um grupo em agir de acordo com as normas citadas. Nesse contexto, a estrutura cultural pode ser entendida como um conjunto de valores normativos que atuam sobre a conduta comum dos membros de uma sociedade. Já a estrutura social, designa um conjunto organizado de relações sociais em que membros de uma sociedade ou grupo participam de diferentes formas.

A segunda teoria, associação diferencial, entende que a criminalidade é apreendida pela associação direta ou indireta com indivíduos que praticam algum tipo de crime, em que os indivíduos que aprendem esse comportamento criminoso estão distantes de contatos íntimos e frequentes com comportamentos de obediência à lei. (SUTHERLAND, 2014). O autor citado, ao falar sobre assunto, faz uma distinção entre os criminosos de colarinho branco e os criminosos de classe social baixa, afirmando que em ambos os casos a entrada para a criminalidade se dá a partir da relação estabelecida com indivíduos criminosos:

Aqueles que se tornam criminosos de colarinho branco geralmente iniciam suas carreiras em bons bairros e boas casas, formados em faculdades com certo idealismo e com pouca seleção da parte deles, entram em situações comerciais específicas em que a criminalidade é praticamente um caminho comum e são induzidos a esse sistema de comportamento, assim como a qualquer outro caminho comum. Os criminosos de classe baixa geralmente iniciam suas carreiras em bairros e famílias deteriorados, encontram delinquentes de quem eles adquirem atitudes e técnicas de crime através da associação com delinquentes e em segregação parcial de pessoas que cumprem a lei. (SUTHERLAND, 2014, p. 11).

O estudo da associação diferencial proporcionou a Sutherland e Cressey (1999) chegarem as seguintes conclusões: 1) o comportamento criminal não é herdado, mas apreendido; 2) a apreensão do comportamento criminal ocorre partir das relações que o indivíduo estabelece; 3) as relações com as pessoas íntimas são o principal meio de aprendizado do comportamento criminal; 4) a aprendizagem do comportamento criminoso incluem as técnicas de cometimento do crime, os sentidos construídos sobre os motivos, as racionalizações, os impulsos e as atitudes; 5) os sentidos dos motivos e impulsos é apreendido a partir da observação dos códigos legais considerados favoráveis ou desfavoráveis; 6) a pessoa se torna um delinquente devido ao excesso de definições favoráveis a violação das leis sobre as

definições desfavoráveis a violação de leis; 7) a associação diferencial pode variar em frequência, duração, prioridade e intensidade; 8) o processo de aprendizagem do comportamento criminoso, por meio da associação com padrões criminais e anticriminais, envolve todos os mecanismos presentes em outros processo de aprendizagem e; 9) embora o comportamento criminoso seja uma expressão de necessidades e valores gerais, não é explicado por essas necessidades e valores gerais, uma vez que o comportamento não criminoso é uma expressão das mesmas necessidades e valores.

Com relação à terceira teoria, denominada de teoria do controle social, ela afirma que a motivação para o desvio não é suficiente para explicar a razão de alguns indivíduos entrarem para o mundo do crime e outros não, de forma que seria mais importante tentar entender o motivo que levaria os indivíduos a seguirem as regras sociais e não violarem as normas legais. (TRAUB; LETTLE, 1999). Segundo Hirschi (1969), nas teorias do controle social, os atos delinquentes são resultado do fraco vínculo do indivíduo com a sociedade ou da quebra desse vínculo. Segundo Junger-Tas (1992, p. 26):

Quanto mais os jovens se apegam a outros significativos, quanto mais se comprometem com os valores dos subsistemas convencionais, quanto melhor se envolvem em sistemas convencionais e quanto mais acreditam em valores e normas convencionais, quanto mais conformes e menos delinquentes serão seus comportamentos.

A quarta teoria, teoria da escolha racional, afirma que o indivíduo comete uma infração penal baseado na ideia de que o retorno com a infração será maior do que o retorno caso ele utilize o seu tempo e recursos em outras atividades. Nesse sentido, o que faz um indivíduo entrar para o mundo do crime não são as motivações básicas, uma vez que essas são as mesmas de qualquer outro indivíduo, mas os benefícios e os custos, os quais se diferem dos outros indivíduos. (BECKER, 1968).

Essa abordagem implica que existe uma função que relaciona o número de ofensas de qualquer pessoa à probabilidade de condenação, à punição se condenada e a outras variáveis, como a renda disponível a ele em atividades legais e outras atividades ilegais, a frequência de prisões incômodas e sua vontade de cometer um ato ilegal (BECKER, 1968, p. 9).

Por fim as duas últimas teorias – teoria da desorganização social e da atividade de rotina – são as teorias que serão utilizadas neste estudo, pois como se verá à frente, diferente das outras teorias, elas entendem o crime violento como resultado de desigualdade socioeconômica e

sociodemográfica, bem como do acelerado processo de industrialização e urbanização pelo qual o Brasil passou.

Esses processos resultaram na produção de uma cidade dual, ou seja, parte da cidade amparada pela legislação urbanística, dotada de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e geralmente habitada pela população de renda mais elevada. A outra parte, fora dessa legislação, marcada pela deficiência ou inexistência de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços, como, por exemplo, as favelas e áreas periféricas da cidade, onde além das carências sociais e econômicas, existe o tráfico de drogas e a circulação de armas de fogo que causam a morte de vários jovens todos os anos.

Segundo Thomas e Znaniecki (1999), a teoria da desorganização social pode ser compreendida como a redução da influência das regras sociais de comportamento sobre os indivíduos que fazem parte de determinado grupo, devido à quebra de uma regra específica por um indivíduo ou devido a deterioração geral de todas as instituições do grupo. Em períodos de estabilidade social, a desorganização social é neutralizada pelas atividades do grupo e pelo poder de sanção das normas existentes.

Entretanto, esse equilíbrio pode ser perturbado quando processos de desorganização não podem mais ser verificados por quaisquer tentativas de reforço das regras existentes, situação que pode levar a dissolução completa do grupo. No entanto, essa situação tende a não ocorrer, visto que antes de completar esse processo, ocorre uma reorganização social conhecida como reconstrução, caracterizada pela criação de novos esquemas de comportamento e de novas instituições melhor adaptadas às demandas alteradas do grupo.

Com relação à teoria da atividade de rotina, ela se baseia na ideia de que a vitimização decorre de três elementos: uma vítima potencial, um potencial agressor e a ausência de guardiões que possam prevenir violações. Sendo assim, atividades de rotina, ou seja, quaisquer atividades, sejam elas recorrentes ou prevalentes, necessárias para o provimento básico ou individual, como, por exemplo, o trabalho, o lazer, a interação social e a educação realizada dentro de casa ou nas proximidades e entre a família ou outros grupos primários levariam ao menor risco de vitimização devido a maior capacidade de tutela. (COHEN: FELSON, 1999).

Além desse elementos, Beato, Peixoto e Andrade (2000) destacam outros cinco elementos capazes de fazer com que alguns indivíduos sejam mais vítimas do que outros, sendo estes: 1) Exposição do indivíduo, a partir do tempo que frequenta determinados locais públicos, com contatos e interações com outros indivíduos; 2) Proximidade entre a vítima e o agressor, dependente do local de residência de ambos, das características socioeconômicas, da idade, do sexo e da proximidade de interesses culturais; 3) Capacidade de proteção da vítima, ou seja, a

sua capacidade de resguardar-se de situações de risco, evitando contato com possíveis agressores; 4) Atratividade da vítima, baseada na menor possibilidade de resistência frente a casos de violência, oferecendo menor risco de aprisionamento e; 5) Possibilidade de maior retorno para o criminoso, a partir da relação entre os ganhos com o crime e o possível aprisionamento.

Finalmente, é importante ressaltar que o foco deste estudo não é apenas a violência, mas a representação social dos indivíduos sobre ela, os quais, guiados pela expectativa de sofrerem algum tipo de violência, podem modificar a forma de se relacionar com os indivíduos e com os espaços públicos. Nesse sentido, o próximo tópico pretende abordar um pouco da teoria da representação social e a sua relação com a violência urbana

4.2 Representações sociais e violência urbana

A representação social pode ser estudada a partir de pelo menos três perspectivas. A primeira delas tem como base os estudos de Doise (2002), o qual afirma que as representações sociais têm como objetivo articular explicações individuais com societais, evidenciando como os indivíduos dispõem de processos capazes de lhes fazer funcionar em sociedade e como dinâmicas sociais orientam o funcionamento desse processo. Dentro desse contexto, quatro níveis influenciam essa análise, que são: 1) Intraindividuais, em que o foco está na forma como os indivíduos organizam as experiências com o meio ambiente; 2) Interindividuais e situacionais, que entende os indivíduos como intercambiáveis, sendo os sistemas de interação desses indivíduos os responsáveis por fornecer princípios explicativos típicos da dinâmica desse nível; 3) Posicional, cuja ênfase está nas posições apresentadas pelos indivíduos nas relações sociais e como essas posições influenciam nos processos de primeiro e segundo nível e; 4) Ideológico, que trata dos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais responsáveis por dar significação aos comportamentos dos indivíduos e as diferenciações sociais.

Em relação à segunda perspectiva, chamada “Teoria do Núcleo Central”, um dos primeiros estudos foi realizado por Abric (2001), o qual afirma que a representação está organizada ao redor de um núcleo central, elemento essencial da representação, pois estabelece o significado e a organização da representação. Ao redor desse núcleo, são organizados e hierarquizados elementos periféricos mais flexíveis, os quais são facilitadores da representação a diferentes contextos sociais.

Esses elementos periféricos contêm informações retidas, selecionadas e interpretadas, julgamentos feitos sobre o objeto e seu ambiente, estereótipos e crenças, e são hierarquizados de forma que podem estar mais próximos ou mais distantes do núcleo central. Quando mais perto, atuam na realização do significado de representação e quando mais distante, vão ilustrar, esclarecer e justificar o significado dessa representação.

Além disso, segundo o ator citado responde a três situações essenciais: a) Concreta: interagem com os elementos da situação em que a representação acontece falando sobre o presente e a experiência vivida do indivíduo; b) Regulação, trata da adaptação da representação a modificações do contexto e; c) Defesa, funciona como um sistema de defesa da representação, visto que o núcleo central é resistente a mudanças, ou seja, os elementos periféricos vão atuar como amortecedores das modificações pelas quais o núcleo central tem que passar.

Por fim, a terceira perspectiva, baseia-se nos estudos desenvolvidos por Moscovici (2007) e será a teoria abordada neste estudo. Essa perspectiva entende as representações sociais como uma série de proposições capazes de fazer com que coisas e pessoas sejam classificadas, seus caracteres descritos e seus sentimentos e ações explicados, podendo ser considerados: “fenômenos específicos que estão relacionados com o modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. (MOSCOVICI, 2007, p. 49)”.

Segundo o autor supracitado, os indivíduos percebem o mundo como ele é, e todas as percepções que ele faz desse mundo, bem como as suas ideias e atribuições são respostas dele ao ambiente em que está inserido. Nesse sentido, o ser humano se distingue do ambiente em que vive pela necessidade que tem de avaliar os seres e objetos de forma correta e de compreender a realidade completamente.

Dentro desse contexto, para Moscovici (2010), as representações sociais tendem a fazer presente as coisas ausentes e as apresentar de modo a satisfazer as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e integridade normativa do grupo. Ela possui um status simbólico estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado por meio de algumas proposições transmissíveis e no melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna emblema.

Para Jodelet (2001), uma das representantes dessa perspectiva, a representação social está relacionada a um objeto e a um sujeito, entretanto seu esquema tem como foco apenas o sujeito. Esse sujeito deve ser considerado como ator social ativo, o qual sofre os efeitos da vida cotidiana e que se desenvolve num processo de interação e inscrição e não como um sujeito passivo e indiferente.

Porto (2006), ao falar sobre as representações sociais, chama a atenção para as possibilidades nela contidas, uma vez que nas representações estão presentes as questões objetivas e subjetivas que permeiam a vida cotidiana do indivíduo. O conhecimento que se constrói pela representação pode ser entendido como um conhecimento de segundo grau. Esse entendimento parte da ideia não de que ele seja menos importante do que um outro tipo de conhecimento, mas pelo fato de que sua construção se faz na medida em que se interroga a realidade o que se pensa sobre ela. (PORTO, 2006). No caso da violência, isso se daria “exemplificando ao invés de centrar a análise em dados brutos da violência, interroga (m)-se imaginário (s) construído (s) sobre violência. (PORTO, 2006, p. 253)”.

De acordo com a autora citada, essa é uma relação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa, o que não deverá ser entendido como um dado, mas que deve ser construído como um. Essa forma de entender a representação social faz sentido, mesmo nos casos como ela tem feito de priorizar a questão empírica mais do que o normatizado e se faz ainda mais necessária quando o objeto de estudo é a violência a qual não é um conceito teórico, mas um fenômeno empírico. (PORTO, 2006). Nesse sentido, os pressupostos de caráter metodológico sobre representação social seriam:

as Representações Sociais a) “embora resultado da experiência individual, (...) são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) em decorrência do exposto em ‘b’, apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e) em decorrência do exposto em c) pode-se admitir a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre os fenômenos e suas representações sociais, que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras mas a matéria prima do fazer sociológico (PORTO, 2006, p. 254)”.

Para Silva (2004), a violência urbana enquanto representação social indica um conjunto de práticas legais e administrativamente definidas como crime e que tem como elemento característico a força física, que ameaça à integridade física e a garantia patrimonial, consideradas condições essenciais para a segurança existencial. Além disso, apesar da violência urbana tratar dos crimes comuns, ou seja, os crimes praticados com violência e grave ameaça, seu foco é na força que têm essas práticas, capazes de modificar a rotina da população, abalando as estruturas da normalidade, uma vez que atua sobre os aspectos considerados mais relevantes dentro das relações sociais, sobre os quais os indivíduos orientam as ações e constroem sentidos.

Na visão de Misse (1999, p. 84), entre as representações tradicionais e a das práticas consideradas violência urbana, percebe-se que, na representação das pessoas, há uma

generalização, uma ideia de crescimento e de aumento da violência. Segundo o autor, “a violência urbana é representada como um « sujeito social » que envolve um conjunto de práticas de violência que se expande pelo tecido social em função de alguma razão social, macro-sociológica, e não mais exclusivamente individual”.

De acordo com Silva (2004), a violência urbana é a transformação do uso da força, de mero meio de obter interesses, em uma forma de regulação das relações sociais. Essa forma de articulação das práticas sociais torna autônoma parte das rotinas cotidianas, produzindo uma forma de vida que é contígua à tradicional e que, por isso, não interfere sobre os cursos de ação articulados em torno da ordem estatal.

Como é a força que estrutura as relações, não há espaço para a distinção entre as esferas política, moral e econômica. Seus agentes são vistos como o limite do individualismo, na medida em que o abandono de referências coletivas utilizadas para obter interesses individuais acaba eliminando também o autocontrole. (SILVA, 2004).

5. Estrutura da tese

A tese foi composta por seis capítulos, sendo o capítulo 1, os aspectos introdutórios; os capítulos 2, 3, 4, e 5, a pesquisa realizada, em que cada capítulo foi estruturado no formato de artigo e o capítulo 6, que apresenta a conclusão geral do estudo.

O segundo capítulo, **O que dizem os estudos sobre violência urbana? Uma análise das abordagens nacionais e internacionais**, diferentemente dos demais artigos, é um artigo teórico que trata da justificativa para o desenvolvimento deste estudo. Ele foi elaborado a partir da análise de publicações nacionais e internacionais sobre violência urbana, publicadas em periódicos entre os anos de 2014 e 2018. Nesse capítulo, são apresentadas as diferentes abordagens sobre violência urbana, bem como as lacunas identificadas nos estudos, as quais apresentaram as justificativas teóricas para a realização desta pesquisa e foi referência para a construção teórica que norteou o desenvolvimento dos capítulos 3, 4 e 5.

O terceiro capítulo, denominado **Violência urbana em contextos de desigualdades socioeconômica**, trata do objetivo 1 e, nele, buscou-se caracterizar e compreender os tipos de violência presentes nas Regiões Urbanas de Planejamento da cidade de Viçosa. Essa análise foi feita a partir da correlação dos dados de violência registrados nos boletins de ocorrência da Polícia Militar, com as condições de desigualdade social as quais estão expostas as vítimas nas Regiões Urbanas de Planejamento de Viçosa. Para tanto, foi feita pesquisa bibliográfica e

pesquisa documental, utilizando dados da Polícia Militar, da Prefeitura Municipal de Viçosa e do CENSUS (Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável).

O quarto capítulo, **Violência urbana e a representação dos jovens sobre os espaços de segurança e insegurança**, agrega o objetivo 2 e objetivo 3, que trataram de caracterizar o perfil socioeconômico dos jovens que fizeram parte da pesquisa e analisar a representação que eles têm sobre a violência urbana nas diferentes Regiões Urbanas de Planejamento da cidade, bem como os elementos que contribuem para essa representação.

Para tanto, foram utilizados dados primários obtidos a partir da aplicação de um questionário, contendo questões sobre violência urbana, a 618 jovens que residem nas diferentes regiões de planejamento da cidade. Além dessa base de dados, foram também utilizados dados secundários obtidos na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Viçosa e no CENSUS (Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável).

O quinto capítulo, **Espaço público e sociabilidade em contexto de violência urbana**, busca analisar a influência da representação social da violência urbana no uso dos espaços públicos e nas interações sociais dos jovens estudantes de Viçosa. Para tanto, foram utilizados dados primários e secundários, sendo os dados primários coletados por meio de questionário semiestruturado que fora aplicado aos 618 jovens estudantes de escolas públicas e particulares dos diversos bairros de Viçosa. Os dados secundários foram obtidos do CENSUS (Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável) e dos boletins de ocorrência coletados na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Viçosa.

Por fim, o sexto capítulo apresenta a conclusão geral, a qual procurou responder à questão que norteou o estudo: de que forma a violência urbana e a sua representação influenciam as sociabilidades e o uso dos espaços públicos? Para tanto, uma síntese dos principais achados foi realizada, tendo como base os objetivos de cada capítulo e a hipótese da pesquisa.

6. Referências Bibliográficas

BOGOTÁ, Cámara de Comercio et al. Protocolo de Bogotá sobre calidad de datos de homicidio en América Latina y el Caribe. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 103-140, 2003.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. In: **The economic dimensions of crime**. Palgrave Macmillan, London, 1968. p. 13-68.

BRICEÑO LEÓN, Roberto. Violencia urbana en América Latina: un modelo sociológico de explicación. **Espacio Abierto**, v. 16, n. 3, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acessado em 25 de março de 2020.

BEATO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.

BOGOTÁ, Cámara de Comercio et al. Protocolo de Bogotá sobre calidad de datos de homicidio en América Latina y el Caribe. 2015

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

CANO, Ignacio. (1998), “Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro”. Em: NAJAR, Alberto Lopes [e] MARQUES, Eduardo Cesar (orgs). **Saúde e espaço: Estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

CARDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. **Lusotopie 2003**, p. 299-328, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

Cidades, I. B. G. E. "Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em abril (2020).

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American sociological review**, p. 588-608, 1979.

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: OBSERVATÓRIO SOCIAL INTERDISCIPLINAR DA UFV. **Mapa da segurança pública Viçosa-MG**. Relatório preliminar. Viçosa, 2014.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago: Introdução e Origens**; São Paulo: Editora Papirus, 1995.

CRUZ, T. A. (Coord.). **Retrato social de Viçosa V**. Viçosa, MG: Censur, 2014. 91p.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300 - 1800**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DÍAZ, Miguel Ángel Aguilar. El caminar urbano y la sociabilidad. Trazos desde la Ciudad de México. *Alteridades*, v. 26, n. 52, p. 23-33, 2016.

ESCOLAR, INEP Censo. notas estatísticas. **Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2019.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago, 1915-1940**. 2 ed. São Paulo: USP, Ed. 34, 2013. 303 p.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. Método, 2002.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. In: **Seminário de história da cidade e do urbanismo, 14, 2016**, São Carlos. Anais do XIV seminário de história da cidade e do urbanismo. São Carlos: 2016.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Bertrand Brasil, 2002.

HIRSCHI, Travis. A control theory of delinquency. **Criminology theory: Selected classic readings**, v. 1969, p. 289-305, 1969.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman ea microsociologia**. FGV, 2000.

JUNGER-TAS, Josine. An empirical test of social control theory. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 8, n. 1, p. 9-28, 1992.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 83-98, 2014.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989. p. 66.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MERTON RK. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou; 1970.

OLERIANO, Eliseu dos Santos. **Espacialização da criminalidade em Viçosa-MG: Mapeamento, Reflexões e uso do SIG para o planejamento preventivo**. 2007. Monografia (Geografia, Universidade Federal de Viçosa). Viçosa (MG). 2007.

PAULA, Karina de Almeida. (2013). **A produção do espaço urbano vertical na área central de Viçosa, no período 1980-2012**. Dissertação de Mestrado. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa.

PARK, Robert E. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano**. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006. 188 p.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, Arno Vogel, and Marco AS MELLO. **"Quando a rua vira casa."** São Paulo: Projeto (1985).

SUTHERLAND, Edwin Hardin. A criminalidade de colarinho branco. **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**, v. 2, n. 2, 2014.

_____.; CRESSEY, Donald R. **The theory of differential association**. In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. *Theories of deviance*. Itasca, IL. 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Mórula Editorial, 2016.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal**. Simmel. São Paulo: Ática, p. 165-181, 1983.

SOCIAL, Assistência. **"Sistema Único de Assistência Social."** *Norma Operacional Básica* (2009).

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e cidade: violência urbana ea Escola de Chicago**. Editora Lumen Juris, 2007.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, Florian. **The concept of social disorganization**. In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. *Theories of deviance*. Itasca, IL. 1999.

TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. **Theories of deviance**. Itasca, IL. 1999.

VELHO, Gilberto. [Entrevista concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira]. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida “. Tradução de Marina Corrêa Treuherz. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 97-122, 1967.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 1, p. 13-107, 1999. VIII, Ano. Cadernos IPPUR / UFRJ Ano VIII, N ° 2 / 3, Set / Dez. 1994

CAPÍTULO 2

O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA URBANA? UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

WHAT DO URBAN VIOLENCE STUDIES SAY? AN ANALYSIS OF NATIONAL AND INTERNATIONAL APPROACHES

Resumo

A violência urbana tem se constituído como um dos mais graves problemas na vida da população brasileira, gerando grandes impactos nos setores de segurança pública e saúde, bem como na forma de construção das sociabilidades e do uso dos espaços públicos. Dentro desse contexto, o objetivo deste estudo foi verificar como esse tema tem sido abordado nos estudos nacionais e internacionais, entre os anos de 2014 e 2018. Para tanto, tomou-se para análise os artigos publicados nesse interstício e disponibilizados no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da Capes, utilizando como método a análise de conteúdo e o *software* Iramuteq. Os resultados evidenciaram a presença de diferentes abordagens sobre o tema, tanto nos estudos nacionais como nos internacionais. As abordagens sobre o tema foram tão amplas quanto são os casos de violência urbana. As temáticas enfatizaram aspectos da segurança pública, interações sociais, saúde, resiliência, comunicação e segurança, sendo a questão espacial e as representações sociais elementos importantes nas aproximações e distanciamentos de alguns desses temas. Além disso, percebeu-se a persistência de temas antigos no debate atual, a exemplo dos estudos sobre a violência oficial do Estado e a não oficial praticada pelos traficantes e milicianos, o surgimento de novas abordagens, aliado à presença de lacunas nos estudos brasileiros, especialmente associadas a representações da violência urbana por diferentes indivíduos, relacionando-as aos espaços de ocorrência dos casos de violência.

Palavras-chave: Violência urbana. Análise de conteúdo. Produção acadêmica.

Abstract

Urban violence has been constituted as one of the most serious problems in the life of the Brazilian population, generating great impacts in the public security and health sector, as well as in the form of building sociability and the use of public spaces. Within this context, the objective of this study was to verify how this theme has been addressed in national and international studies between the years 2014 and 2018. For this purpose, articles published in this interstice and made available on Google Scholar and on the Portal were taken for analysis. of Capes Journals, using content analysis and the Iramuteq software as a method. The results showed the presence of different approaches on the theme, both in national and international studies. The approaches on the theme were as wide as are the cases of urban violence. The themes emphasized aspects of public security, social interactions, health, resilience, communication and security, with the spatial issue and social representations being important elements in the approximation and distance of some of these themes. In addition, there was a persistence of old themes in the current debate, such as studies on official state violence and unofficial violence by traffickers and militiamen, the emergence of new approaches, coupled with the presence of gaps in Brazilian studies, especially associated with representations of urban violence by different individuals, relating them to the spaces in which cases of violence occur.

Keywords: Urban violence. Content analysis. Academic production.

1. Introdução

A violência urbana tem se constituído como um dos problemas mais graves e de difícil solução na vida da população brasileira. Considerando-se apenas o seu extremo, os homicídios, entre os anos de 2005 e 2015, saltaram de 48.136 para 59.080 casos, ou seja, um aumento de 22,7%. Tamanha é a magnitude do problema que, ao se analisar os casos ocorridos em 2015, percebe-se que esses são mais elevados do que a soma dos ataques terroristas ocorridos no mundo, nos cinco primeiros meses de 2017, que foram 498 ataques com 3.314 vítimas fatais. (CERQUEIRA et al., 2017).

Esse alto índice de violência registrado tem grande impacto no setor público, que passa a gastar cada vez mais com a segurança da população, nomeadamente, com policiamento, aprisionamento e justiça. Tais gastos, segundo Minayo e Souza (2005), são três vezes mais do que se gasta com ciência e tecnologia no país. Além da segurança, a violência tem sérias consequências sobre as sociabilidades e o uso dos espaços públicos, pois modifica as rotinas cotidianas dos habitantes da cidade e a forma de eles interagirem uns com os outros (SILVA, 2004) e com o espaço público. As interações passam a ser evitadas em decorrência do medo e da insegurança gerados pela violência. (BAUMAN, 2005).

Essas questões, associadas à violência urbana, permeiam o debate que emerge em diferentes setores da sociedade, quer seja na mídia, na segurança pública, na saúde, nos movimentos sociais e na academia, agregando pesquisadores de diferentes partes do país e de campos do conhecimento, resultando em uma vasta produção de artigos, dissertações e teses.

No âmbito acadêmico, pesquisas sociológicas sobre violência emergem como tema de investigação antes do ano de 1970, quando aparecem as primeiras. Essas produções se multiplicaram nas décadas de 1970 e 1980, com foco nos diferentes tipos de violência que ocorriam no espaço urbano, como: violência doméstica, violência contra homossexuais, violência contra mulheres, violência contra crianças, violência policial, violência nas prisões, violência nas escolas, violência de torcedores de futebol, violência na mídia, violência no trânsito e violência de gangues (LIMA, MISSE, MIRANDA, 2000).

Os autores supracitados, ao falarem sobre violência urbana, afirmam que ela tende a englobar questões de outros campos temáticos, gerando a necessidade de abordagens analiticamente mais abrangentes, como as produzidas por: Velho (1996), que chama a atenção para uma crise na reciprocidade; Adorno (1998), que discute o esgotamento dos modelos convencionais de controle social; Zaluar (1999c), que fala sobre um retrocesso civilizatório, tendo como base as teorias de Norbert Elias; Machado da Silva (1999), que sugere a emergência

de um outro tipo de sociabilidade, a sociabilidade violenta, capaz de atuar sobre as rotinas cotidianas dos indivíduos e; Misse (1999) que fala de uma acumulação social da violência.

Nos estudos de Gilberto Velho, percebe-se a influência da Escola de Chicago, mais precisamente das teorias de Becker, para o estudo do comportamento desviante e de Goffman, sobre as interações face a face no espaço público (GONDIM, 2016). Ao falar sobre violência, Gilberto Velho, chama a atenção para o urbano, como elemento que está relacionado às mudanças na vida social, propiciadora de um comportamento individualista nas grandes cidades.

O crescimento das cidades e a difusão dos valores ligados ao meio urbano como o individualismo, dimensão fundamental da cultura urbana, passa a ser cada vez mais abrangente e, atrelado a ele, o consumismo, como forma de afirmação social e de definição da identidade (VELHO, 2000; MARTINS, 2003). A cultura do consumismo, por sua vez, tende a agravar as frustrações, estimulando aspirações e desejos que tendem a aumentar ainda mais o sentimento e a percepção de desigualdade.

Todas essas questões convergem para possíveis episódios de violência em que alguns indivíduos são incapazes de resolver conflitos consigo mesmo, com o outro e com a sociedade. Para Carrion (2008), as mudanças na dinâmica da cidade e a violência provocam uma mutação nas relações entre os indivíduos, acarretando uma concentração de atos de violência nos espaços urbanos e, ao mesmo tempo, a existência de uma violência com características especificamente urbanas.

As experiências diretas ou indiretas, com casos de violência, são resultados de uma radical mudança nas expectativas e nos padrões de sociabilidade, sendo mais dramáticos os casos vividos pelas populações mais pobres, principalmente as residentes nas favelas. Isso porque essas populações estão expostas a ações tanto de gangues e traficantes, como também de policiais, por meio de ações, muitas vezes, não seletivas, arbitrarias e truculentas. (VELHO, 2004). Nesse sentido, pode-se entender que a violência urbana é um fenômeno complexo e multifacetário, sendo, portanto, um fenômeno cujas causas e cujos efeitos são muito variados e que se manifesta de diferentes formas e em diferentes contextos.

É dentro dessa perspectiva que o fenômeno da violência passa a ser retratado com mais intensidade na produção acadêmica brasileira, a partir do ano de 1970. Zaluar (1999) apresenta uma síntese do que fora produzido entre os anos de 1974 e 1998, apontando as principais questões e abordagens dos estudos nesse período. Segundo a autora, a produção sobre violência, anterior ao ano de 1970, pouco a vinculava à criminalidade, entendida como um problema a ser enfrentado, já que não havia a comoção pública e o destaque da mídia, como ocorreu a partir

do ano de 1980. Na década de 1970, a atenção se voltava para a relação entre o Estado ilegítimo, violento e autoritário, e os movimentos sociais, considerados pré-políticos, pela utilização de métodos violentos e destrutivos. (ZALUAR, 1999).

Na análise dos estudos desenvolvidos na década de 1980, o enfoque se desloca para a violência oficial do Estado e a não oficial e clandestina, empreendida pelas organizações paramilitares, pelo esquadrão da morte e pelos linchamentos, interpretados tanto como justiça popular, como também revolta pela ineficiência do Estado em resolver o problema da violência. Os estudos também se voltam para os grupos de extermínio, formados por policiais e moradores de determinada área, com o objetivo de punir com a morte aqueles considerados criminosos.

O tráfico de drogas, com as suas regras próprias; o número de mortes que produz; suas formas de recrutamento; o *ethos* guerreiro e o *ethos* da virilidade; a cultura de honra e; os conflitos entre jovens do tráfico e entre eles com a polícia, corrompida pela lucratividade do tráfico, também são discutidos. Juntamente, são discutidas ainda a positividade da violência e a violência estrutural, responsável pelo desemprego, miséria, baixos salários, entre outros. (ZALUAR, 1999).

Entre os anos de 2001 e 2010, os estudos desenvolvidos por Barreira e Adorno (2010) sobre violência buscaram analisar o fenômeno da violência urbana no país. Eles a relacionaram à família, aos jovens, à escola, ao trabalho, à etnia e cultura, à criminalidade e violência policial, e às instituições de reparação social.

A partir desse painel, os autores evidenciaram que a criminalidade comum constituía apenas uma parte da violência, bem como o “caráter costumeiro, institucionalizado e de imperativo moral de que ainda se revestem as ações violentas na sociedade brasileira contemporânea. (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 304)”. Os autores evidenciaram ainda que a criminalidade comum não é privilégio de uma determinada classe e que o autoritarismo presente na sociedade brasileira não era apenas uma característica do Estado, mas constitutivo da própria sociedade.

A partir do ano 2014, observa-se um avanço da violência urbana – ano em que o fenômeno alcançou o seu mais alto índice: 29,1 homicídios por 100 mil habitantes. (CERQUEIRA et al., 2016). Esse avanço na violência pode ter impulsionado a pesquisa e a produção acadêmica sobre o tema nos anos seguintes. Por essa razão, nos próximos tópicos, centraremos nossas análises na produção acadêmica que investigou a violência urbana durante os cinco primeiros anos após a divulgação desse índice, ou seja, entre os anos de 2014 e 2018. Para tanto, buscou-se fazer uma varredura em periódicos acadêmicos relacionados à área, para

levantamento de publicações sobre o tema, buscando compor o “estado da arte” e as principais abordagens que esses estudos tiveram.

2. Procedimentos Metodológicos

No intuito de contribuir com o “estado da arte” sobre violência urbana no Brasil, este estudo teve como objetivo analisar como a violência tem sido abordada nos artigos em língua inglesa, espanhola e portuguesa, nos periódicos de diferentes áreas do conhecimento, durante o intertício que vai de janeiro de 2014 – ano em que a violência urbana no Brasil alcançou o seu mais alto índice – até dezembro de 2018. Para a realização da pesquisa, buscou-se, inicialmente, artigos publicados em periódicos por meio da expressão “violência urbana”, a qual deveria estar presente no título dos periódicos.

Como base de dados para a busca desses artigos, foi escolhido o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ser uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional das instituições de ensino e pesquisa do país. Essa base de dados é composta por um acervo com mais de 45 mil títulos, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, bem como livros, enciclopédias e obras de referência. (PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, 2019).

Além do Portal de Periódicos da Capes, foi utilizado, também, o Google Acadêmico, visto que nele é possível localizar uma ampla literatura acadêmica, formada por artigos, teses, dissertações, livros, citações e resumos. Os resultados do Google Acadêmico são apresentados de acordo com a sua relevância, sendo as variáveis autor, publicação na qual a pesquisa foi divulgada e frequência de citações do trabalho de fundamental importância para essa apresentação. (GOOGLE ACADÊMICO, 2019).

Após a busca e a localização da produção acadêmica, procedeu-se à seleção dessa produção, tendo sido excluídos os trabalhos que não se enquadraram aos seguintes critérios: a) não foram publicados em periódico, b) não tinham sido publicados entre os anos de 2014 e 2018; c) não continham a palavra “violência urbana” no título; d) não foram publicados em inglês, espanhol ou português; e) não estavam disponíveis em PDF e; f) se repetissem nas duas bases de dados.

Nesse sentido, foram identificados em língua inglesa: no Google Acadêmico, 140 trabalhos e no Portal de Periódicos da Capes, 16. Após a aplicação dos critérios de exclusão, ficaram para análise 35 produções. Em língua espanhola, foram encontrados no Google

Acadêmico 80 publicações e no Portal de Periódico da Capes, 15. Com as exclusões, restaram 20 artigos em espanhol. Por fim, dos artigos em língua portuguesa, no Google Acadêmico foram encontradas 189 publicações e no Portal de Periódico da Capes, 11. Entretanto, após a aplicação dos critérios de exclusão, ficaram para ser analisados 37 artigos.

Após essa etapa, os artigos foram submetidos à análise de conteúdo, de acordo com os critérios de Bardin¹¹ (2011). Para auxiliar na análise, foi utilizada a técnica Classificação Hierarquia Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do *software* Iramuteq 0.7 Alpha 2. Os resultados da CHD são apresentados na forma de um dendograma, formado pelos clusters da UCE, onde vocabulários semelhantes são apresentados em um cluster e os diferentes em outro. Já os resultados pela AFC, feita também a partir da CHD são apresentados na forma de um plano fatorial, representação em um plano cartesiano das diferentes palavras e variáveis associadas a CHD. (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para que esses resultados fossem gerados, segundo Aquino (2015), na CHD, o programa calcula a frequência das palavras no texto, fazendo uma relação das frequências de ocorrências com as posições do texto onde cada palavra se apresenta. O *software* determina o qui-quadrado (x^2) das palavras, sendo que, quanto maior o qui-quadrado (x^2), maior a representatividade ou a frequência dessas palavras dentro de um cluster.

Logo, o critério de inclusão ou exclusão de uma palavra dentro de cada cluster foi a frequência maior do que a ocorrência média no corpus e uma associação com o cluster, tendo como base, o qui-quadrado (x^2) igual ou maior que 3,84. (ANDRADE JUNIOR; ANDRADE, 2016). Nessas análises, as palavras de interesse de classificação foram os verbos, os substantivos e os advérbios, visto que denotam ação, característica e qualidade.

¹¹ Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é a reunião de técnicas de análise em que por procedimentos sistemáticos e objetivos voltados para a comunicação se procura identificar indicadores quantitativos e/ou qualitativos capazes de gerar inferências sobre as condições de produção/reprodução de mensagens. Nesse sentido, percebe-se na análise de conteúdo, a busca dos sentidos presentes no texto. Para tanto, a análise se divide em três partes que são, segundo Godoy (1995): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, sendo a pré-análise e a exploração do material, as fases de organização em que se procura selecionar os documentos, formular hipóteses ou objetivos e elaborar os indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material.

3. Resultados e Discussão

A leitura das publicações acadêmicas sobre violência urbana e as análises feitas por meio das técnicas de CHD e AFC do Iramuteq permitiu a divisão dos estudos sobre violência urbana em clusters, ou seja, abordagens/perspectivas sobre o tema. Para a construção dessas abordagens, dois fatores foram fundamentais: 1) as palavras com maior qui-quadrado (x^2) que compunham cada cluster e que remetiam a determinada abordagem sobre o tema e; 2) os artigos que mais contribuíram para cada cluster, identificados também a partir do qui-quadrado (x^2).

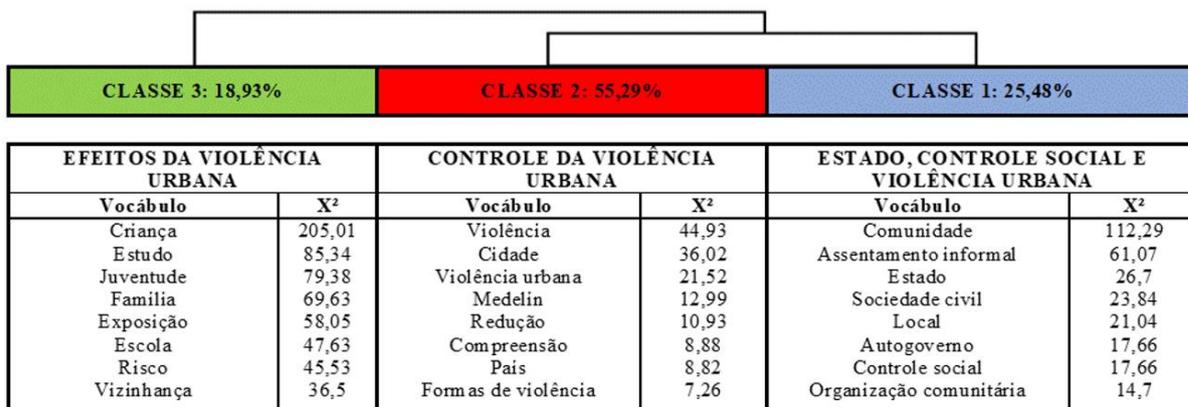
A seguir, serão apresentados esses resultados, por meio de dois subcapítulos. O primeiro, a violência urbana nas perspectivas internacionais, abordará as perspectivas sobre violência urbana a partir das produções em língua inglesa e espanhola. Já o segundo subcapítulo, a perspectiva brasileira sobre violência urbana, abordará as perspectivas identificadas em língua portuguesa sobre violência urbana, as aproximações e distanciamentos entre alguns estudos e as lacunas identificadas neles.

3.1 A violência urbana na perspectiva dos estudos internacionais

Como dito anteriormente, as perspectivas internacionais construídas sobre violência urbana, foram resultado da análise de 35 artigos em língua inglesa e 20 artigos em língua espanhola. No caso da produção em língua inglesa, a partir da análise feita para os 35 artigos, foi possível constatar a presença de um corpus geral, constituído por 70 textos (introdução e conclusão), o qual fora composto por 40.015 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 8.168 palavras distintas e 1.929 com uma única ocorrência. Essas palavras foram separadas em 1.118 segmentos de texto (ST), em que 993 segmentos (88,82%) constituíram o material explicativo utilizado nas análises.

A partir do dendograma da Figura 1, percebe-se que o conteúdo analisado deu origem a três clusters, sendo estes: cluster 1, “Estado, controle social e violência urbana”, formado por um conjunto de vocábulos que explicam 25,48% da problemática estudada; cluster 2, “Controle da violência urbana”, com percentual de explicação de 55,29% e; cluster 3, “Efeitos da violência urbana”, com capacidade de explicação de 18,93%.

Figura 1 – Dendograma das perspectivas sobre violência urbana em língua inglesa.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2018, 2019.

No cluster 1, “Estado, controle social e violência urbana”, se situaram as palavras: “comunidade”, “assentamento informal”, “Estado”, “sociedade civil”, “local”, “autogoverno”, “controle social” e “organização comunitária”, as quais estão associadas aos estudos sobre violência urbana relacionada às comunidades, organizações não governamentais e aos programas nacionais e internacionais voltados para populações expostas à violência.

Esses estudos evidenciam como, na relação Estado e Sociedade, a coesão social tem o poder de controle social, de adaptação e direcionamento das ações públicas capazes de influenciar nas taxas de violência. O estudo de Doucet e Lee (2015), por exemplo, identifica que as comunidades mais fortes, coesas e eficazes têm maior capacidade de regular o comportamento de seus membros e, ao mesmo tempo, de resolver os problemas da comunidade. Os autores discutem a relação entre os componentes das comunidades cívicas (teoria focada no controle social, nas relações entre instituições econômicas e não econômicas e na violência urbana) e as taxas de homicídio.

Samper (2017), outro autor que contribui para essa perspectiva, analisa em assentamentos informais na Colômbia, a relação entre autogoverno comunitário, no que tange aos assentamentos informais, boa parte controlados por organizações criminosas, e o seu impacto sobre a violência urbana. Para esse autor, a informalidade dessas áreas faz com que elas sejam desamparadas pelo poder público e isso possibilita que atores armados não estatais atuem nessas áreas.

Nesse contexto, o autogoverno é considerado essencial na gestão de ameaças a essas comunidades, uma vez que sua organização permite que busquem internamente ou externamente soluções para os diversos problemas que surgem como, por exemplo, os de

infraestrutura, saúde, educação e segurança. Entretanto, o crescimento do assentamento informal impacta diretamente nas redes sociais, fragmentando-as e fazendo com que, nesse contexto, essa forma de organização não seja efetiva.

Por fim, contribuem para essa abordagem, Cerdá, Trace e Keyes (2018), que discutiram o *Cure Violence*, um programa de prevenção da violência, cujo foco é reduzi-la. O programa se concentra em vizinhanças violentas e trabalha com organizações comunitárias integradas à comunidade a partir de três frentes: a) trabalho direcionado a familiares e amigos das vítimas de violência urbana, de modo a evitar a retaliação e a mediar as disputas em andamento; b) procurar mudar o modo de pensar dos indivíduos mais sensíveis à perpetração de atos violentos e; c) agir sobre as normas do grupo sobre violência na comunidade em geral, de modo modificá-la.

O cluster 2, “Controle da violência urbana”, é formado pelas palavras “violência”, “cidade”, “violência urbana”, “Medellín”, “redução”, “compreensão”, “país” e “formas de violência”. As palavras desse cluster estão associadas às discussões sobre violência urbana, que enfocam as altas taxas de homicídios e os atores perpetradores dessa violência, bem como a redução drástica dessa violência experimentada pela cidade de Medellín, na Colômbia.

Caso, por exemplo, de Doyle (2018), que estudando a redução da violência na cidade citada, afirma que no ano de 1991, ela era a mais perigosa do mundo e teve sua taxa de homicídios reduzida drasticamente. A autora abandona a explicação política “ortodoxa” sobre a redução da violência e procura apresentar uma explicação alternativa para essa redução, relacionada ao modo como os perpetradores da violência urbana se utilizam da violência.

Outro estudo que também discutiu a redução da violência em Medellín é o de Moncada (2016). A autora partiu da política de violência urbana, para entender o caso da cidade de Medellín, argumentado que foco na política econômica urbana e nos padrões de controle territorial armado ajudam nessa compreensão.

Por fim, focando também na redução da violência urbana, Hoelscher e Nussio (2016) afirmaram que o fortalecimento das instituições políticas e sociais são de fundamental importância no processo de redução da violência letal. Essa afirmação é comprovada a partir de um estudo comparativo entre as cidades de Bogotá, na Colômbia, e do Recife, no Brasil.

O cluster 3, “Efeitos da violência urbana”, agregou as palavras: “criança”, “estudo”, “juventude”, “família”, “exposição”, “escola”, “risco” e “vizinhança”. Essas palavras foram algumas das mais significativas nessa classe e estão relacionadas aos estudos que discutem o impacto da violência na vida de comunidades, famílias e crianças.

Caso, por exemplo, do estudo de Rendón (2014), que trata da violência a qual estão expostos os jovens residentes em bairros pobres e a influência dessa violência na não conclusão escolar desses jovens; do estudo de Mello et al (2014), que analisou a relação entre crianças pobres, com famílias desestruturadas, expostas a um certo nível de violência no ambiente doméstico e a adesão a algum tipo de trabalho na rua, como uma forma de “escapar” dessa violência e, finalmente, Cividanes et al (2014), que abordaram a relação entre trabalho na rua e os sintomas de ansiedade e depressão em crianças e jovens que exerciam esses trabalhos e que por isso estavam expostos a alto nível de violência urbana.

Com relação à produção acadêmica em língua espanhola, a partir dos resultados, foi possível observar no *software* Iramuteq, a presença de 40 textos (introdução e conclusão dos 20 artigos). Desses textos, emergiram 27.058 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), 5.803 palavras distintas e 4.030 com uma única ocorrência. Essas palavras formaram 759 segmentos de texto, sendo que deste total, 678 segmentos, ou seja, 89,33% compôs a análise.

Como pode ser visto no dendograma da Figura 2, o conteúdo analisado gerou três classes de palavras. A classe 3, a qual foi dada o nome de “Compreensão e análise da violência urbana”, teve capacidade de explicação de 49,9% do corpus textual; a classe 1 “Efeitos da violência urbana”, com capacidade explicativa 26,7% e, a classe 2, “Violência e comportamento social”, 23,4% de capacidade de explicação.

Figura 2 – Dendograma das perspectivas sobre violência urbana em língua espanhola.

CLASSE 2: 23,4%		CLASSE 1: 26,7%		CLASSE 3: 49,9%	
VIOLÊNCIA E COMPORTAMENTO SOCIAL		EFEITOS DA VIOLÊNCIA URBANA		COMPREENSÃO E ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA	
Vocábulo	X ²	Vocábulo	X ²	Vocábulo	X ²
Situação	27,41	Espanha	26,43	Colômbia	17,14
Pessoa	25,63	Indivíduo	24,19	Conflito armado	13,33
Cidadão	24,92	Insegurança	21,76	Compreensão	12,29
Proteção	17,09	Grupos sociais	19,76	Medelín	11,25
Vigilância	16,62	Slam	16,44	Segurança cidadã	8,14
Serviços públicos	11,05	Seguro	13,13	Representação social	6,09
Segregação espacial	8,27	Ideológico	13,13	Narcotráfico	6,09
Vítima	7,58	Redes sociais	12,25	Relações sociais	4,05
Exclusão	7,23	Imigrante	9,84	Guerrilha	4,05
Medo	4,85	Drogas ilícitas	9,84	Cidades latino-americanas	4,05

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2018, 2019.

As palavras “Colômbia”, “conflito armado”, “compreensão”, “Medellín”, “segurança cidadã”, “representação social”, “narcotráfico”, “relações sociais”, “guerrilha” e “cidades latino-americanas” estão relacionadas ao cluster 3, “Compreensão e análise da violência urbana”. Esse cluster refere-se aos estudos de cunho mais teórico, que procuram entender e

analisar a violência de forma geral e o conflito armado, perpetrado por traficantes e grupos paramilitares em cidades da América Latina, a exemplo de Medellín, na Colômbia. Esse é o caso do estudo de Borde e Hernández (2018), que, criticando as abordagens que entendem a violência como algo não pertencente à natureza humana e masculina, mantendo o foco no agressor e na sua possível natureza violenta, discutiam o que chamaram de processos de determinação social da violência urbana. Esse estudo teve por base as chaves analíticas da Medicina Social e Saúde Coletiva Latino-Americana.

Contribuem também nessa abordagem, Morera (2018), que analisou as posições teóricas e conceituais na Colômbia, no que tange às políticas de segurança cidadã, entendidas como o conjunto de medidas implementadas pelas diferentes agências estatais, tanto em nível nacional quanto local, utilizados para enfrentar ações políticas violentas, violência criminal, violência social e processos de conflito. Compõe também esse cluster, o estudo de Dávila (2016), que fez uma revisão bibliográfica de estudos que abordaram a violência urbana, os conflitos e a criminalidade na cidade de Medellín, na Colômbia, cidade considerada uma das mais violentas do mundo, devido à guerra entre cartéis de drogas, conflito armado interno e à interação de múltipla violência espontânea.

No cluster 1, “Efeitos da violência urbana”, algumas palavras significativas foram: Espanha, indivíduo, insegurança, grupos sociais, Slam, seguro, ideológico, redes sociais, imigrante e drogas ilícitas. Essas palavras remetem aos estudos que abordam as consequências da violência na vida dos indivíduos, fenômeno capaz de gerar medo e insegurança e que tem grande impacto no modo como os indivíduos se relacionam entre si e com o ambiente ao redor.

Uberti (2017), um dos representantes dessa perspectiva, apresentou uma discussão propondo o bairro como local de interação e integração social, a partir da formação e construção de tipos de relacionamentos estabelecidos nele, como: segurança ou insegurança, ajudar ou estorvar, violência ou solidariedade. O autor discutiu ainda os problemas enfrentados pelas organizações locais; os flagelos que o tráfico de drogas impõe diariamente e como são registradas diferentes práticas com resultados que custam vidas jovens.

Chapellín (2016), autor que também contribui para essa discussão, afirmou que o medo da violência impôs novas condutas aos cidadãos, que passaram a evitar frequentar determinados espaços e interações sociais, com receio de serem vítimas de violência. Concluiu que, quando crianças, adolescentes, parentes ou entes queridos eram as vítimas, havia modificações na conduta diária das vítimas diretas e às vezes, também, das indiretas. A partir de um estudo clínico, discutiu-se, também, os efeitos da violência urbana na saúde mental de uma criança.

Já para Duarte (2017), existe uma representação que associa a favela com a violência e a criminalidade, sobretudo, o tráfico de drogas, em que as intervenções do Estado têm sua base na segurança pública e na guerra contra o crime. O autor procurou em seu estudo problematizar as conceituações sobre favela e violência urbana e analisou como essas definições orientavam a implementação das políticas de segurança.

O cluster 2, “Violência e comportamento social”, foi constituído pelas palavras: situação, pessoa, cidadão, proteção, vigilância, serviços públicos, segregação espacial, vítima, exclusão e medo. Essas palavras estão associadas às percepções sobre violência urbana de diferentes indivíduos, no cotidiano das cidades e na utilização dos espaços públicos; aos sentimentos de insegurança e medo ao frequentar esses espaços, bem como a possibilidade de serem vítimas de violência.

Alguns estudos que abordam essas questões são os de García e Esteves Junior (2017), que ao discutirem violência e espaço público, chamaram a atenção para a violência e o medo, bem como para a insegurança deles derivados, como uma ameaça constante à vida da população. Procuraram analisar como esses fatores afetaram o uso e as percepções do espaço público, de modo a poder informar sobre o alcance e o impacto deles no espaço público e na comunidade. Martínez (2016), outro representante dessa perspectiva, a partir da representação do homem, como desprovido de medo e temor, invulnerável, dominador do espaço público e perpetrador da violência, discutiu as experiências e percepções da população masculina sobre serem vítimas de violência no espaço público.

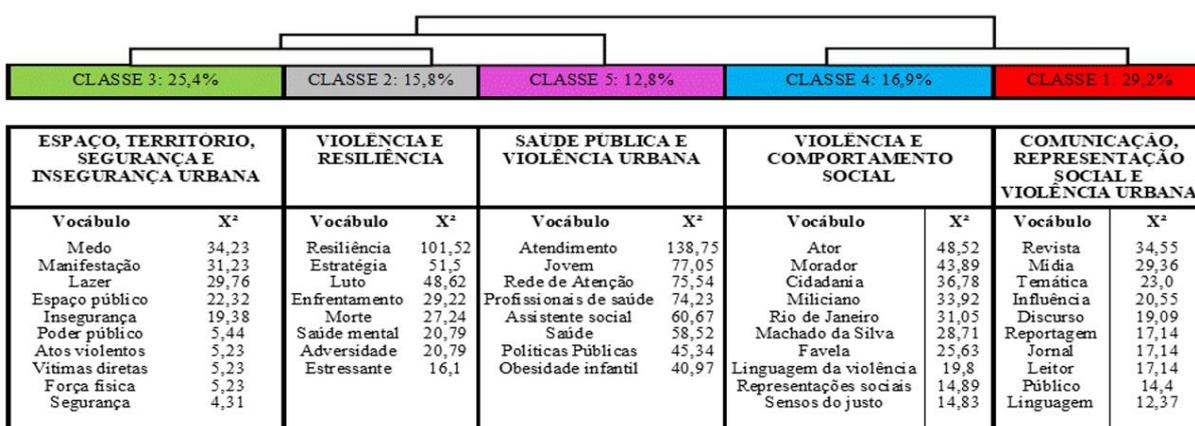
3.2 A perspectiva brasileira sobre violência urbana

Neste tópico, serão apresentados e discutidos os clusters produzidos a partir da produção acadêmica em língua portuguesa, evidenciando os autores e as palavras mais significativas nos estudos, como foi feito nas perspectivas em língua inglesa e espanhola. Ao fim, visando tornar mais evidente a posição e a contribuição desses autores em língua portuguesa, será apresentado o plano fatorial gerado pela análise fatorial (Figura 4).

As perspectivas brasileiras sobre violência foram constituídas a partir da análise de 37 artigos. Para análise no *software*, o corpus geral, foi formado por 74 textos (introdução e conclusão), o qual computou por 37.636 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 7.631 palavras distintas e 5.146 com uma única ocorrência. Essas palavras originaram 1.095 segmentos de texto (ST), sendo 895 segmentos de textos (81,74) aproveitados na análise.

Como se percebe no dendograma da Figura 3, o conteúdo analisado gerou cinco clusters, sendo esses: cluster 1, “Comunicação, representação social e violência urbana”, com capacidade de explicação de 29,2%; cluster 4, “Violência e comportamento social”, com potencial explicativo de 16,9%; cluster 5, “Saúde pública e violência urbana”, 12,8%; cluster 2, “Violência e resiliência”, 15,8% e; cluster 3, “Espaço, território, segurança e insegurança urbana”, com poder de explicação de 25,4%.

Figura 3 – Dendograma das perspectivas sobre violência urbana em língua portuguesa.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2018, 2019.

As palavras “revista”, “mídia”, “temática”, “influência”, “discurso”, “reportagem”, “jornal”, “leitor”, “público” e “linguagem” estão relacionadas ao cluster 1 “Comunicação, representação e violência urbana”. Esses termos se referem ao modo como a violência é apresentada nos discursos dos meios de comunicação, mais especificamente, pelas mídias impressa e televisiva.

Os estudos chamam a atenção para a relação entre violência e o tráfico de drogas, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, bem como a influência da violência sobre a população, que passa a se sentir insegura e com medo, clamando ao poder público cada vez mais por segurança. Esse é o caso, por exemplo, do estudo de Ferreira Junior e Costa (2016) que, ao discutir violência e mídia, chamaram atenção para o modo como a mídia transmite as notícias, dando mais ênfase às exposições pontuais de ocorrências criminosas e violentas do que ao debate sobre o tema e, ao mesmo tempo, ignorando outras formas de violência, que não chamariam tanta a atenção do público.

Segundo os autores, nessas notícias, ao expor cadáveres, a desumanização de mortos e de pessoas envolvidas em crimes, promove e reitera a violência simbólica, principalmente contra a população pobre, de áreas periféricas e vítimas de violência, aumentando ainda mais o

medo da população. O que se percebe nesse estudo é a violência transmitida como um espetáculo, objetivando aumentar a audiência, apelando para discussões que tendem a relacionar a violência com moralidade, maldade e pobreza.

A violência não foi tratada como um problema, cujas variáveis são diversas e, às vezes, de difícil mensuração. Ferreira Junior e Costa (2016) discutiram o modo como a cobertura da violência urbana na Amazônia Paraense realizou dois movimentos de organização simbólica da experiência e realidades sociais, que são o enquadramento e a produção de representações sociais sobre a violência. Já Palermo (2018), procurou evidenciar as distâncias e proximidades presentes nos discursos de dois jornais impressos da empresa Infoglobo, Extra e O Globo, ao apresentaram notícias sobre a ocupação policial na favela Santa Marta, no Rio de Janeiro.

Leal e Souza (2014) analisaram como a violência é retratada pelas revistas Veja, Isto é, Época e Carta Capital, consideradas de grande capacidade de difusão de informações e de grande poder no imaginário coletivo, por serem consideradas sérias e éticas. Por fim, Oliveira e Barbosa (2015) discutiram a maneira como acontece a violência no cenário social, como ela é enunciada nas charges, consideradas uma forma particular jocosa e sarcástica de avaliar a violência, por um indivíduo observador dos fatos sociais, bem como os sentidos construídos pelos sujeitos.

O cluster 4, “Violência e comportamento social”, tem como palavras significativas: “ator”, “morador”, “cidadania”, “miliciano”, “Rio de Janeiro”, “Machado da Silva”, “favela”, “linguagem da violência”, “representações sociais” e “senso do justo”. Essas palavras referem-se à forma como a violência perpetrada por traficantes e policiais tem modificado a rotina cotidiana dos moradores, bem como as sociabilidades estabelecidas nesses espaços. Essas discussões estão relacionadas à representação social, ou seja, ao modo como essa situação de violência é representada pela população e as modificações que provoca em suas vidas.

Muitas dessas discussões perpassam pela sociabilidade violenta debatida por Machado da Silva. Freire (2014) é um dos autores que aborda essas questões e discute em seu estudo o “senso do justo”, na visão de moradores de um condomínio de classe média na cidade do Rio de Janeiro, bem como a relação entre a linguagem da violência urbana, ou seja, entendida por Silva (2012, p. 3) como sendo “o controle das relações interpessoais indispensáveis à continuidade das rotinas cotidianas”. Além disso, ele ainda discute a questão da gramática condominial, “um conjunto de regras a serem seguidas para agir de forma ajustada diante das outras pessoas que compartilham a mesma situação”. (LEMIEUX, 2000; BOLTANSKI, 1990 e THÉVENOT e BOLTANSKI, 1991 apud FREIRE, 2014, p. 74).

Werneck (2014), por sua vez, analisou o papel do miliciano na efetivação da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a influência desse ator e a sua representação sobre o modo de agir dos outros atores sociais. Essa discussão também perpassa pela linguagem da violência urbana e se desenvolve relacionando o miliciano a outros atores violentos que são: o traficante, o policial corrupto e o matador ou justiceiro.

Já Conceição (2014), discutiu a representação social que moradores de uma favela no Rio de Janeiro tinham de traficantes e de milicianos. Esses últimos são considerados como grupos criminosos armados e violentos, que marcam a organização social e política da cidade pela sua presença ostensiva nas favelas, influenciando as sociabilidades e as relações dos habitantes da favela com a cidade.

No cluster 3, “Espaço, território, segurança e insegurança urbana”, as palavras que apareceram como significativas foram “medo”, “manifestação”, “lazer”, “espaço público”, “insegurança”, “poder público”, “atos violentos”, “vítimas diretas”, “força física” e “segurança”. Essas palavras dizem respeito às discussões sobre a espacialização da violência urbana, ou seja, às áreas de maior e menor ocorrência de violência. Essas regiões, geralmente, se remetem às áreas periféricas, onde residem a população de renda mais baixa, exposta à ação de grupos armados como, por exemplo, traficantes e milicianos. Os estudos discutem, ainda, a violência nos espaços públicos de lazer, a qual causa medo e insegurança na população.

Magrini (2014), por exemplo, uma das autoras que discute essas questões, afirma que, embora as cidades apresentem dimensões e funções muito variadas na rede urbana, há uma tendência em se relacionar a cidade com violência e insegurança. Nesse sentido, o seu objetivo foi contribuir para o estudo dessas interações, evidenciando que a violência urbana é um fenômeno socioespacial, uma vez que não se manifesta da mesma forma em todos os espaços, pois varia em função de fatores como situação econômica dos habitantes e grau de segregação.

Essa discussão também perpassou o estudo de Alvarez et al (2017), que acreditam ser as periferias locais segregados, onde se manifestam as principais formas de violência, ou seja, a exploração econômica, social e política são passíveis de diferentes formas de territorialização. Nesse sentido, os autores procuravam evidenciar os espaços territorializados, os aglomerados de exclusão e de execução, bem como os locais onde as instituições de segurança e a violência estão mais presentes.

Lima (2015) foi outro autor que contribuiu para essa perspectiva. Para ele, a violência e o seu corolário, o medo da violência, têm provocado a privatização dos espaços comuns, a progressão das identidades territoriais, o isolamento social e, ao mesmo tempo, o próprio crescimento da violência, juntamente com a sensação de perigo, nesses espaços. Nesse sentido,

seu foco foi discutir os pontos considerados importantes para entender a percepção e a utilização, pelos sujeitos, dos espaços públicos de lazer das cidades contemporâneas.

As palavras “resiliência”, “estratégia”, “luto”, “enfrentamento”, “morte”, “saúde mental”, “adversidade” e “estressante” dizem respeito ao cluster 2, “Violência e resiliência” e estão associadas à relação entre violência e as distintas formas que os atores, vítimas diretas e indiretas de violência urbana, utilizam para se recuperar e enfrentar o problema.

Essas discussões foram abordadas nos estudos de Santos et al (2018), que ao falarem sobre violência urbana e resiliência, afirmam que a resiliência é um processo contínuo, capaz de potencializar aspectos saudáveis e, com isso, auxiliar de forma mais acertada os indivíduos no enfrentamento de situações de risco, vivenciadas no contexto urbano das cidades. Suas análises focalizaram a importância da resiliência para lidar com a violência urbana, bem como os fatores protetivos na compreensão da influência da violência e os danos que podem acarretar à saúde humana.

Já Sonoda (2018), discutiu o modo como as vítimas indiretas, indivíduos que perderam algum familiar, devido a casos de violência urbana, lidam com essa perda e de como algumas conseguem elaborar o luto e “seguir com a vida” e outras ficam estagnadas em um processo de luto. Por fim, Sonoda, Assis e Schenker (2015) investigaram o modo como ativistas, na condição de vítimas diretas ou indiretas da violência urbana, especificamente aqueles moradores de favela onde atuam traficantes, policias e milicianos, vivenciaram, reagiram e lidaram com a violência a qual foram expostos ao longo da vida.

Com relação ao cluster 5, “Saúde pública e violência urbana”, algumas palavras significativas desse cluster são: “atendimento”, “jovem”, “rede de atenção”, “profissionais de saúde”, “assistência social”, “saúde”, “políticas públicas” e “obesidade infantil”. Essas palavras estão relacionadas aos estudos sobre políticas públicas de saúde e violência urbana, que tem como foco tentar entender o modo como vítimas de violência urbana e profissionais de saúde lidam com esse problema, e os impactos da violência sobre a saúde dessas vítimas.

De acordo com Pereira et al (2016), o setor de saúde é para onde convergem os diferentes tipos de casos de violência urbana, com forte pressão das vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, reabilitação psicológica e assistência social. Os autores enfatizaram o fato de que os profissionais no atendimento de emergência desse setor, diante de casos de violência, podem utilizar estratégias distintas de conduta, emoções e reações positivas ou negativas para seu enfrentamento. Procuraram conhecer, também, a forma como esses profissionais veem e reagem a casos de violência simbólica como, por exemplo, da dor do trauma físico e emocional e do sofrimento do outro.

Machado e Daher (2015) fizeram uma discussão próxima da que foi desenvolvida por Pereira et al (2016), procurando identificar as repercussões da violência urbana, no trabalho dos profissionais de uma unidade de Saúde de Família e analisar as suas consequências. Os profissionais e serviços de saúde têm dificuldade em lidar com o enfrentamento da violência urbana, por ser um problema recente e por não fazer parte do cotidiano desses profissionais, causando tensão e medo. Esses aspectos levaram os profissionais dessa área a não saber como atuar nesses casos, por exigirem uma abordagem ampla, integral e multidisciplinar.

Por fim outros estudos dentro dessa perspectiva foram o de Araújo e Ataíde (2018), sobre o papel do assistente social na assistência ao jovem vítima da violência urbana, atendidos pelo serviço público de urgência e emergência, e o de Pimenta e Pereira (2014), que discutiram os fatores ambientais capazes de provocar a obesidade em crianças, os processos de estigmatização social da obesidade, as formas de violência que sofre a criança obesa e as contribuições de uma equipe multiprofissional de intervenção da doença.

No plano fatorial (Figura 4), são apresentadas essas perspectivas em língua portuguesa, anteriormente discutidas por meio dos códigos de identificação dos artigos “Arti” e “Artc”. Nota-se no plano fatorial, que os artigos que compõem o cluster 3 (espaço, território, segurança e insegurança urbana), de cor verde, apresentam grande interação com o cluster 2 (violência e resiliência), de cor cinza. Entretanto, essa interação se revela menor com os clusters 1 (comunicação, representação social e violência urbana), de cor vermelha, e 4 (violência e comportamento social), de cor azul. Já o cluster 5 (saúde pública e violência urbana), de cor rosa, se apresenta isolado dos demais clusters.

Esses clusters e as lacunas identificadas são reflexo das abordagens sobre violência urbana, que, no Brasil, tendem a tratar de questões específicas, como, por exemplo, grupos armados, mídia, resiliência, saúde, educação e trabalho. Em muitos estudos, as vítimas e os autores de atos violentos apareceram como pertencentes a classes sociais específicas, ou seja, de forma geral, são pobres, moradores de áreas periféricas, em muitos casos, até segregadas, sujeitos a ações de traficantes e milicianos.

Essas vítimas e esses autores tenderam a não variar no que se refere ao sexo, faixa etária e cor. Poucos estudos abordaram os efeitos da violência, referindo-se às interações sociais e ao uso dos espaços públicos, para homens e mulheres, com faixas etárias específicas, heterogêneos no que tange a cor, situação socioeconômica e local de moradia, a exemplo de bairros: pobres e ricos; segregados e não segregados. Essa perspectiva se revela importante e necessária à discussão para o caso brasileiro, país com altas taxas de desigualdade social, violência e criminalidade, onde a violência, já foi identificada como constitutiva da sociedade, a qual tem naturalmente tendências autoritárias.

Nesse sentido, percebe-se que, mesmo reconhecendo a incidência dos estudos que enfatizam a questão espacial, a interação e a representação social nos estudos que abordam a violência urbana, a exemplo dos estudos de Vieira et al (2016) e Anjos-Júnior, Lombardi-Filho e Amaral, (2018), acredita-se que essa perspectiva ainda é pouco trabalhada nos estudos. Como demonstrado nas perspectivas 1 (comunicação, representação social e violência urbana) e 4 (violência e comportamento social), estudos que abordem essas questões conjuntamente podem ajudar a preencher essas lacunas que ainda existem.

4. Considerações Finais

Como dito anteriormente, o objetivo deste estudo foi o de verificar como o tema “violência urbana” tem sido abordado nos artigos nacionais e internacionais. A partir das análises realizadas com o auxílio do *software* Iramuteq, foi possível perceber a presença de três abordagens sobre violência urbana em língua inglesa e em língua espanhola e cinco em língua portuguesa. As abordagens e as análises desses estudos chamaram a atenção para o campo difuso que existe nas três línguas analisadas. Embora os artigos analisados discutam violência urbana, as abordagens desses estudos são diferentes: algumas abordagens se aproximam umas das outras, em alguns casos, até se misturam, indicando grande afinidade e contribuição umas com as outras, contudo, com um foco diferente.

No que concerne à produção em língua portuguesa sobre violência urbana, percebe-se uma distinção na abordagem dos estudos de Zaluar (1999), cuja ênfase se coloca na violência oficial perpetrada pelos Estados e na não oficial, da qual fazem parte os traficantes e milicianos, bem como naqueles conduzidos por Barreira e Adorno (2010), que relaciona a violência às instituições de controle e reparação social.

Assim, os estudos investigados nos períodos à frente, com ênfase na violência urbana, incorporam a perspectiva da resiliência, com foco nas vítimas diretas e indiretas de violência urbana. Destacam-se, também, as discussões sobre saúde pública e violência urbana, centradas no papel dos agentes de saúde pública e as suas dificuldades em lidar com as situações de violência, bem como a necessidade da humanização no atendimento às vítimas. Pode-se citar, ainda, o maior enfoque na mídia televisiva e na imprensa a partir dos estudos que tomam os discursos e as imagens desses meios de comunicação, mostrando a forma como expõem os fatos e os seus modos, nem sempre com o compromisso com a verdade, na apresentação das notícias e a sua influência na representação social do outro e da violência.

A análise fatorial permitiu perceber que existem abordagens que se mostram totalmente opostas, indicando um foco específico sobre o tema. Além disso, mesmo havendo grande proximidade entre algumas abordagens e de algumas dessas abordagens, se aproximarem do eixo principal, ainda existem lacunas a serem preenchidas nos estudos sobre violência urbana em língua portuguesa. Um exemplo disso são as relacionadas às representações de distintos atores sobre violência urbana, a serem contempladas a partir de pesquisas que abordem as representações da violência urbana, por diferentes indivíduos, em termos de cor, sexo, classe social, relacionando-as aos espaços de ocorrência dos casos de violência.

Os resultados das análises evidenciam que, enquanto o conceito de violência urbana é abrangente, englobando uma infinidade de tipos de violência percebidos no espaço urbano das cidades, as abordagens sobre o tema presente nos estudos tendem a retratar aspectos específicos da violência. Estes promovem um maior distanciamento entre as abordagens e, por consequência, lacunas nos estudos, como foi evidenciado no plano fatorial.

Por fim, esse cenário exposto aponta que a produção brasileira sobre violência urbana ainda carece de estudos que tratem de questões ainda não abordadas por outros autores ou façam *links* com temas que já foram estudados, como, por exemplo, a percepção e representação de diferentes atores sobre os efeitos da violência nas interações sociais e no uso dos espaços públicos. Essa perspectiva se faz cada vez mais necessária nos estudos, tendo em vista o alto índice de violência vivenciado nas cidades, o seu impacto na vida das famílias, nas sociabilidades, segurança e saúde pública.

5. Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Wellington de Pinha et al. Violência urbana em uma metrópole amazônica: a produção do espaço e dos aglomerados de execução no município de Marituba/Para (2011-2013). **Revista Geográfica de América Central**, v. 3, n. 59, p. 309-339, 2017.
- ANDRADE JUNIOR, Edson de Oliveira; ANDRADE, Edson de Oliveira. Lexical analysis of the Code of Medical Ethics of the Federal Council of Medicine. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 62, n. 2, p. 123-130, 2016.
- ANJOS-JÚNIOR, Otoniel Rodrigues Dos; LOMBARDI-FILHO, Stélio Coêlho; AMARAL, Pedro Vasconcelos-Maia Do. Determinantes da criminalidade na região sudeste do Brasil: uma aplicação de painel espacial. **Economía, sociedad y territorio**, v. 18, n. 57, p. 525-556, 2018.
- AQUINO, Jairo Santos. **As representações sociais acerca do ensino superior a distância da UFES: a percepção de egressos dos Cursos de Administração e Física**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.
- ARAÚJO, Erika Moreira; ATAÍDE, Marlene Almeida. Serviço Social: intervenção em um hospital de urgência e emergência diante da rede de atenção ao paciente jovem vítima de violência urbana. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, p. 68-87, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2011
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS; 2010
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2008.
- BORDE, Elis; HERNÁNDEZ, Mario. Una aproximación a la determinación social de la violencia urbana en ciudades latinoamericanas: lecturas desde Río de Janeiro y Bogotá. **Medicina Social**, v. 12, n. 1, p. 36-47, 2018.
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CARRIÓN, Fernando. Violencia urbana: un asunto de ciudad. **EURE (Santiago)**, v. 34, n. 103, p. 111-130, 2008.
- CERDÁ, Magdalena; TRACY, Melissa; KEYES, Katherine M. Reducing Urban Violence: A Contrast of Public Health and Criminal Justice Approaches. **Epidemiology** (Cambridge, Mass.), v. 29, n. 1, p. 142-150, 2018.
- CHAPELLÍN, Alejandra Sapene. Influência de la violencia urbana en la vida de una niña caraqueña. **Analogías del comportamiento**, n. 14, 2017.
- CIVIDANES, Giuliana C. et al. Lack of association between the 5-HTTLPR and positive screening for mental disorders among children exposed to urban violence and maltreatment. **Revista brasileira de psiquiatria**, v. 36, n. 4, p. 277-284, 2014.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Lembra aquele dia que a milícia passou por aqui?”: traficantes, milicianos e suas representações contrastivas na violência urbana carioca. **Idéias**, v. 6, n. 2, p. 195-223, 2015.

DÁVILA, Luis Felipe. Violencia urbana, conflicto y crimen en Medellín: una revisión de las publicaciones académicas al respecto. **Revista Criminalidad**, v. 58, n. 2, p. 107-121, 2016.

DOUCET, Jessica M.; LEE, Matthew R. Civic communities and urban violence. **Social science research**, v. 52, p. 303-316, 2015.

DOYLE, Caroline. ‘Orthodox’ and ‘alternative’ explanations for the reduction of urban violence in Medellín, Colombia. **Urban Research e Practice**, p. 1-19, 2018.

DUARTE, Maximiliano. Favela, violencia urbana y políticas de seguridad pública en Rio de Janeiro. Quid 16. **Revista del Área de Estudios Urbanos**, n. 8, p. 174-194, 2017.

FERREIRA JUNIOR, Sergio; COSTA, Alda Cristina. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da amazônia paraense. **Dispositiva**, v. 5, n. 1, p. 111-127, 2016.

FREIRE, Jussara. ‘Violência urbana’ e ‘cidadania’ na cidade do Rio de Janeiro: Tensões e disputas em torno das ‘justas atribuições’ do Estado. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014.

GARCÍA, Claudia Emperatriz Díaz; JUNIO, Milton Esteves. Violencia urbana e inseguridad en espacios de vida colectiva. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 3, p. 440-458, 2017.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. In: **Seminário de história da cidade e do urbanismo, 14, 2016, São Carlos. Anais do XIV seminário de história da cidade e do urbanismo**. São Carlos: 2016.

HOELSCHER, Kristian; NUSSIO, Enzo. Understanding unlikely successes in urban violence reduction. **Urban Studies**, v. 53, n. 11, p. 2397-2416, 2016.

IPEA, FBSP. **Atlas da Violência 2016**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2016.

_____. **Atlas da violência 2017**. Brasília: IPEA, 2017.

LEAL, Caroline; DE SOUZA, Carlos Alberto. O tratamento da violência urbana nas revistas nacionais. Publicatio UEPG: **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 2, p. 205-213, 2014.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti. A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades contemporâneas. **Geoconexões**, v. 2, p. 15-26, 2015.

LIMA, Roberto Kant; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB, Rio de Janeiro**, v. 50, n. 2, p. 45-124, 2000.

MACHADO, Cynthia Braz; DAHER, Donizete Vago. Violência urbana: repercussões e consequências na assistência à saúde em uma Unidade de Saúde da Família. **Ciência Cuidado e Saúde**, v. 14, n. 4, p. 1445-52, 2016.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveria. Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 83-98, 2014.

MARTÍNEZ, Javier Delgado. “La otra vulnerabilidad” masculinidades y violencia urbana en el espacio público de ciudad Juárez. **Decumanus**, v. 1, n. 1, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 228

MELLO, Andrea F. et al. Exposure to maltreatment and urban violence in children working on the streets in Sao Paulo, Brazil: factors associated with street work. **Revista brasileira de psiquiatria**, v. 36, n. 3, p. 191-198, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. In: **Série B. Textos Básicos de Saúde**. Brasil. Ministério da Saúde, 2005.

MONCADA, Eduardo. Urban violence, political economy, and territorial control: Insights from Medellín. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 4, p. 225-248, 2016.

MORERA, Andrés Rincón. Abordajes teóricos sobre la relación entre seguridad ciudadana y violencia urbana en Colombia: una lectura crítica. **URVIO-Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 22, p. 86-100, 2018.

OLIVEIRA, Antonio Flavio Ferreira; BARBOSA, Miqueilha Jully. A violência urbana: uma análise dialógica de sentido. **Revista Odisseia**, n. 14, p. 19-36, 2016.

PALERMO, Luis Claudio. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 212-236, 2018.

PEREIRA, Silvilene Giovane Martins et al. O evento de violência urbana e o serviço de emergência SUS: profissionais. **Rev Médica de Minas Gerais**, v. 26, n. Supl 8, p. S168-S173, 2016.

PIMENTA, Teófilo Antonio Máximo; PEREIRA, Igor Moreira Dias. As contribuições da intervenção multiprofissional na obesidade infantil no contexto de violência urbana. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 1, p. 53-63, 2014.

RENDÓN, Maria G. “Caught Up”: How Urban Violence and Peer Ties Contribute to High School Noncompletion. **Social Problems**, v. 61, n. 1, p. 61-82, 2014.

SAMPER, Jota. Eroded resilience, Informal settlements predictable urban growth implications for self-governance in the context of urban violence in Medellín, Colombia. **UPLand-Journal of Urban Planning, Landscape & environmental Design**, v. 2, n. 2, p. 183-206, 2017.

SANTOS, Allysson Lessa et al. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 4, n. 3, p. 105, 2018.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Os jovens e o policiamento nas favelas cariocas, hoje. **VII Congresso Português de Sociologia**, 19-22 de Junho de 2012, Porto.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SONODA, Katerine da Cruz Leal. Luto e resiliência em vítimas da violência urbana no DF/Brasil. **Psicologia Revista**, v. 27, n. 1, p. 57-82.

SONODA, Katerine da Cruz Leal; ASSIS, Simone Gonçalves; SCHENKER, Miriam. Estratégias de enfrentamento da violência urbana por ativistas sociais do rio de janeiro. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 3, p. 749-767, 2016.

UBERTI, Ornella. Violencia urbana y juventud en empalme Graneros Rosario, Argentina. **Revista de Estudios Políticos y Estratégicos.**, v. 5, n. 1, p. 132-151, 2017.

VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 005-016, 2002.

_____. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Zahar, 2004.

_____. O desafio da violência. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 39, p. 56-60, 2000.

VIEIRA, D. C. M. et al. Território criminalidade e violência: uma análise dos homicídios na 4º E 5º AISP, BELÉM-PARÁ. **Boletim Amazônico de Geografia**. Belém, v. 03, n. 05, p. 152-174. jan./jun. 2016.

WERNECK, Alexandre. O ornitorrinco de criminalização: A construção social moral do miliciano a partir dos personagens da 'violência urbana' do Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 3, p. 429-454, 2015.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré, 1999. p.13-10.

CAPÍTULO 3

VIOLÊNCIA URBANA EM CONTEXTOS DE DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

URBAN VIOLENCE IN CONTEXTS OF SOCIOECONOMIC INEQUALITIE

Resumo

Dados do DATASUS (2020) têm revelado o crescimento da violência urbana, bem como associado a esse crescimento ao aumento do medo e da insegurança da população brasileira. Entretanto, a violência não afeta todos os indivíduos do mesmo modo, variando em função de fatores socioeconômicos e sociodemográficos (CANO, 1998; CECCATO, 2016). Dentro desse contexto, esse estudo objetivou caracterizar e compreender os tipos de violência que estão presentes numa cidade média, localizada no estado de Minas Gerais, tomando como variável as condições de desigualdade socioeconômica e espacial a qual estão expostas as vítimas. Para tanto, fez-se pesquisa bibliográfica e documental, utilizando dados da Polícia Militar, do setor Bolsa Família da Prefeitura Municipal de Viçosa e do CENSUS (2014). Os resultados evidenciaram diferenças em termos quantitativos e qualitativos do fenômeno estudado na cidade de Viçosa, ou seja, o tipo de violência sofrida e os respectivos números de ocorrências apareceram relacionados às regiões de planejamento, à faixa etária e ao perfil socioeconômico dos indivíduos. Verificou-se também que os jovens de cor negra/parda, residentes nas regiões de maior vulnerabilidade e segregação socioespacial, foram mais vítimas de agressões físicas e homicídios. Já os jovens de cor branca, residentes nas regiões menos segregadas e de menor vulnerabilidade social, foram mais afetados pelos roubos. Concluiu-se que a desigualdade socioeconômica a qual estão expostos os jovens das regiões de planejamento é o elemento propiciador da vitimização deles. Depreende-se dessa análise que os tipos de violência vivenciados na cidade não atingem a todos da mesma forma, variando conforme a Região Urbana de Planejamento, idade, sexo, cor e condições socioeconômicas.

Palavras-chaves: Violência urbana. Espaço urbano. Desigualdade social.

Abstract

Data from DATASUS (2020), have revealed the growth of urban violence, as well as, associated with this growth to the increased fear and insecurity of the Brazilian population. However, violence does not affect all individuals in the same way, varying according to socioeconomic and sociodemographic factors (CANO, 1998; CECCATO, 2016). Within this context, this study aimed to characterize and understand the types of violence that are present in a medium-sized city, located in the state of Minas Gerais, taking as a variable the conditions of socioeconomic and spatial inequality to which the victims are exposed. For this, bibliographical and documentary research was carried out, using data from the Military Police, from the family grant sector of the Municipality of Viçosa and from CENSUS (2014). The results showed differences in quantitative and qualitative terms of the phenomenon studied in the city of Viçosa, that is, the type of violence suffered and the respective numbers of occurrences, appeared to be related to the planning regions, the age group and the socioeconomic profile of the individuals. It was also found that young people of black / brown color, living in regions of greater vulnerability and socio-spatial segregation, were more victims of physical aggression and homicides. White youth, living in less segregated regions and with less social vulnerability, were more affected by thefts. It was concluded that the socioeconomic inequality to which young people in the planning regions are exposed is the element that promotes their victimization. It appears from this analysis that the types of violence experienced in the city do not affect everyone in the same way, varying according to the urban planning region, age, sex, color and socioeconomic conditions.

Keywords: Urban violence. Urban space. Social inequality.

1. Introdução

O homicídio, tipo de violência urbana mais impactante, por eliminar a vítima e não permitir a sua recuperação (BRANDÃO; COSTA, 2015), tem ao longo dos anos, apresentado índices cada vez mais alarmantes no Brasil. Tal incidência se verifica, sobretudo, no ano de 2017, quando foram registrados os maiores números, 29.186¹² casos, apenas nos espaços públicos¹³ das cidades (DATASUS, 2020)¹⁴.

Parte significativa dos indivíduos que são vítimas de homicídios, tem entre 15 e 29 anos, faixa etária que os classifica como jovens pelo Estatuto de Juventude (LEI nº 12.852, de 5 de agosto de 2013). Além disso, são do sexo masculino e de cor negra/parda¹⁵, em sua maioria, residentes em áreas pobres, localizadas nas periferias e regiões metropolitanas das cidades (SINHORETTO, 2015). Entretanto, o fato da maioria das vítimas e dos agressores habitarem áreas pobres da cidade, não significa que exista uma associação entre pobreza e criminalidade violenta (MISSE, 1995), de modo que isso “é o somatório de um processo de concentração de desvantagens sociais e econômicas com baixa capacidade institucional e social de controle que vai gerar estes bolsões de violência (e de miséria também) nas grandes cidades”. (BEATO FILHO, 2012, p.58).

Entre as desvantagens sociais, pode-se citar: as altas taxas de vulnerabilidade social, segregação socioeconômica e espacial, baixo capital social e eficácia coletiva, elementos que variam de região para região dentro de uma mesma cidade. Esses elementos estão associados à teoria da desorganização social e da atividade de rotina, que compreendem a violência urbana como um fenômeno socioespacial, ou seja, que:

(...) apresenta tanto uma dimensão social quanto uma dimensão espacial – relacionada tanto à espacialização dos atos violentos nas cidades quanto à influência que os espaços e o modo de vida urbanos têm na configuração de certos tipos deles. (MAGRINI, 2011, p. 95).

¹² De acordo com os dados do DATASUS (2020), no ano de 2007, houve 21.188 casos de homicídios nos espaços públicos do Brasil, passando para 29.186 em 2017, um aumento de 14,5 mortes para cada 100 mil habitantes.

¹³ Nos termos de Gomes (2002), espaços públicos são as ruas, praças, avenidas e outros locais de uso comum, em que as pessoas têm livre acesso de circulação, estando sujeitas apenas às normas que regulam o comportamento nesses espaços.

¹⁴ O homicídio se define, para o presente propósito, como a morte de uma pessoa causada por uma agressão intencional de outra (s). Para os dados procedentes de certidões de óbito, o conceito operacional de homicídio se identifica com a soma das categorias da Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-10) referidas à “morte por agressão”, “morte por intervenção legal”, “morte por operação de guerra” e as respectivas mortes por sequelas (PROTÓCOLO DE BOGOTÁ, 2015, p. 5).

¹⁵ Segundo os dados do DATASUS (2020), dos 29.186 casos de homicídios ocorridos no espaço público no ano de 2017, 17.366 eram de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Desse total, 16.622 eram do sexo masculino, sendo 81% de cor negra/parda.

De acordo com a teoria da atividade, para um crime ocorrer é necessário que haja, um infrator, uma vítima em potencial e a ausência de alguém ou alguma coisa que possa impedir sua ocorrência. (COHEN; FELSON, 1979). Já a teoria da desorganização social, postula que a criminalidade é resultado da redução da influência das regras sociais existentes sobre o comportamento dos indivíduos de determinada comunidade. (THOMAS; ZNANIECKI, 1999).

As teorias da atividade de rotina e da desorganização social têm sido utilizadas em conjunto e com êxito para explicar o motivo que leva uma mesma cidade a exibir padrões diferentes de criminalidade violenta. (SMITH, FRAZEE E DAVISON, 2000; ANDRESEN, 2006; LOUDERBACK E ROY, 2017). Tendo por base as duas teorias, o presente estudo pretendeu caracterizar e compreender os tipos de crimes violentos¹⁶ (roubos, homicídios e agressões físicas) numa cidade média, Viçosa/MG¹⁷, considerando as suas 14 RUP (Regiões Urbanas de Planejamento). Para tanto, serão tomadas como variáveis as condições de desigualdade socioeconômica e espacial as quais estão expostas as vítimas nessas referidas RUP.

Este trabalho está dividido em quatro partes. Além dessa introdução, a primeira é formada por dois subcapítulos.

No primeiro, abordando a teoria da desorganização social e da atividade de rotina, são apresentados os elementos que estão associados às elevadas taxas de criminalidade nas diferentes regiões de uma mesma cidade. O segundo subcapítulo trata da relação entre desigualdade socioeconômica e espacial, a qual estão expostas a população urbana das cidades brasileiras e como essas desigualdades convergem para episódios de violência de diferentes tipos e em diferentes locais. A segunda parte, trata dos procedimentos metodológicos para alcançar o objetivo proposto e, por fim, a terceira, os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2. Teoria da desorganização social e da atividade de rotina

Estudos focados na influência da desorganização social sobre a criminalidade e a violência tiveram início com a fundação da Escola de Chicago¹⁸, sendo um estudo importante

¹⁶ Crimes que ameaçam à integridade física ou à vida da vítima.

¹⁷ Do ano de 2013 para o ano de 2017, a taxa de mortes por 100 mil habitantes em Viçosa passou de 33,23 casos para 54,13. (ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2019). Valor maior que a média registrada no Estado de Minas Gerais que, no mesmo período, passou de 22,9 para 20,4 homicídios por 100 mil habitantes. (CERQUEIRA et al., 2019).

¹⁸ Segundo Coulon (1995), o termo “Escola de Chicago” designa o conjunto de trabalhos de pesquisa realizado por professores e estudantes de sociologia da Universidade de Chicago, entre os anos de 1915 e 1940.

desenvolvido nesse período o de Shaw e McKay. Utilizando as variáveis, baixo status econômico, heterogeneidade étnica e mobilidade residencial analisaram como a desorganização social afetava as taxas de criminalidade em Chicago¹⁹.

No estudo que desenvolveram, Shaw e McKay (1969) perceberam que havia uma relação direta entre as condições da comunidade (status econômico, heterogeneidade étnica e mobilidade residencial) e valores sociais, normas e atitudes que repercutiam nas taxas de criminalidade. Eles conseguiram detectar essa informação já que taxas mais elevadas de criminalidade eram identificadas nas áreas onde os valores e as normas eram deficientes e onde a comunidade convivia com grandes desvantagens econômicas, sociais e culturais, bem como com o maior contato das crianças com criminosos. Essa situação possibilitava às crianças o conhecimento das técnicas de roubo, a criação de vínculos e a aquisição de atitudes necessárias para se tornar um membro do grupo e, com isso, obter ganhos econômicos, prestígio e companheirismo de criminosos cuja estima e aprovação eram vitais para elas.

Dentro desse contexto, as crianças e os jovens estavam expostos a sistemas de valores concorrentes, ou seja, valores e normas sociais das comunidades que organizavam a vida social e outros valores que eram opostos aos valores da comunidade e que possibilitavam a entrada para a criminalidade. Tal, situação, por sua vez, não era percebida nas comunidades residenciais de status econômico mais elevado, onde havia uma provisão adequada para as crianças, que lhes garantia acesso aos bens materiais e simbólicos necessários para a educação e para o sucesso. Além disso, como nessas comunidades as normas sociais e os valores eram mais uniformes e consistentemente convencionais, não havia possibilidade de escolha entre um valor e outro, resultando em um baixo número de casos de criminalidade²⁰. (SHAW; MCKAY, 1969).

Na atualidade, a teoria da desorganização social tem sido utilizada para explicar os motivos que levam determinados espaços da cidade a terem taxas de criminalidade mais elevadas do que outras. Para tanto, a teoria tem nos mecanismos de vizinhança os elementos principais para o controle dos delitos, sobretudo, os laços sociais dos moradores e o grau em

¹⁹ Chicago é uma cidade localizada no meio-oeste norte-americano e caracterizada por um rápido processo de urbanização, em que de 4.470 habitantes, no ano de 1840, chegou a mais de um milhão em 1890. Ou seja, em 50 anos, a cidade apresentou um crescimento de mais de 200 vezes, chegando a 3,5 milhões em 1930. (COULON, 1995).

²⁰ Os autores ressaltam no texto que apesar da criminalidade ser percebida como uma força poderosa dentro da comunidade, ela não era suficientemente poderosa para fazer com que os indivíduos se tornassem criminosos, visto que o sistema dominante era o de valores tradicionalmente convencionais incorporados na família, igreja, escola e em outras instituições e organizações. Logo, as diferenças individuais, de personalidade, os relacionamentos familiares e o contato com outras instituições ou grupos colaboravam para a entrada ou não do indivíduo no mundo do crime.

que exercem o controle social²¹, formal e informal (KUBRN; WEITZER, 2003), sendo o controle social formal o exercido pela polícia e o judiciário e as prisões e o controle social informal realizado pela família, escola e grupos sociais, associações e movimentos sociais. (TAVARES DOS SANTOS, 2004).

No controle social informal, os residentes em determinada área da cidade atuam permitindo ou inibindo condutas consideradas desordenadas ou criminais, a partir de ações como: vigilância das ruas, intervenção direta em problemas, questionamento de pessoas sobre atividades suspeitas, advertência de indivíduos que estão se comportando mal e informando aos pais sobre a má conduta de seus filhos. (KUBRN; WEITZER, 2003). Entretanto, para que o controle social informal funcione, é necessário maior capital social e eficácia coletiva.

O capital social são as conexões entre indivíduos, como as redes sociais²² e as normas de reciprocidade e confiabilidade (PUTINAM, 2000), que são dependentes do nível de densidade dos laços entre os vizinhos, a frequência de interação e padrões de vizinhança. (SAMPSON, MORENOFF, GANNON-ROWLEY, 2002). Segundo os autores citados, esses elementos estão intrinsecamente ligados à eficácia coletiva, ou seja, a disposição dos moradores de uma determinada localidade em exercer o controle social informal, a partir de intervenções nas ações dos indivíduos dentro da sua vizinhança, as quais dependem da confiança mútua e das expectativas compartilhadas no que tange ao bem comum e público. Dentro desse contexto, para Zaluar e Ribeiro (2009, p 184), “comunidades com maior capital social, ou seja, onde existisse mais confiança, mais reciprocidade, mais sociabilidade, mais solidariedade e mais associações vicinais, teriam taxas de criminalidade mais baixa e escolas mais eficientes”.

Após a publicação do estudo de Shaw e McKay, outras pesquisas focadas na teoria da desorganização social surgiram e, com elas, outras variáveis relacionadas à desigualdade socioeconômica e sociodemográfica, como as pesquisas de Stark (1996) e de Sampson e Groves (1989). Stark (1996), objetivando ampliar a compreensão das fontes ecológicas de comportamento desviante, abandonou a explicação das abordagens psicológicas sociais de que o desvio teria como causa as características individuais e focou o estudo nas abordagens da sociologia do desvio, que entendem a criminalidade como causa das características dos lugares

²¹ O termo controle social pode ser definido como a capacidade de regulação das sociedades em função dos princípios e valores desejados (JANOWITZ, 1975).

²² Além de promover o controle social ao manter a disciplina e o seu cumprimento, entre aqueles sob sua responsabilidade, as redes sociais propiciam também: 1) apoio familiar, identificado mais nas famílias inatas, com poucos filhos e onde um dos pais tem mais tempo para se dedicar a educação dos mesmos, do que nas famílias monoparentais ou aquelas em que os pais trabalham e; 2) benefícios através de redes extrafamiliares, que são os ativos adquiridos quando se está dentro de uma rede de relações, tais como a possibilidade de conseguir um emprego e de mobilidade no que tange a ascensão na carreira profissional e sucesso empresarial (PORTES, 1998).

e dos grupos. Para tanto, trabalhou com um conjunto integrado de hipóteses e utilizou as variáveis: densidade; pobreza; 3) uso misto; 4) transitoriedade e; 5) dilapidação, as quais eram consideradas aspectos dos bairros urbanos que caracterizavam as áreas de criminalidade e que nunca foram listados pelos membros da escola de Chicago, mas que permeava toda a literatura sobre o assunto.

Sampson e Groves (1989), utilizando dados de uma pesquisa nacional realizada em 1982 em 238 localidades na Grã-Bretanha, analisaram se o baixo status econômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e perturbação familiar levavam à desorganização social da comunidade, aumentando as taxas de criminalidade e delinquência. A partir da análise feita, os autores concluíram que o controle social era menor nas comunidades urbanas do que nas suburbanas e rurais, visto que a urbanização enfraquecia o parentesco local, as redes de amizade e impedia a participação social nos assuntos locais. Além disso, a ruptura familiar interferia no controle dos filhos, tendo efeito positivo direto na prevalência de grupos de adolescentes na esquina e no aumento das taxas de criminalidade.

Outra teoria importante na compreensão espacial da criminalidade é a teoria da atividade de rotina, que, segundo Cohen e Felson (1979), apresenta três elementos como fundamentais para a ocorrência de um crime em que a vítima e o agressor têm contato direto. O primeiro, a existência de um provável criminoso, ou seja, alguém que por algum motivo pudesse cometer um crime. O segundo, um alvo adequado, podendo este ser uma pessoa ou um objeto, determinado a partir dos seguintes elementos:

(...) valor (ou seja, a conveniência material ou simbólica de um alvo pessoal ou de propriedade para os agressores), visibilidade física, acesso e a inércia de um alvo contra tratamento ilegal por parte dos agressores (incluindo peso, tamanho e recursos anexos ou bloqueados de propriedade que inibem sua remoção ilegal) e a capacidade física de vítimas pessoais de resistir a agressores com ou sem armas. (COHEN; FELSON, 1979, p. 591).

E o terceiro, a ausência de um guardião, ou seja, alguém capaz de conter um crime. Apesar da polícia ser a mais adequada para evitar a ocorrência de um ato criminoso, dificilmente está por perto no momento de um crime. Nesse caso, vizinhos, amigos, entre outros indivíduos são os mais adequados para inibir casos de criminalidade. (COHEN; FELSON, 1979).

Com relação aos elementos que contribuem para que as taxas de criminalidades sejam mais elevadas em um dado espaço da cidade, bem como para que alguns indivíduos sejam mais vítimas, Beato, Peixoto e Andrade (2004, p. 76) destacam cinco elementos: 1) exposição da vítima ao agressor, tempo em que o indivíduo frequenta locais públicos, estabelecendo contatos

e interações sociais, sendo, nesse caso, o estilo de vida do indivíduo o elemento determinante na presença e intensidade dos outros elementos, visto que o estilo de vida: “determina em que medida os indivíduos se expõem ao frequentar lugares públicos, qual a sua capacidade de proteção, seus atrativos e a proximidade com os agressores”; 2) proximidade entre a vítima e o agressor se refere aos contatos sociais entre os dois indivíduos, em que o local de residência, características socioeconômicas, atributos de idade e sexo, bem como a proximidade de interesses culturais são fatores que podem favorecer a vitimização; 3) capacidade de proteção da vítima, elemento que está intrinsecamente relacionada ao estilo de vida da vítima, pois quanto maior a capacidade de se proteger de um crime ao evitar contatos com possíveis agressores, menores são as chances de vitimização. Logo, andar de carro e não de ônibus e ter segurança privada, pode reduzir o contato com criminosos que podem estar nesses lugares e ao mesmo tempo reduzir as chances de vitimização; 4) menor possibilidade de resistência do indivíduo e maior retorno esperado pelos criminosos, a pouca ou nenhuma capacidade de resistência da vítima é um elemento atrativo para o criminoso, visto que tendem a reagir com pouca intensidade, possibilitando menor risco de aprisionamento. Já o maior retorno, diz respeito a maior possibilidade de ganhos nas abordagens de alguns indivíduos, assim, indivíduos que oferecem maiores ganhos para o criminoso tem maiores chances de vitimização e; 5) natureza dos delitos, como cada elemento anteriormente citado exerce uma influência diferente na determinação do crime, a natureza do delito permite determinar a proporção de cada elemento citado na vitimização.

Uma vez que a questão espacial se coloca como elemento importante na teoria da desorganização social e da atividade de rotina, estudos como os de Simcha-Fagan e Schwartz (1986), Sampson e Wooldredge (1987), Smith, Frazee e Davison (2000), Moriarty e Williams (1996), Andresen (2006) e Louderback e Roy (2017) têm utilizado as duas teorias em conjunto e obtido bons resultados na explicação das elevadas taxas de criminalidade e vitimização em determinados espaços da cidade.

Simcha-Fagan e Schwartz (1986), utilizando dados de uma pesquisa realizada com adolescentes do sexo masculino de 12 bairros da cidade de Nova York, analisaram as características de vizinhança que afetavam as taxas de delinquência e criminalidade. Os fatores importantes considerados nessa análise foram o nível de participação organizacional da comunidade, a extensão da desordem e a subcultura criminal.

Sampson e Wooldredge (1987) verificaram a diferença no risco de vitimização de 10.905 pessoas residentes na Inglaterra e no País de Gales, relacionando os casos de vitimização com as características demográficas, as atividades de rotina no estilo de vida e o contexto de

comunidade. Moriarty e Williams (1996) pesquisaram a vitimização por crimes contra a propriedade em 400 famílias residentes em bairros com taxas baixas e altas de criminalidade na parte ocidental da Virgínia.

Smith, Frazee e Davison (2000) verificaram em um estudo sobre assaltos a ruas no sudeste americano, vários efeitos da interação entre as variáveis de desorganização social e da teoria da atividade rotineira. Andresen (2006), para saber como os diferentes atributos demográficos, econômicos e sociais das unidades de fronteira do censo em Vancouver, British Columbia, interferiam na taxa de crimes, utilizou dados extraídos do Departamento de Polícia de Vancouver, dados sociodemográficos e socioeconômicos do Censo do Statistics, em 1996.

Por fim, Louderback e Roy (2017), por meio de dados de 290 setores do Censo no Condado de Miami-Dade, Flórida, Estados Unidos, pesquisou os efeitos dos programas de Vigilância do Crime Comunitário sobre as taxas de roubos e agressões.

Apesar do contexto brasileiro ser diferentes do apresentado nos estudos internacionais, as teorias da desorganização social e da atividade de rotina também têm sido utilizadas em estudos sobre o Brasil que, segundo Cerqueira et al. (2005), têm na exclusão social, conjugada com a desigualdade socioeconômica, os principais fatores para a criminalidade. Nesse sentido, o próximo tópico aborda elementos das duas teorias citadas e que estão associadas às altas taxas de criminalidade em determinados espaços do Brasil.

3. Violência urbana, desigualdade socioeconômica e espacial

O espaço é organizado por meio de padrões de diferenciação social e separação, que variam em função da cultura e da história, evidenciando os princípios estruturadores da vida pública e, ao mesmo tempo, indicam como os diferentes indivíduos se inter-relacionam no espaço urbano. Nesse sentido, as cidades modernas são marcadas por desigualdade social e segregação espacial, havendo diferenciação na apropriação do espaço, por diferentes grupos, em função do poder e da posição social. Dentro desse contexto, a segregação que tende a prevalecer é aquela em que os grupos com maior influência e condição econômica tendem a se concentrar nas áreas mais estruturadas e em locais privilegiados da cidade, em que o preço da terra supera a possibilidade de acesso de grande parte da população. (CALDEIRA, 2002).

Nas áreas habitadas pela população de maior renda e influência, geralmente há uma maior concentração de serviços, equipamentos e infraestrutura pública, como escolas, comércio, emprego, saneamento, energia elétrica, telefonia, rede viária e de transporte. Por outro lado, a população com menor poder aquisitivo e influência tende a habitar áreas mais

distantes, às vezes sem controle no uso do solo e com pouco ou nenhum serviço, equipamento público e infraestrutura urbana e onde o preço da terra é mais baixo, se comparado ao preço nas áreas com localização privilegiada. (SCHVASBERG, 2003).

Apresenta-se assim a situação de muitas periferias e favelas das cidades brasileiras – espaços densamente povoados e desorganizados socialmente, onde os habitantes, em sua maioria, são pobres, com baixos níveis educacionais, desempregados, às vezes ocupando postos com remuneração mínima ou vivendo na informalidade. A estrutura deficitária dessas comunidades não permite que atuem efetivamente no controle social do crime e da violência, tendo como resultado uma baixa eficácia coletiva. Essa situação facilita o surgimento de organizações criminosas que, pelo uso da força, acabam tendo o controle dessas áreas, transformando-as em ponto de venda de drogas, de disputas de territórios e de circulação de armas de fogo. (CAVALCANTI, 2017).

Nesse contexto, os mais afetados são os jovens, principalmente aqueles que possuem famílias com bases estruturais fracas, residentes em localidades com alta incidência de abuso de drogas e álcool. Eles são captados por jovens do tráfico, com os quais possuem alguma relação, ampliando a circulação de armas de fogo, as quais passam a constituir não apenas meio de defesa, mas de *status* dentro de determinada área. (CAVALCANTI, 2017).

Entretanto, a pobreza e a carência material e simbólica, que caracterizam muitos bairros, não podem ser entendidas como causa explicativa da violência. É preciso entender que existe uma combinação de variáveis ligadas aos problemas de socialização primária deficiente na família e de uma socialização baseada em carências materiais, educativas, de inserção no mercado de trabalho e de dispositivos socialmente integradores de diversas características como, por exemplo, ligados ao lazer, ao esporte e a atividades lúdicas. (GADEA, 2017).

Dessa forma, os fatores capazes de gerar autores e vítimas de violência não estão relacionados apenas na manifestação da violência em determinado espaço da cidade. A sua produção também se dá a partir de uma divisão social do espaço e de um urbanismo particular, que irá produzir tipos de violência de acordo com o nível de segregação de uma dada área. (CARRIÓN, 2008). Assim, ao mesmo tempo em que nas áreas nobres ocorrem os roubos, nas áreas de menor poder aquisitivo são os homicídios que prevalecem. (CANO, 1998). Nesse sentido, a violência urbana não é a mesma em todas as regiões, existindo tipos de violência que se manifestam mais em alguns espaços do que em outros, em função da vulnerabilidade social e do nível de segregação a qual determinada população está exposta.

Apesar dos estudos brasileiros estarem majoritariamente associados aos contextos das cidades de grande porte, buscando aprofundar a temática e a contribuição ao tema, o presente

estudo busca analisar a relação entre certos aspectos da desigualdade social e as taxas de criminalidade e vitimização no contexto de uma cidade média, do interior de Minas Gerais. Ou seja, existe uma recorrência dos tipos de violência urbana associados às grandes metrópoles àquela presente no contexto estudado? Os tipos de violência diagnosticados também estão associados à vulnerabilidade social e ao nível de segregação socioespacial a qual essas populações estão expostas? Esses serão nossos pontos centrais de investimento nos próximos tópicos.

4. Procedimentos Metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, foram utilizados dados secundários obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica relacionou-se às categorias, espacialização da violência, vulnerabilidade social e segregação social, tomando como referência as publicações acadêmicas e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS²³).

Já a pesquisa documental baseou-se nos dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar sediada em Viçosa, do setor da Prefeitura Municipal de Viçosa que trabalha com o Programa Bolsa Família e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Na Polícia Militar, pesquisou-se, a partir dos boletins de ocorrência, nos anos de

²³ O Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS), é uma Organização Não Governamental com foco em estudos, formação e assessoria nas áreas social, urbanística, ambiental e de gestão pública. Ele apresenta uma análise da cidade de Viçosa, por meio de uma divisão dela em regiões, a qual chama de Regiões Urbanas de Planejamento. Essas regiões foram formadas a partir do agrupamento de ruas e bairros da cidade, tendo como critério a proximidade e similaridade socioeconômica entre elas. São RUP de Viçosa: **1 - Centro:** Integrada pelos bairros: Ramos, Clélia Bernardes, Belvedere e Centro. Este último limitado pelas ruas: Gomes Barbosa, Ladeira dos Operários, José Antônio Rodrigues, Dos Estudantes, Av. P. H. Rolfs (da linha férrea até a esquina com a Av. Castelo Branco), Av. Marechal Castelo Branco, (até o trevo do Belvedere), Geninho Lentine, Dr. Milton Bandeira, Dona Gertrudes, Tenente Kümmel, Av. Bueno Brandão e Floriano Peixoto. **2 - Acamari:** Integrada pelos bairros: Romão dos Reis, Rua Nova, Acamari, Vila Alves, Jardim do Vale, Quinta dos Guimarães, Monte Verde e Otávio Pacheco. **3 - Bom Jesus:** Integrada pelos bairros: Bom Jesus, Bela Vista, Sagrada Família, Estrelas e Conceição. **4 - Nova Viçosa:** Integrada pelos bairros: Nova Viçosa e Posses. **5 - Fátima:** Integrada pelo Bairro de Fátima. **6 - Lourdes:** Integrada pelos bairros: Betânia, Santa Clara (parte baixa, limitada pela av. JK até a rua Joaquim Andrade), Lourdes e Al. Fábio Ribeiro Gomes. **7 - Santa Clara:** Integrada pelos bairros: JK, Santa Clara (parte alta), Maria Eugênia, Coelhas e São Sebastião. **8 - Passos:** Integrada pelos bairros: Fuad Chequer, Sagrado Coração (Rebenta Rabicho) e pela área limitada pela Rua dos Passos (do Hospital S.J. Batista até a esquina com a Dona Gertrudes), Rua Dr. Brito, Santana, Álvaro Gouveia e Dr. José N. Vaz de Melo. **9 - Santo Antônio:** Integrada pelos bairros: Julia Molar, Santo Antônio (do Belvedere até o trevo de Coimbra). **10 - Nova Era:** Integrada pelos bairros: Nova Era, Vale do Sol e União (Morro do Café). **11 - Amoras:** Integrada pelos bairros: Barrinha, Cidade Nova, Arduíno Bolívar (Amoras), Laranjal (São José), Boa Vista, Vau-Açu, Inácio Martins e Floresta. **12 - Silvestre:** Integrada pelos bairros: Liberdade, João Braz, Violeira, Recanto da Serra, Parque do Ipê, Inconfidentes, Silvestre e Novo Silvestre. **13 - Fundão:** Integrada pelo distrito de São José do Triunfo. **14 - Cachoeirinha:** Integrada pelo distrito de Cachoeira de Santa Cruz.

2013 a 2018, dados sobre os homicídios, as agressões físicas e os roubos consumados nas diferentes regiões de Viçosa, bem como o perfil das vítimas, em termos de idade, sexo e cor.

Já no setor da Prefeitura de Viçosa, responsável pelo programa Bolsa Família²⁴, foram pesquisados o número de pessoas cadastradas por bairros. Por fim, no CREAS²⁵ foram pesquisados os casos registrados de violência doméstica, abandono ou negligência, alcoolismo, uso de drogas e abuso ou exploração sexual em criança ou adolescente, que são indicadores de desestruturação familiar, bem como os locais em que ocorreram esses casos.

As análises desenvolvidas neste estudo se basearam nos dados que foram reunidos por Regiões Urbanas de Planejamento (RUP) que, de acordo com o Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS), é o agrupamento de bairros e ruas que apresentam características semelhantes. (CENSUS, 2014).

Após a coleta dos dados, utilizou-se o Programa Excel para que fosse possível identificar indicadores quantitativos e/ou qualitativos capazes de gerar inferências sobre as condições de produção/reprodução de mensagens (BARDIN, 2011). Posteriormente, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, em que, seguindo as orientações de Godoy (1995), fez-se a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Esse conjunto de informações resultaram na produção de tabelas, gráficos e mapas, sendo os grupos apresentados nos mapas criados a partir do desvio padrão dos dados tabulados no Excel. Por fim, fez-se uma análise de agrupamentos, a qual foi constituída por um conjunto de procedimentos estatísticos que possibilitaram a reunião de elementos com características similares. (FARRELLY et al., 2017).

Neste trabalho foi utilizado, o agrupamento hierárquico, que permitiu o agrupamento de regiões de planejamento similares, de acordo com as variáveis: Roubo, Agressão Física, Homicídio, Renda per capita, Bolsa Família, Assistência CREAS, Vulnerabilidade e Índice de Segregação, baseando-se na distância euclidiana como medida de proximidade entre as regiões. Para a visualização dos agrupamentos, foi gerado pelo pacote *phatmap* (KOLDE, 2015), do *software R* (R Development 2018), um Heatmap com os dendogramas obtidos para as regiões e para as variáveis consideradas.

²⁴ O Bolsa Família é, segundo MDS (2018), um programa de transferência direta de renda que atende famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00) e pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 89,01 a R\$178,00), desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição.

²⁵ De acordo com a Lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, cujo objetivo é a prestação de serviços a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social.

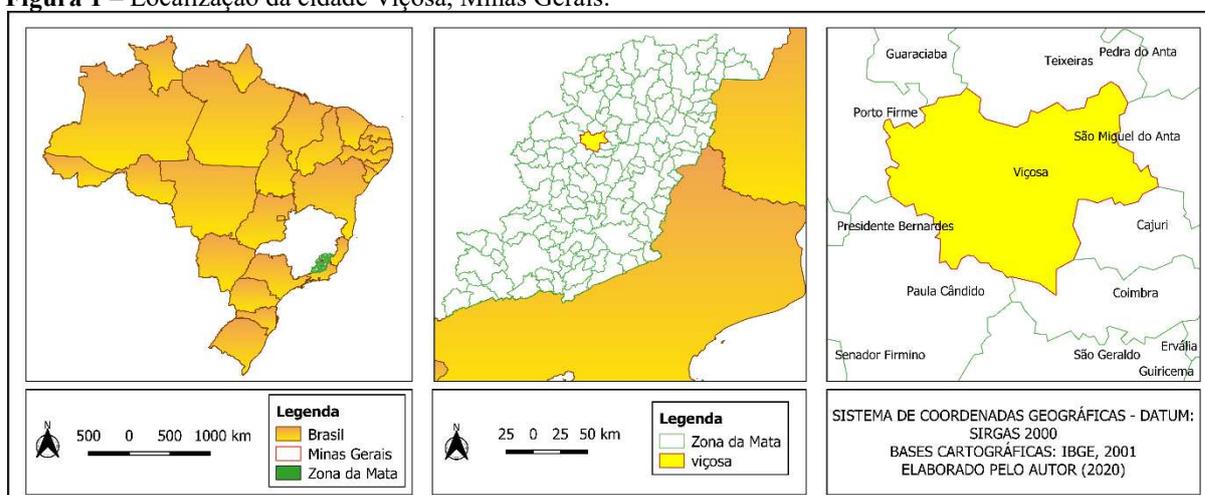
5. Resultados e Discussão

Para possibilitar uma maior compreensão da desigualdade socioeconômica e da violência urbana na forma de roubos, homicídios e agressões físicas nas RUP de Viçosa, este capítulo foi dividido em dois subtópicos. O primeiro, trata da desigualdade socioeconômica entre as RUP, a partir da caracterização da cidade de Viçosa e da sua população. O segundo, aborda os roubos, homicídios e agressões físicas nas RUP, relacionando-os com as condições de desigualdade socioeconômica a qual estão expostas as vítimas.

5.1 Caracterização da cidade Viçosa

O município de Viçosa (Figura 1) está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, possui área territorial de 299,314 km² e em seus limites situam-se os municípios de Teixeiras, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta e Porto Firme. Em 2019, a população de Viçosa foi estimada em 78.846 habitantes (IBGE, 2020), residindo a maior parte (93,20%) na área urbana da cidade. (CENSUS, 2014).

Figura 1 – Localização da cidade Viçosa, Minas Gerais.

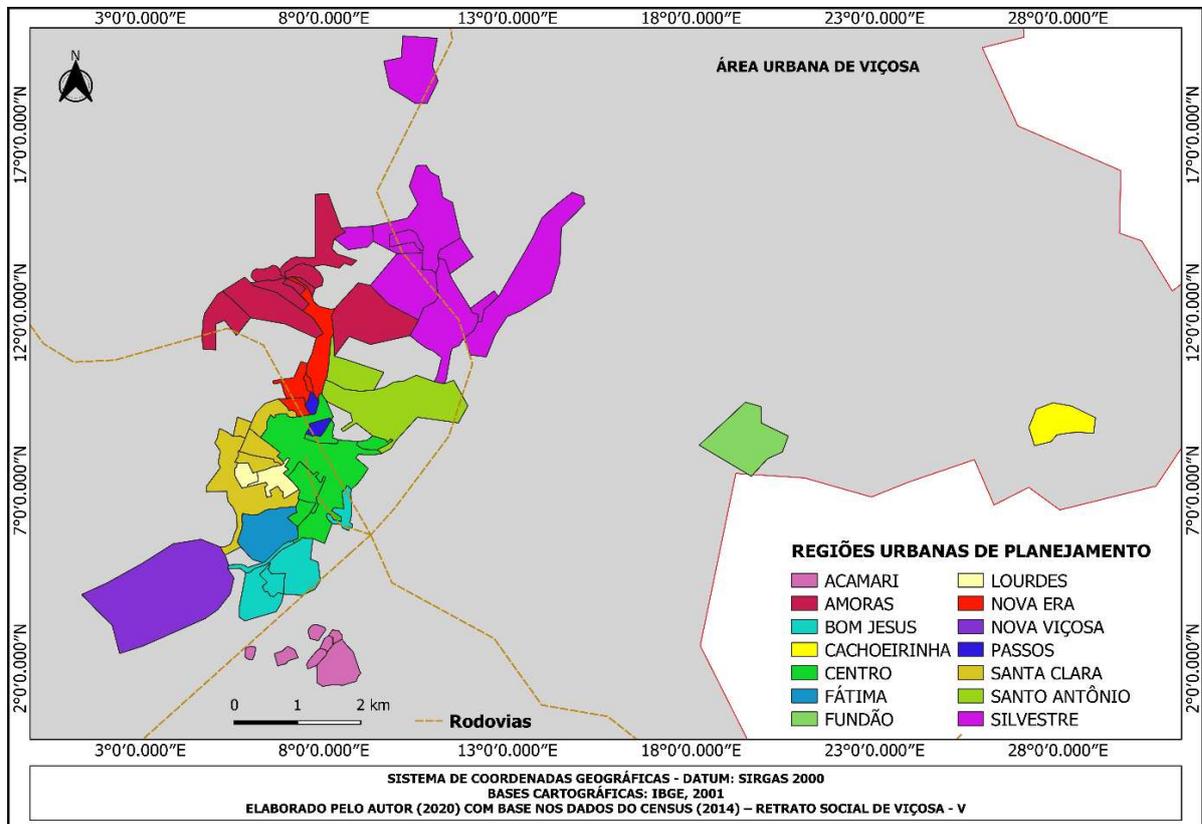


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2001), 2019.

A cidade é constituída por quatro distritos e 55 bairros, sendo os distritos: a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo. Além dessa organização territorial, de acordo com o CENSUS (2014), a área urbana pode ser dividida em RUP, critério que será adotado neste estudo e que, conforme mostra a Figura 2, são: Acamari, Bom Jesus, Centro,

Nova Viçosa, Fátima, Lourdes, Santa Clara, Passos, Santo Antônio, Nova Era, Amoras, Silvestre, Fundão e Cachoeirinha.

Figura 2 – Regiões Urbanas de Planejamento de Viçosa, MG.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CENSUS (2014) – Retrato Social de Viçosa, V, 2019.

A principal atividade desenvolvida em Viçosa é a de serviços, com destaque para a educacional, presente nas instituições de ensino públicas e particulares, de níveis fundamental, médio, técnico e superior, com forte impacto sobre o comércio, construção civil e o ramo imobiliário da cidade. (SILVA, 2016). A fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, no ano de 1922, teve papel de destaque na “vocação do município”. A referida instituição foi transformada no ano de 1948 em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e, mais tarde, no ano de 1969, federalizada como Universidade Federal de Viçosa.

Apesar da cidade possuir uma população inferior a 100 mil habitantes, o que, segundo os critérios do IBGE (2010), a classificaria como cidade de pequeno porte, com base nos estudos de Batella (2017) e Sposito (2001), Viçosa é considerada cidade média. Isso se deve ao seu papel regional e potencial de comunicação e articulação dado pela sua posição geográfica, bem como pelo papel central do consumo na estruturação dos fluxos definidores do papel intermediário dessas cidades.

Assim, o que caracteriza Viçosa como cidade média é a presença da Universidade Federal de Viçosa, no centro da cidade, a União de Ensino Superior de Viçosa (UNIVIÇOSA) e a Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV). Além disso, a cidade é influenciadora no crescimento do comércio para essa região e da intensificação do uso do solo, caracterizando novas formas de produção e consumo. (BATELLA, 2017).

Durante o desenvolvimento da cidade, a Universidade Federal de Viçosa atraiu um número cada vez maior de pessoas à procura de emprego ou estudo. Esse processo deu-se de forma mais intensa, a partir do ano de 1950, período em que a população da cidade quase dobrou a cada 10 anos. (RIBEIRO FILHO, 1997). A chegada das demais instituições de ensino – a saber: UNIVIÇOSA (2000), ESUV (2001) e Faculdade de Estudos Superiores de Viçosa (2001) – acirrou ainda mais a disputa pela terra urbana, elevando os preços dos lotes.

O crescimento da cidade se revelou desorganizado e irregular, pois de um lado havia uma cidade legal, dentro dos parâmetros urbanísticos, com infraestrutura e serviços, e de outro, uma cidade ilegal, fora dos padrões urbanísticos, baseada na compra clandestina e com os habitantes sem o título de propriedade. Na década de 1990, com exceção dos bairros Ramos, Clélia Bernardes, Acamari, Parque do Ipê e Recanto da Serra, que estavam dentro dos padrões urbanísticos e tinham melhor infraestrutura, a população indigente, em sua maioria, se concentrava nos demais bairros da cidade, alguns com mais infraestrutura e serviços e outros não, como os bairros Amoras, Bela Vista, Betânia, Lourdes, Novo Silvestre, Romão dos Reis, Santa Clara, São Sebastião, Fátima, Nova Viçosa, Silvestre e João Braz. Entretanto, os bairros Lourdes, Fátima, Santa Clara e João Braz não abrigavam, na época, apenas a população indigente, havia bolsões em que essa população se concentrava. Já a população pobre estava concentrada nos bairros Bom Jesus, Santo Antônio, Centro, Nova Era, Vale do Sol e Sagrada Família. (RIBEIRO FILHO, 1997).

Tal diferenciação entre as regiões persiste até os dias atuais, e como será visto à frente, podem ser percebidas também em relação à escolaridade, renda, benefícios sociais, infraestrutura, serviços públicos, entre outros. Embora em relação ao ensino educacional Viçosa seja considerada um polo atrativo para pessoas de diferentes cidades e regiões do país, o nível educacional dos habitantes nas RUPs é bem diferenciado.

Como evidenciado na Tabela 1, os menores percentuais de frequência à escola da população de 15 a 17 anos está concentrada nas regiões mais vulneráveis. Nessa faixa estão associados os bairros Nova Era e Nova Viçosa, com os menores percentuais de frequência escolar, ou seja, 65,22% e 64,86, respectivamente. Com relação à população com nível superior, com idade entre 18 e 24 anos, as maiores frequências observadas foram nas regiões Centro

(68,25%), Lourdes (64,71%), Silvestre (64,38%), Fátima (60,71%), Santo Antônio (59,72%) e Acamari (52,94%). Já as menores porcentagens, nas regiões Amoras (15,31%) e Nova Viçosa (22,22%).

Tabela 1 – População em idade escolar e taxa de frequência nas escolas por faixa etária nas Regiões Urbanas de Planejamento – 2013.

RUP	Total de indivíduos em idade escolar e taxa de frequência escolar							
	6 A 14 anos		15 a 17 anos		18 a 24 anos		6 a 24 anos	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Centro	425	97,92	266	83,33	1115	68,25	1806	77,45
Acamari	204	100	53	83,33	150	52,94	407	80,43
Bom Jesus	1053	100	460	86,54	1169	41,67	2682	72,28
Nova Viçosa	894	95,05	328	64,86	717	22,22	1939	63,01
Fátima	363	97,56	168	94,74	496	60,71	1027	79,31
Lourdes	230	100	195	86,36	301	64,71	726	81,71
Santa Clara	850	91,67	212	79,17	690	30,77	1752	66,16
Passos	248	96,43	177	95	434	44,9	859	70,1
Santo Antônio	841	97,89	407	91,3	1275	59,72	2523	77,54
Nova Era	478	96,3	204	65,22	567	34,38	1249	63,12
Amoras	1018	98,26	319	77,78	868	15,31	2205	62,65
Silvestre	451	92,16	257	89,66	646	64,38	1354	78,43
Fundão	416	95,74	221	92	390	31,82	1027	70,69
Cachoeirinha	257	100	133	86,67	328	45,95	718	72,84
Média		97,07		83,99		45,55		72,55
Desvio-padrão		2,74		9,56		16,94		6,81

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CENSUS (2014).

Percebe-se pelos dados que, de forma geral, a maior porcentagem de pessoas na faixa etária de 6 a 24 anos, que frequenta escola, são oriundas das regiões Lourdes (81,71%) e Acamari (80,43%), regiões que apresentaram o menor número de pessoas em idade escolar, 726 e 407, respectivamente. As menores porcentagens relativas à população frequente à escola estiveram associadas às regiões Amoras (62,22%), Nova Viçosa (63,01%), Nova Era (63,12%) e Santa Clara (66,16%), todas elas com mais de mil jovens em idade escolar.

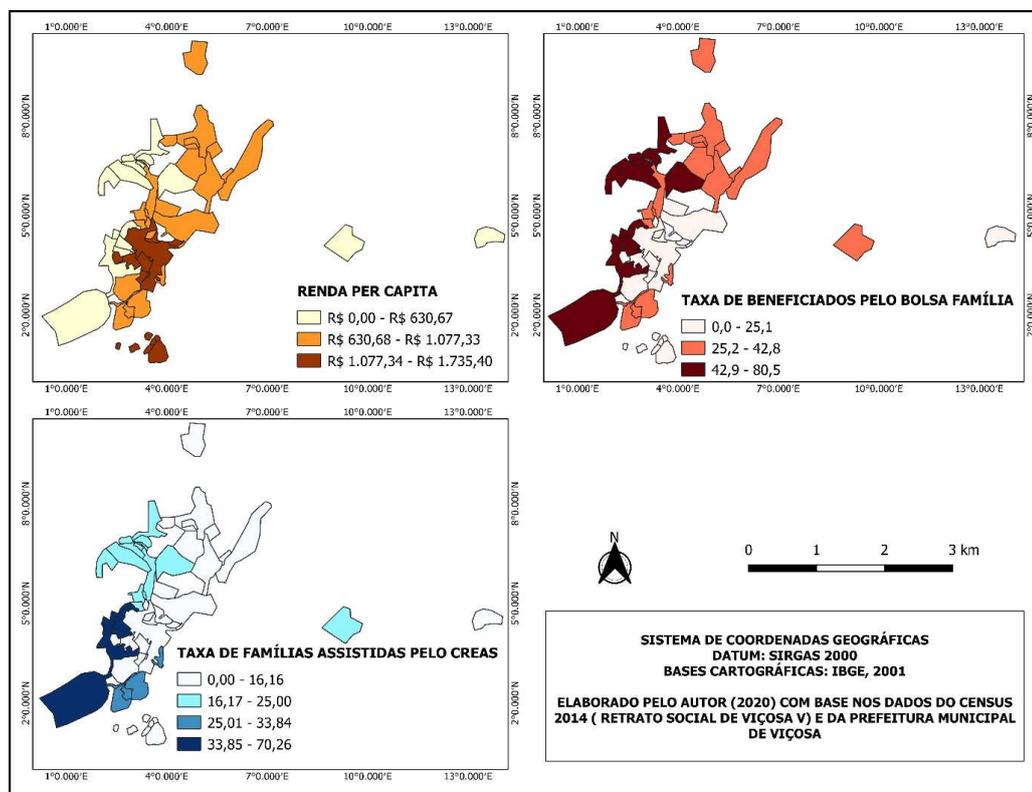
Em termos da média e do desvio padrão, observa-se, respectivamente, uma diminuição da média e um aumento da variabilidade, à medida que se aumenta a faixa etária da taxa de frequência à escola para os três primeiros intervalos. Da faixa etária de 6 a 14 anos, para a faixa etária entre 15 e 17 anos, houve uma queda de 13,08%, sendo que uma queda ainda mais acentuada é percebida com a passagem da faixa etária entre 15 e 17, para a de 18 a 24 anos, 38,44 pontos percentuais. Notavelmente, os bairros Nova Viçosa, Santa Clara e Nova Era apresentaram taxas abaixo do valor médio para as três faixas etárias consideradas. Os bairros

Centro, Acamari, Fátima, Lourdes, Santo Antônio mostraram taxas próximas ou superiores à taxa média.

A baixa renda per capita, o alto número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família, cujo benefício é concedido às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, e o alto número de famílias atendidas pelo CREAS em decorrência de problemas relacionados à violência doméstica, abandono ou negligência, alcoolismo, uso de drogas e abuso ou exploração sexual de criança ou adolescente são indicativos de vulnerabilidade social²⁶. Segundo Abramovay (2002), esse fenômeno está também relacionado à violência sofrida e praticada pelo jovem.

Ao se analisar esses dados (renda per capita das famílias, incidência de Bolsa Família e taxa de pessoas atendidas pelo CREAS) e a região urbana a qual essas famílias residem, percebe-se que esses auxílios e benefícios sociais diminuem conforme o aumento da renda per capita e que variam conforme a RUP (Figura 3).

Figura 3 – Renda per capita, taxa de beneficiados pelo programa Bolsa Família e taxa de famílias assistidas pelo CREAS nas RUP – 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CENSUS (2014) e do setor Bolsa Família da Prefeitura Municipal de Viçosa (2018), 2019.

²⁶ Para Abramovay (2002), vulnerabilidade social é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Os dados apontam que as maiores rendas per capita estão concentradas nas regiões Acamari (R\$ 1.735,40), Lourdes (R\$ 1.356,84) e Centro (R\$ 1.638,01), cujas regiões concentram o maior número de pessoas com ensino superior, indicando a educação como reflexo do nível de renda. Essas regiões apresentaram as menores taxas de beneficiados com o Bolsa Família e de atendimento CREAS, abaixo de 25,1% e de 16,16%, respectivamente. Já as maiores ocorrências de bolsa família, acima de 42,9%, e de atendimentos do CREAS, acima de 33,84%, foram registradas nas regiões de menor renda per capita: Santa Clara (R\$ 577,76), Amoras (R\$ 541,44) e Nova Viçosa (R\$ 383,32).

Segundo Silva (2016), dentre as RUP, a Região Centro, que concentra a população de renda média e alta, é a região mais verticalizada, densamente povoadas e dotada de mais infraestrutura e serviços. Tal concentração é resultado da ação de promotores imobiliários que viram nessa região uma possibilidade de altos lucros, uma vez que está próxima da Universidade Federal de Viçosa, local de trabalho e estudo de considerável número de habitantes da cidade. (RIBEIRO FILHO, 1997).

Apesar de não ser o único fator que estaria relacionado ao fenômeno, os bairros periféricos com maior distância centro-periferia tendem a estar associados aos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente no território urbano. Esse é o caso, por exemplo, dos bairros Bom Jesus, Estrelas e Nova Viçosa, cuja população tem renda mais baixa que a do centro da cidade e os bairros estão associados a graves problemas de infraestrutura e serviços urbanos. (SILVA, 2016).

Além da distância desses bairros do centro, o poder político e recursos econômicos dos seus residentes tendem a explicar as diferenças havidas nos territórios urbanos. É o caso do Acamari, Jardins do Vale, Monte Verde e Otávio Pacheco, condomínios fechados nas regiões periféricas da cidade, os quais servem de moradia para a população de classe média e alta da cidade. (SOUZA, 2016).

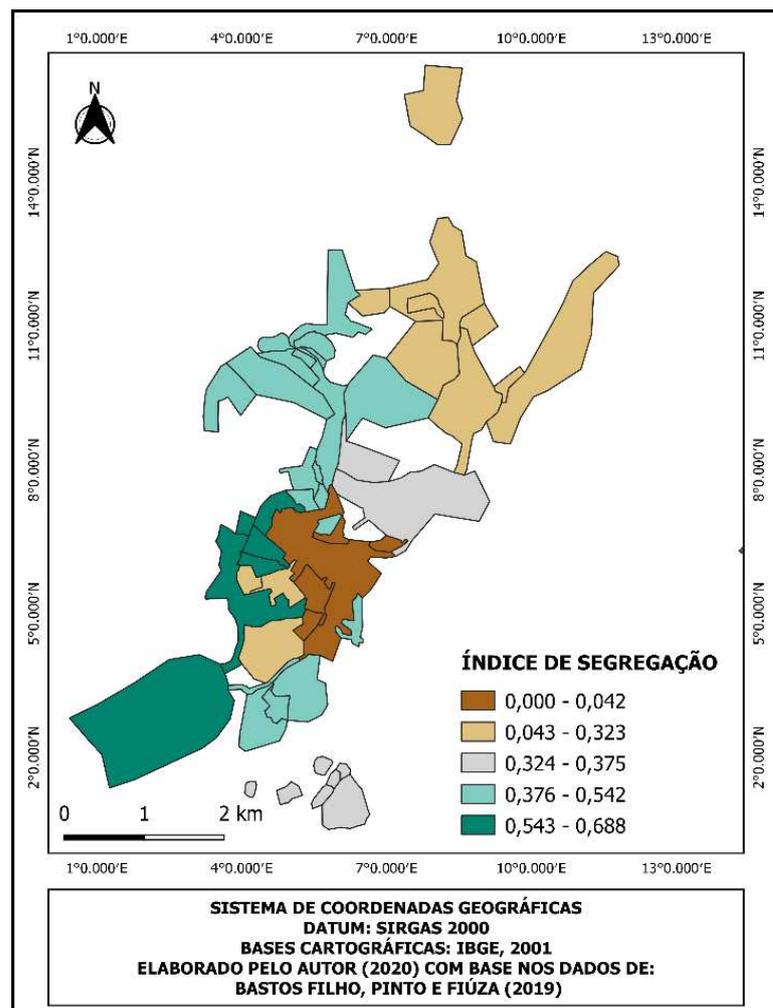
Já a região norte tem uma diversidade de faixas de renda, sendo local de moradia da população de renda alta nos bairros Liberdade 1 e 2; de média renda no caso do João Braz e de baixa renda, Silvestre e Novo Silvestre, com destaque para o bairro Novo Silvestre, com pouca infraestrutura e serviços urbanos. (SILVA, 2016).

A partir da referência desses dados, percebe-se que em Viçosa, da mesma forma como ocorre em outras cidades, a população de renda mais elevada tende a habitar não apenas as áreas da cidade onde se concentram o maior número de equipamentos públicos, infraestrutura e serviços, mas também as regiões mais bem localizadas, em termos de estradas e rodovias, capazes de facilitar o seu deslocamento. O tempo de deslocamento, segundo Villaça (2012, p.

69), é “a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja, sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviço, lazer etc.”. Além disso, o tempo de deslocamento tem forte impacto sobre a renda familiar e saúde dos seus membros, uma vez que quanto mais distantes do centro, maiores são os gastos familiares com transporte, maior cansaço físico e menos horas de sono. (VILLAÇA, 2012).

Baseando-se nos elementos citados e em outros, Bastos Filho, Pinto e Fiúza (2019) elaboraram um índice de segregação para cada RUP de Viçosa, utilizando como variáveis as seguintes características das regiões: distância de cada região em relação ao centro, déficit habitacional, dados socioeconômicos, infraestrutura, educação, acessibilidade, vulnerabilidade familiar, saúde e emprego. Na avaliação dos autores, quanto mais próximo de 1, mais segregada é a região da cidade, caso, por exemplo, das regiões Santa Clara e Nova Viçosa (Figura 4), consideradas as mais segregadas, apresentando índices de 0,615 e 0,688, respectivamente.

Figura 4 – Índice de Segregação das Regiões Urbanas de Planejamento -2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Bastos Filho, Pinto e Fiúza (2019), 2019.

Essas regiões além de estarem mais afastadas da região Centro, apresentam a mais baixa renda média e per capita por família, bem como precários e reduzidos acessos às escolas, PSFs, hospitais e alta vulnerabilidade familiar. Já a região Centro foi classificada como a menos segregada de todas, possuindo um índice de 0,042, visto que está bem localizada em termos de ruas e rodovias, possui mais infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, ausentes ou deficientes nas outras regiões.

Percebe-se pelos dados que Viçosa tem o mesmo quadro desigual e excludente de outras cidades brasileiras no que tange às condições de vida da população. Conforme já apontou Cavalcanti (2017) em sua pesquisa, o crescimento populacional não foi acompanhado por políticas públicas como as de moradia, saúde e educação, capazes de promover uma melhor qualidade de vida.

Dessa forma, vários espaços das cidades são densamente povoados e desorganizados socialmente e a população é pobre, desempregada, com baixa remuneração e nível de escolaridade. Tal situação “diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento de recursos fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade, necessários para poderem ascender socialmente”. (ABRAMOVAY, M., et al., 2002, p. 33).

Esse contexto de desigualdade socioeconômica e espacial será analisado a partir de indicadores de violência que são vivenciados pela população de Viçosa nessas diferentes RUPs, conforme apresentado nas próximas páginas. Buscar-se-á analisar os tipos de violência vivenciados na cidade de Viçosa, correlacionando esses dados com as condições de desigualdade socioeconômica a qual estão expostas as vítimas.

5.2 As Regiões Urbanas de Planejamento e a violência urbana em Viçosa

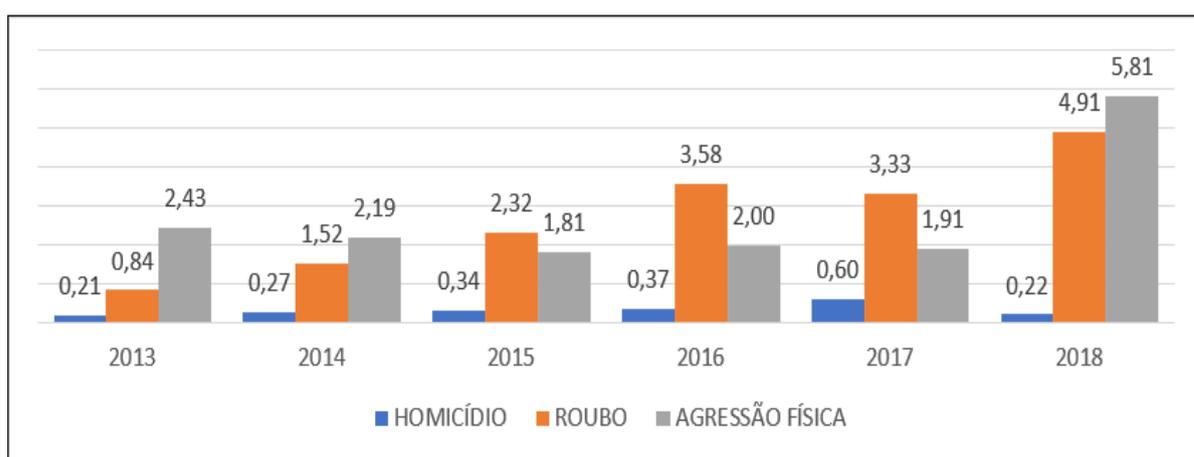
O alto índice de violência vivenciado em Viçosa está associado ao seu processo de urbanização que, como aconteceu em boa parte das cidades brasileiras, aprofundou as desigualdades social, econômica e espacial. Esse fenômeno é mais evidente nas periferias da cidade e está ligado, principalmente, ao crime contra a pessoa, como os assassinatos, o roubo, o tráfico e o consumo de entorpecentes, e a própria corrupção de policiais. (SILVA et al, 2014).

De acordo com a pesquisa, a desigualdade entre as RUPs tem se expressado também em relação à violência urbana que, segundo os dados da 97ª Companhia de Polícia Militar, tem sido cada vez mais constante. As análises evidenciam que entre os anos de 2013 e 2018, houve 2.694

casos de crimes violentos²⁷ registrados em Viçosa, sendo 1.284 roubos (47,66%), 1.254 agressões físicas (46,55%) e 156 homicídios (5,79%).

Ao se analisar os casos de violência relatados ao longo do período pesquisado (Gráfico 1), percebe-se o crescimento no número de todos eles, principalmente os roubos, que passaram de 0,84 por mil habitantes no ano de 2013 para 4,91 em 2018. As agressões físicas saltaram de 2,43 casos para cada mil habitantes registrados em 2013, para 5,81 em 2018. No caso dos homicídios, apesar de se verificar seu crescimento de 0,21 casos por mil habitantes em 2013 e 0,60 em 2017, percebeu-se uma queda no ano de 2018, quando foram registrados 0,22 casos.

Gráfico 1 – Taxas por mil habitantes de roubos, homicídios e agressões físicas registrados na área urbana de Viçosa - 2013/2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos boletins de ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais (2013/2018) e CENSUS (2014), 2019.

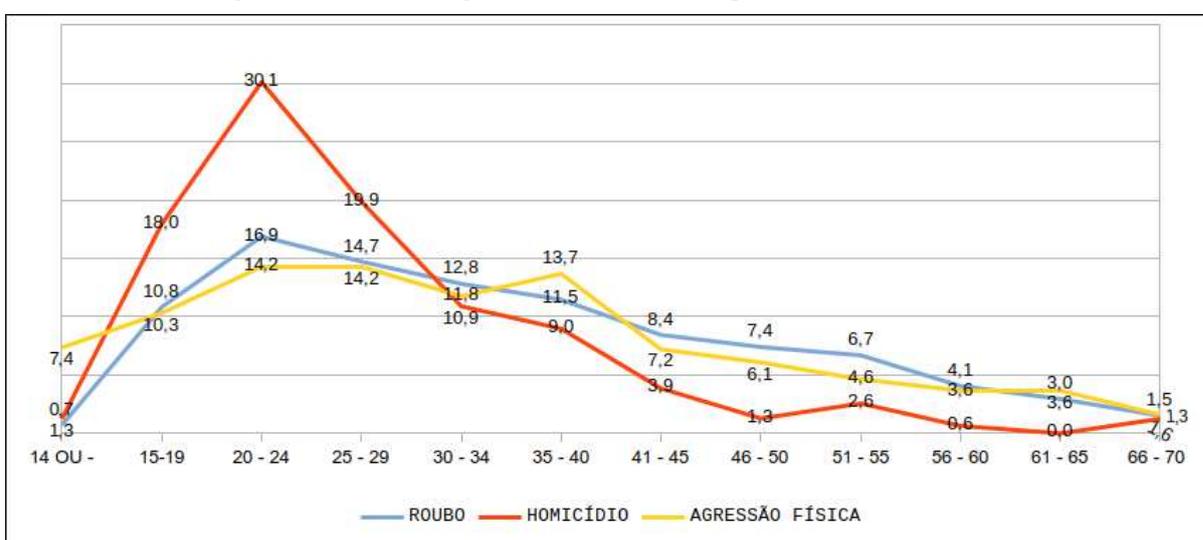
Os espaços públicos, tais como ruas e praças, foram onde mais se identificaram os casos de violência citados, principalmente das 18 horas da noite às 6 horas da manhã, período em que o número de pessoas transitando por esses locais é baixo. Nesse horário, foram registrados 70% dos roubos, 61% dos casos de agressões físicas e 58% dos homicídios. Esses dados reforçam

²⁷ Os dados sobre violência urbana, tais como homicídios, agressões físicas e roubos, fazem parte das estatísticas criminais como, por exemplo, a polícia, a promotoria, o sistema judiciário e penitenciário, bem como dos sistemas de saúde relacionados à mortalidade e à morbidade hospitalar por causas violentas, não podendo ser consideradas um reflexo da magnitude dos casos de violência e criminalidade que ocorrem nos municípios, pois: 1) Nem todos os delitos cometidos são notificados à polícia, por falta de confiança nela, da avaliação subjetiva da gravidade do tipo de crime, bem como do custo para se fazer a notificação, em termos de deslocamento e os possíveis embaraços no caso de estar envolvido com o caso; 2) Há situações em que o crime ocorre contra a propriedade e esta pode estar ou não coberta por seguro patrimonial; 3) Os subregistros policiais, ou seja, o não registro dos casos de crime e violência por parte dos policiais, devido a práticas corruptas e dos casos de mediação e arbítrio, em que os conflitos são resolvidos informalmente pela polícia, evitando o registro do caso e; 4) Dados produzidos com foco na pessoa infratora, objetivando a identificação e a punição dos possíveis culpados, havendo seletividade e estereotipagem na categorização dos suspeitos. (LEMGRUBER, MUSUMECI, RAMOS, 2002).

as afirmações de Ceccato (2016), de que condições específicas são necessárias para a ocorrência de determinados tipos de crimes e violência, como anonimato, isolamento e locais com acesso restrito.

Entre as maiores vítimas de violência em Viçosa, como pode ser verificado no Gráfico 2, estão os jovens, na faixa etária de 20 a 24 anos. Nessa faixa etária, observou-se que as taxas mais elevadas se concentraram nos casos de homicídios (30,1%), roubos (16,9%) e agressões físicas (14,2%).

Gráfico 2 – Porcentagem de homicídios, agressões físicas e roubos por faixa etária - 2013/2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos boletins de ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais, 2019.

Percebe-se pelos dados que, enquanto os homicídios e as agressões físicas, cujas vítimas estão na faixa etária de 14 anos ou menos, são próximas, apresentando valores de 0,7% e 1,3%, respectivamente, o mesmo não ocorre em relação aos roubos que, nessa mesma faixa etária, apresentaram percentuais mais elevados, 7,4% dos casos analisados.

Verifica-se também pelo Gráfico 1, que no intervalo entre 14 e 24 anos, a taxa de homicídios apresenta um crescimento mais rápido que o crescimento das taxas de roubo e agressão física. A partir dessa faixa etária, nota-se um decréscimo das três taxas, sendo o decréscimo da taxa de homicídios mais acentuado. Percebe-se que as taxas tendem para valores próximos na faixa etária entre 30 e 34 anos, 12,8%, 11,8% e 10,9%, respectivamente, para as taxas de roubo, agressão física e homicídio. Com o aumento das faixas etárias, no intervalo entre 35 e 70 anos, nota-se o decréscimo das três taxas, de modo que a curva da taxa de homicídios permanece abaixo das curvas das taxas de roubo e agressão física.

Poucas diferenças foram observadas entre as taxas de roubo e agressão física, sendo essas duas, em média, maiores que a taxa de homicídio – respectivamente 4,05 e 3,47 pontos percentuais. Na faixa etária entre 66 e 70 anos, observam-se valores próximos e de baixa magnitude para as três taxas, o que indica que essa faixa etária é alvo igualmente das três modalidades de violência, e que há baixo risco de casos. Essa baixa taxa de idosos e de pessoas com 14 anos ou menos, vítimas de violência, pode estar relacionada ao estilo de vida desses grupos, o qual, segundo Borges (2013), é marcado por maior tempo em família, limitadas interações sociais e menor exposição a situações de violência.

Fazendo uma análise do número de vítimas de violência, apenas do sexo masculino e feminino de cor negra/parda e branca, verifica-se que, em relação aos roubos, das 1.184 vítimas identificadas, a maioria (87%) era do sexo masculino, sendo 61% de cor branca e 49% de cor negra ou parda. Com relação às agressões físicas, houve 1.121 vítimas, 75% do sexo masculino, sendo que desse total, 58,01% era de cor negra/parda e 41,99% de cor branca. Com relação aos homicídios, as maiores vítimas também foram do sexo masculino, das 111 vítimas, 98% eram do sexo masculino e desse total, 75,23% eram de cor negra/parda.

O alto índice de homens vítimas de violência em relação ao de mulheres pode estar associado a fatores culturais da sociedade, em que o homem tende a sofrer mais violência física que as mulheres, devido a sua maior exposição ao risco. (JIBAT E BERHANU, 2015). De acordo com Cerqueira et al. (2017), desde os anos de 1980 são os jovens, de cor negra/parda, as maiores vítimas de homicídio. As diferenças são tão consideráveis que a impressão que se tem é de que negros e não negros vivem em países diferentes. (CERQUEIRA et al., 2018). Logo, as variáveis raça, etnia, gênero e nível socioeconômico são importantes nas análises de criminosos e vítimas, pois há uma desproporção entre essas variáveis. (JIBAT E BERHANU, 2015).

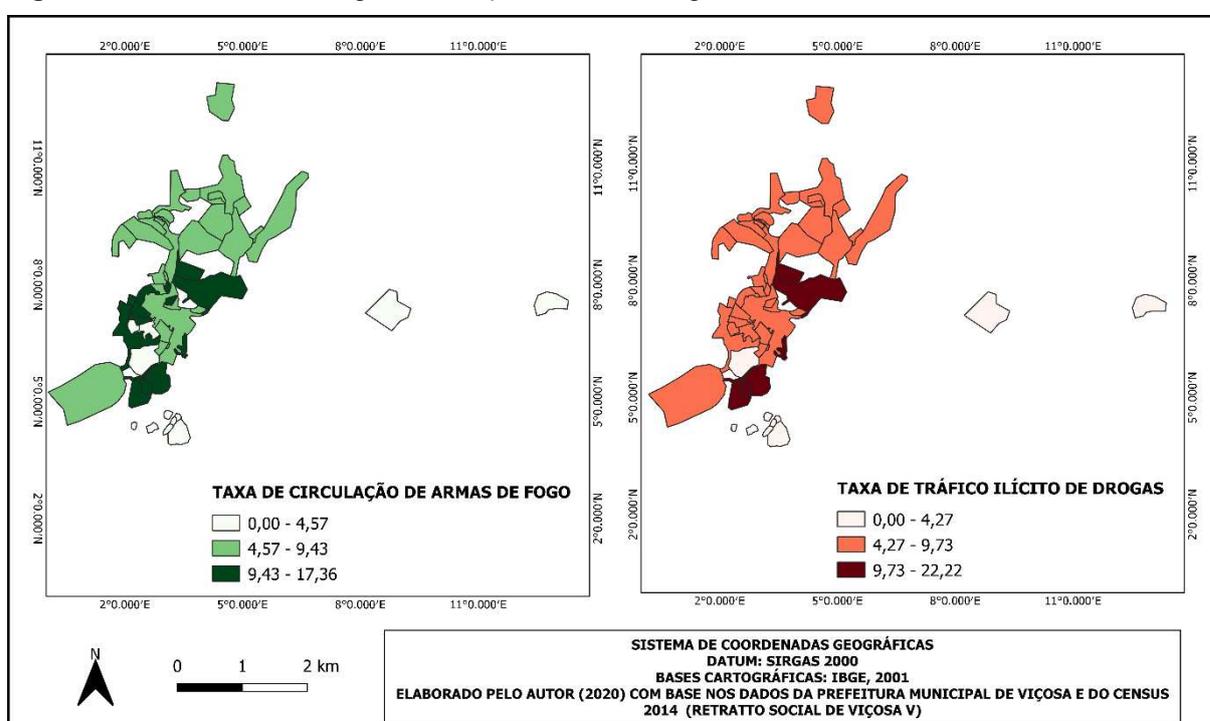
Entre os meios mais utilizados para o cometimento de ações violentas em Viçosa, destaca-se a arma de fogo que está associada a 61% dos 2.694 casos de violência identificados. Segundo Waiselfsz (2016), até 1980, a arma de fogo era responsável por 43,9% dos casos de violência letal, sendo a maioria dos casos cometidos por meio da violência física, facas, sufocamento, entre outros. Entretanto, a partir do período citado, nota-se o seu crescimento chegando a níveis alarmantes em 2003, quando ela passou a representar 70,8% dos casos de homicídios.

Para Velho (2000) e Cavalcanti (2017), existe uma relação entre a circulação de armas de fogo em determinado local e o tráfico ilícito de drogas, e à essa relação, conforme afirma Vieira et al (2016), está associada a ocupação irregular das áreas, à baixa presença do Estado e

à alta vulnerabilidade social. No caso de Viçosa, conforme ilustra a Figura 5, percebe-se que o tráfico ilícito de drogas e a circulação de armas de fogo estão presentes com mais intensidade exatamente nas regiões de alta vulnerabilidade social, baixa renda per capita e maior segregação socioespacial em relação a outras regiões da cidade.

Esse é o caso das regiões Bom Jesus e Santo Antônio que, das 396 ocorrências de tráfico ilícito de drogas registradas, apresentaram as maiores taxas, ou seja, acima de 9,75%, bem como de circulação de armas de fogo, taxas superiores a 9,43%. Esses percentuais são considerados altos e se iguala apenas aos registrados nas regiões Passos e Santa Clara.

Figura 5 – Tráfico ilícito de drogas e circulação de armas de fogo nas RUP – 2013/2018.



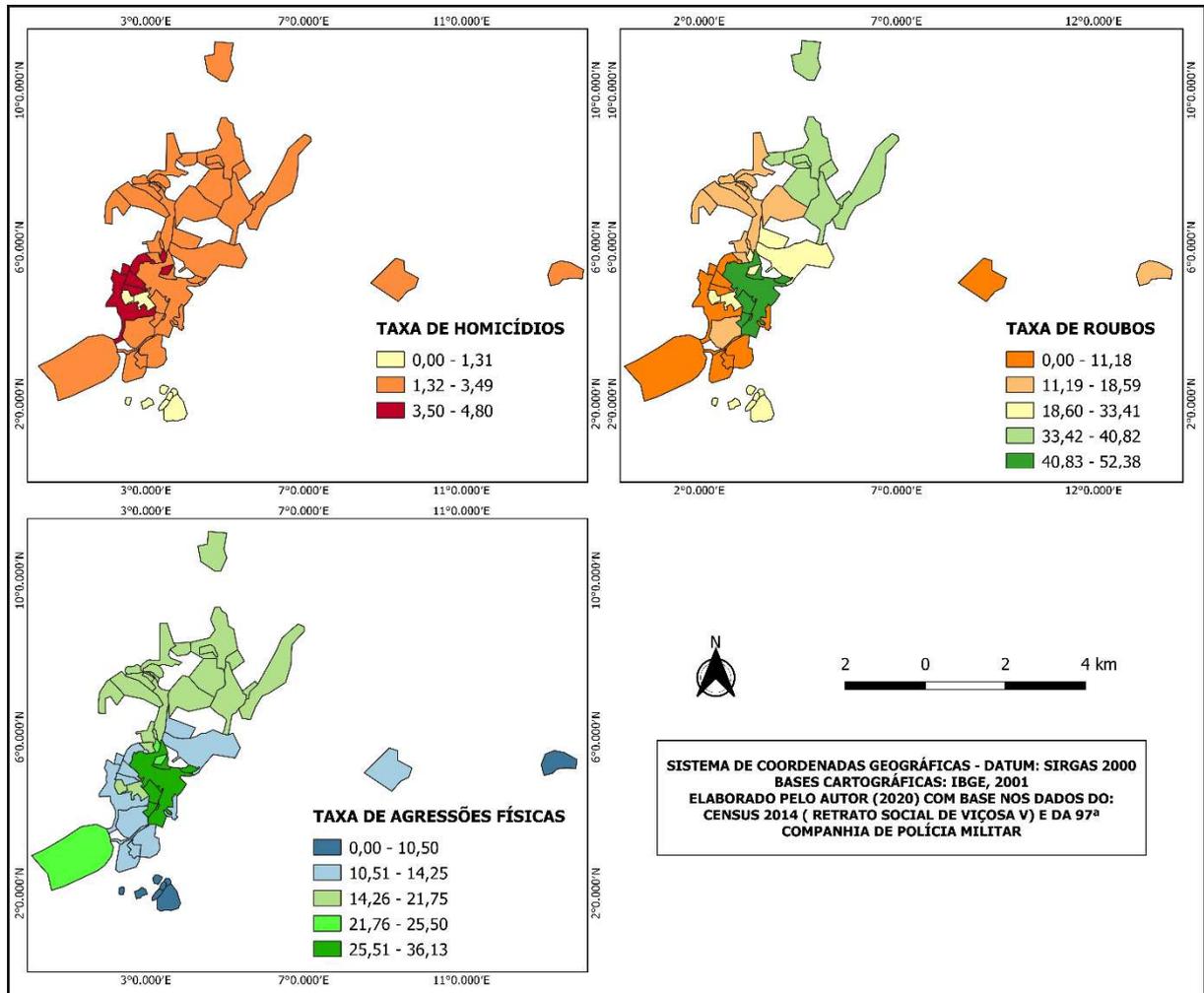
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos boletins de ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais, 2019.

Em se tratando dos menores registros, nota-se que taxas abaixo de 4,27 de tráfico ilícito de drogas foram registrados nas regiões Acamari, Fátima, Fundão e Cachoeirinha. Nessas regiões, também se verificou as menores ocorrências de circulação de armas de fogo que foram abaixo de 4,57%.

A análise dos casos de violência por RUP (Figura 6) revela que o fenômeno não assume a mesma configuração em todas as regiões, de forma que os tipos de violência variam conforme a Região Urbana de Planejamento. Percebe-se pelos dados que a maior taxa de roubos registrada

foi na região Centro (52,38%) e na região Silvestre (34,73%), já as menores taxas nas regiões Bom Jesus (2,46), Nova Viçosa (4,79), Fundão (5,95%) e Santa Clara (8%).

Figura 6 – Taxa de roubos, homicídios e agressões físicas por mil habitantes nas RUP – 2013/2018.



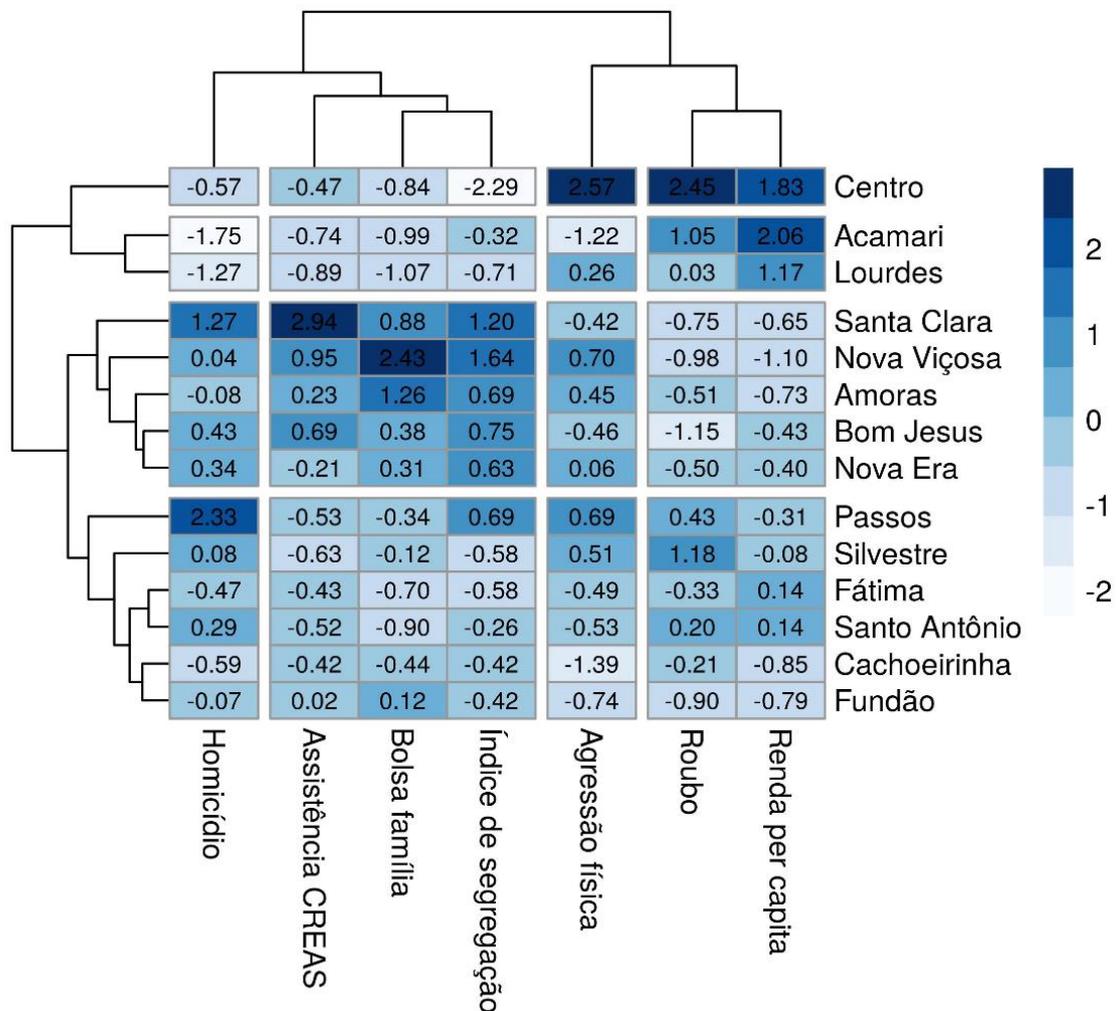
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos boletins de ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais (2013/2018) e do CENSUS (2014), 2019.

Em se tratando de agressões físicas, essas foram mais expressivas também na região Centro (36,13%), seguida pelas regiões Nova Viçosa (21,86%) e Passos (21,76%). Em se tratando dos menores registros, estes foram nas regiões Cachoeirinha (5,92%) e Acamari (7,27%). No caso dos homicídios, as maiores taxas foram registradas nas regiões Passos (4,8) e Santa Clara (3,56), já as menores taxas registradas foram na região Lourdes (0,57) e Acamari, região onde não foi encontrado nenhum registro.

A relação entre a desigualdade socioeconômica e os tipos de violência a que estão expostas as vítimas nas RUPs pode ser melhor verificada na Figura 7, que apresenta o mapa de

calor (heatmap)²⁸ em que as linhas e colunas foram ordenadas segundo um agrupamento hierárquico. O dendograma mostrado na vertical diz respeito aos agrupamentos obtidos para as regiões de planejamento, dispostas em linha. Já o dendograma mostrado na horizontal, refere-se aos agrupamentos obtidos para as variáveis, roubos, agressões físicas e homicídios identificados nas RUPs e para as variáveis relacionadas às condições socioeconômicas dos habitantes, mais especificamente: taxa de roubos, taxa de agressões físicas, taxa de homicídios, taxa de assistência CREAS, taxa de beneficiados com o bolsa família, renda per capita e índice de segregação socioespacial²⁹, dispostas em colunas.

Figura 7 – Mapa de calor (heatmap) da violência e desigualdade socioeconômica nas RUPs.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018), 2019.

²⁸ Como os dados apresentados para essas variáveis estavam em escalas diferentes, foi necessário padronizá-los, utilizando-se a média e o desvio padrão dessas variáveis, de modo a permitir que os agrupamentos fossem feitos pela influência das variáveis e não por sua magnitude.

²⁹ O índice de segregação elaborado pelo autor não contemplou as regiões Fundão e Cachoeirinha. Para que fosse possível obter o índice de segregação dessas regiões e utilizá-lo nessa análise, calculou-se a média do índice de segregação das duas áreas que estão mais próximas dessas duas regiões.

Nota-se pelo dendograma horizontal que, inicialmente, foram formados dois agrupamentos maiores. No primeiro agrupamento maior, tem-se as variáveis padronizadas – “renda per capita”, “roubo” e “agressões físicas” – indicando que existe certa similaridade entre elas.

Verifica-se ainda que esse agrupamento se ramifica em outros dois agrupamentos, um formado pela variável “agressões físicas” e outro pelas variáveis “roubo” e “renda per capita”. A formação desse agrupamento (roubo e renda per capita) e do outro (agressões físicas), isolado dos demais, mas ao mesmo tempo mais próximo, pode ser atribuído ao fato de que os roubos tendem a se concentrar nas regiões de maior renda, enquanto as agressões físicas não apresentam um padrão definido, de forma que tendem a acontecer em áreas de alta e baixa renda (CANO, 1998).

O segundo agrupamento maior é formado pelas variáveis “assistência CREAS”, “Bolsa Família”, “índice de segregação” e “homicídios”. Verifica-se que há uma ramificação desse agrupamento para outros dois, um com a variável homicídios formando um grupo à parte, e as demais variáveis constituindo o outro agrupamento. Autores como Vieira et al (2016) têm chamado a atenção para a relação dessas variáveis com a desigualdade socioeconômica e a taxa de homicídios. Segundo eles, bairros periféricos, com ocupação irregular, baixa presença do Estado e alta vulnerabilidade social tendem a ter taxas mais elevadas de homicídios, enquanto a mesma situação não se verifica em bairros mais estruturados e com moradias regulares, caso das regiões Centro, Acamari e Lourdes.

Uma análise do dendograma vertical, por RUP, mostra quatro agrupamentos, sendo o primeiro constituído apenas pela região Centro. Os dados evidenciam que o roubo, a agressão física e a renda per capita padronizados são mais elevados nesse agrupamento. Nota-se também que essa é a região com o menor índice de segregação padronizado (-2,29) e baixos valores padronizados de assistência CREAS (-0,47), Bolsa família (-0,84) e Homicídios (-0,57). Essa região, como visto anteriormente, concentra o maior número de pessoas com nível superior e com renda média e alta, é a mais verticalizada, densamente povoada e dotada de mais infraestrutura e serviços (SILVA, 2016).

Próximo a ela, tem-se o segundo agrupamento formado pelas regiões Acamari e Lourdes, regiões com valores similares aos da região Centro. Observa-se que essas duas regiões são mais similares à região Centro do que às demais regiões. Percebe-se que a região Acamari apresenta os valores mais elevados de renda per capita padronizada (2,06), juntamente com a região Lourdes, com renda per capita padronizada de (1,17).

Nota-se que nessas regiões, as taxas de roubo padronizado também são altas ou moderadas, 1,05 e 0,03, respectivamente, para as regiões Acamari e Lourdes, sendo que a variável agressão física apresentou um valor moderado (0,26) apenas para a região Lourdes. Com relação às outras variáveis, percebe-se que todas elas apresentam valores baixos quando comparadas às outras regiões.

Essa situação diagnosticada corrobora com as afirmações de Hermes (2015), que em seu estudo identificou que parte significativa dos roubos, assalto e tráfico de entorpecentes, em Natal, Rio Grande do Norte, tinham ligação direta com oportunidades econômicas, sendo mais frequente em áreas de maior poder aquisitivo. Já os homicídios eram mais frequentes em áreas com menor índice de desenvolvimento, com menor índice de equipamentos sociais e políticas públicas, mais populoso e com altas taxas de irregularidade no que tange o uso do solo. Esse contexto se verifica no terceiro e quarto agrupamento, que estão associados a valores mais baixos de renda per capita e taxas mais elevadas de segregação socioespacial, assistência CREAS e Bolsa Família e em que tem-se os valores mais elevados de homicídio.

No caso do terceiro agrupamento, formado pelas regiões Amoras, Nova Viçosa, Bom Jesus e Santa Clara, percebe-se que o poder aquisitivo da população é menor do que o dos habitantes das regiões Centro, Acamari e Lourdes. Além disso, essas regiões apresentam menor infraestrutura, equipamentos públicos e serviços, quando comparadas a região Centro. Nesse agrupamento, a taxa de homicídios padronizada apresenta valores de moderados a alto, sendo os valores mais altos registrados nas regiões Bom Jesus (0,43) e Santa Clara (1,27). As variáveis “Índice de Segregação”, “Bolsa Família”, “assistência CREAS” e “vulnerabilidade social” criam uma área de destaque no heatmap, mostrando que esses são fatores importantes para a classificação de tais regiões no agrupamento três.

Nota-se que, ao mesmo tempo em que as taxas de homicídio padronizadas apresentam valores de moderado a alto, há um elevado índice de segregação padronizado nessas regiões, com destaque para as regiões Santa Clara (1,20) e Nova Viçosa (1,84), bem como altas taxas de vulnerabilidade social e bolsa família padronizadas. Em se tratando de beneficiados com o Bolsa Família, verifica-se que os valores mais elevados nesse agrupamento foram nas regiões Nova Viçosa (2,43), Amoras (1,26) e Santa Clara (0,88).

A assistência do CREAS padronizada mostrou valores altos para as regiões Santa Clara (2,94) e Nova Viçosa (0,95). E, finalmente, os valores obtidos para essas quatro variáveis foram maiores ou iguais aos obtidos para os demais agrupamentos.

Ao se analisar o agrupamento 4, formado pelas regiões Passos, Fátima, Cachoeirinha, Fundão, Nova Era, Santo Antônio e Silvestre, percebe-se que esse agrupamento é marcado por

valores moderados para todas as variáveis, exceção feita à região Passos, que apresentou um alto valor de homicídio padronizado (2,33), e Silvestre, com alta taxa de roubo padronizada (1,18). As discrepâncias verificadas nessas duas regiões são resultado da heterogeneidade populacional existente, uma vez que a região Silvestre, como afirma RIBEIRO FILHO (1997), concentra uma população de renda mais alta em alguns bairros e de renda mais baixa em outros, e o mesmo caso ocorre com a região Passos, onde há bolsões de pobreza, como na favela Rebenta Rabicho.

De forma geral, ao se comparar os quatro agrupamentos, nota-se claramente uma diferenciação entre eles quanto às variáveis, ou seja, as regiões de planejamentos foram agrupadas de forma a constituir grupos compostos por regiões que apresentam alguma similaridade quanto às variáveis em estudo.

Assim, no primeiro e no segundo agrupamento, formados, respectivamente, pelas regiões Centro, e Acamari e Lourdes, existem valores de moderado a alto para a variável padronizada “Roubo”, valores altos para a variável “renda per capita” e valores baixos ou moderados para as variáveis relacionadas a benefícios sociais, índice de segregação e homicídios. No terceiro agrupamento, tem-se valores elevados para as variáveis relacionadas a benefícios sociais, e taxas de homicídios superiores às observadas nos agrupamentos um e dois. Por fim, o agrupamento quatro é marcado por valores moderados para quase todas as variáveis, exceções pontuais, como dito anteriormente, foram percebidas para as regiões Passos e Silvestre.

Esses resultados vão ao encontro das conclusões de Cano (1998), em uma pesquisa no Rio de Janeiro, em que o autor percebeu que o espaço de residência e as características da pessoa são fatores determinantes nos tipos de vitimização. Dessa forma, a morte violenta é maior entre os moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos do que entre as pessoas de classe social mais elevada e que residem em espaços com melhor infraestrutura urbana e serviços. Estes, por sua vez, tendem a ser mais protegidos desse tipo de violência.

Conforme afirma o autor supracitado, essa mesma tendência se dá em relação ao roubo, pois são as pessoas com renda mais elevada e residentes nas áreas de maior desenvolvimento urbano, que correm maior risco de sofrerem esse tipo de violência. Já as agressões físicas, ocorrem em áreas de renda mais elevada, mas também de renda mais baixa, de forma que pode-se entender que ela não apresenta um padrão definido como o roubo e o homicídio.

6. Considerações Finais

O presente estudo possibilitou caracterizar e compreender a incidência desigual dos roubos, homicídios e agressões físicas na cidade de Viçosa nos últimos seis anos. Além disso, permitiu relacionar esses dados com o perfil das vítimas, com as condições socioeconômicas, a infraestrutura e os serviços presentes nestas regiões.

Os dados evidenciaram que, tal qual ocorre em outras cidades, a violência e os tipos de violência em Viçosa variam conforme a idade, cor e sexo da vítima, bem como com seu local de residência e situação socioeconômica. Assim, as maiores vítimas de roubos, homicídios e agressões físicas em Viçosa são os jovens do sexo masculino, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos.

No caso dos roubos, as maiores vítimas são pessoas de cor branca, residentes nas áreas de renda mais elevada. Já no caso dos homicídios e agressões físicas, as principais vítimas são as pessoas de cor negra/parda, com renda mais baixa, moradoras de regiões com poucos ou nenhum serviço e infraestrutura, geralmente em áreas mais segregadas.

O mapa de calor (heatmap) evidenciou discrepâncias em relação às RUPs relacionadas aos tipos de violência e as desigualdades socioeconômicas. A formação dos agrupamentos, a partir das variáveis socioeconômicas e dos tipos de violência, revelou que, de forma geral, no caso de Viçosa, as maiores taxas de roubos tendem a se concentrar nas regiões de maior renda e com baixos índices de segregação, atendimento CREAS e Bolsa Família, caso da região Centro, Lourdes e Acamari. Ao mesmo tempo, notou-se que o alto índice de homicídios ocorreu nas regiões em que havia baixos valores de renda per capita e valores elevados de segregação socioespacial, Bolsa Família e assistência CREAS. Esses resultados evidenciam que as diferenças nessas variáveis estão associadas a índices mais baixos ou elevados de determinados tipos de violência.

Logo, conclui-se que a desigualdade socioeconômica a qual estão expostos os jovens das diferentes regiões de planejamento da cidade de Viçosa é o elemento propiciador da vitimização deles. Isso porque os tipos de violência vivenciados na cidade não atingem a todos da mesma forma, sendo que a violência é um fenômeno que varia conforme a Região Urbana de Planejamento, idade, sexo, cor e condições socioeconômicas.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO; 2002
- ANDRESEN, Martin A. A spatial analysis of crime in Vancouver, British Columbia: A synthesis of social disorganization and routine activity theory. **The Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 50, n. 4, p. 487-502, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2011. 225 p.
- BASTOS FILHO, R. A.; PINTO, N. M. Al.; FIÚZA, A. L. C. Direito à cidade: uma análise do espaço urbano de Viçosa-MG a partir da elaboração de um Índice de Segregação Socioespacial. **I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil- UFV**.
- BATELLA, V. Centro, Centralidade e Cidade Média: Apontamentos sobre Viçosa-MG. In: SOUSA, Diogo Tourino de; BATELHA, Wagner Barbosa. **Cidades, Territórios e Direitos**. Viçosa: Editora UFV, 2017. 256p.
- BEATO FILHO, C. C. (2012). Entrevista concedida à revista e metrópoles: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. N. 09, ano 3. **Observatório das Metrópoles: Rio de Janeiro**.
- BEATO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.
- BORGES, D. Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 141-163, 2013.
- BRANDÃO, T. S.; COSTA, J. H. Um olhar sobre a violência homicida em Mossoró/RN /brasil e sua relação com o turismo de eventos. **TURyDES**, v. 8, n. 18, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: [http:// www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acessado em 25 de março de 2020.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.
- BOGOTÁ, Cámara de Comercio et al. Protocolo de Bogotá sobre calidad de datos de homicidio en América Latina y el Caribe. 2015
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 399 p.
- CANO, I. Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro. In: NAJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo Cesar (Org.). **Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. cap. 12, p. 239-273.
- CARRIÓN, F. **Violencia urbana: un asunto de ciudad**. EURE (Santiago), v. 34, n. 103, p. 111-130, 2008.

CAVALCANTI, R. C. As dinâmicas da violência urbana na América Latina. Século XXI – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 226-251, 2017.

CECCATO, V. Public space and the situational conditions of crime and fear. **International criminal justice review**, v. 26, n. 2, p. 69-79, 2016.

CERQUEIRA, D. (Coord. et al). **Atlas da violência 2019**. Ipea e FBSP, 2019.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American sociological review**, p. 588-608, 1979.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago: Introdução e Origens**; São Paulo: Editora Papirus, 1995.

CRUZ, T. A. (Coord.). **Retrato social de Viçosa V**. Viçosa, MG: Census, 2014. 91p.

FARRELLY, Colleen M. et al. The analysis of bridging constructs with hierarchical clustering methods: An application to identity. **Journal of Research in Personality**, v. 70, p. 93-106, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice mineiro de responsabilidade social**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2010.

GADEA, C. A. et al. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre RS. **Sociologias**, v. 19, n. 45, 2018.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 2-29, 1995.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Bertrand Brasil, 2002.

HERMES, I.; ALVES, C.; BRANDÃO, T. Rastros de pólvora: metadados 2015. **Natal, RN: Edição dos Autores**.

JANOWITZ, Morris. Sociological theory and social control. **American Journal of sociology**, 1975, 81.1: 82-108.

JIBAT, N.; NIGUSSIE, B. Criminality and Victimization in Oromia, Ethiopia: Analysis of 2011/2012 Police Data. **SAGE Open**, v. 5, n. 1, 2015.

Kubrin, C. E., & Weitzer, R. (2003). New directions in social disorganization theory. **Journal of research in crime and delinquency**, 40(4), 374-402.

KOLDE, R. **pheatmap: Pretty Heatmaps**. R package version 1.0. 8, 2015.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; RAMOS, S. Por que é tão difícil implementar uma política de segurança. **Observatório da Cidadania**, p. 46-54, 2002.

LOUDERBACK, Eric R.; SEN ROY, Shouraseni. Integrating social disorganization and routine activity theories and testing the effectiveness of Neighbourhood crime watch programs: Case study of Miami-Dade County, 2007–15. **The British Journal of Criminology**, v. 58, n. 4, p. 968-992, 2018.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveria. Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 83-98, 2014

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MORIARTY, Laura J.; WILLIAMS, James E. Examining the relationship between routine activities theory and social disorganization: An analysis of property crime victimization. **American Journal of Criminal Justice**, 1996, 21.1: 43-59.

PORTES, Alejandro. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual review of sociology**, 1998, 24.1: 1-24.

PUTNAM, R. 2000: **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon and Schuster. 2000.

R Development Core Team. **R: a language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Viena, Austria. 2019.

RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa**, MG. 1997. 244 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) PROURB/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1997.

SAMPSON, Robert J.; WOOLDREDGE, John D. Linking the micro-and macro-level dimensions of lifestyle-routine activity and opportunity models of predatory victimization. *Journal of quantitative criminology*, 1987, 3.4: 371-393.

_____.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. **American journal of sociology**, 1989, 94.4: 774-802.

_____.; MORENOFF, J. D.; GANNON-ROWLEY, T. Assessing “neighborhood effects”: Social processes and new directions in research. *Annual review of sociology*, v. 28, n. 1, p. 443-478, 2002.

SCHVASBERG, B. **Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil**. Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, p. 43-63, 2003.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry Donald. **Juvenile Delinquency and Urban Areas: A study of delinquency in relation to differential characteristics of local communities in American cities**. University of Chicago Press, 1969. In: ANDRESEN, Martin A.;

BRANTINGHAM, Paul J.; KINNEY, J. Bryan (Ed.). **Classics in environmental criminology**. CRC Press, 2010.

SMITH, William R.; FRAZEE, Sharon Glave; DAVISON, Elizabeth L. Furthering the integration of routine activity and social disorganization theories: Small units of analysis and the study of street robbery as a diffusion process. **Criminology**, v. 38, n. 2, p. 489-524, 2000.

SILVA, M. L. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): a dinâmica centro-periférica**. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SILVA, M. P. et al. Análise socioespacial da violência na 12ª aisp: o uso do território, geoinformação e influências da violência urbana em belém-pa. **Revista GeoAmazônia**, v. 2, n. 04, p. 190-205, 2014.

SIMCHA-FAGAN, Ora M.; SCHWARTZ, Joseph E. Neighborhood and delinquency: An assessment of contextual effects. **Criminology**, 1986, 24.4: 667-699.

SINHORETTO, J. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP, 2001, 609-643.

STARK, Rodney. Deviant places: A theory of the ecology of crime. **Criminology**, 1987, 25.4: 893-910.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo em perspectiva**, 2004, 18.1: 3-12.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, Florian. **The concept of social disorganization**. In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. Theories of deviance. Itasca, IL. 1999.

VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes antropológicos**, v. 6, n. 13, p. 15-29, 2000.

VIEIRA, D. C. M. et al. Território criminalidade e violência: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, BELÉM-PARÁ. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 03, n. 05, p. 152-174. jan./jun. 2016.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. Studio Nobel, 2012.

WAISELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2016**. Homicídios por armas de fogo no Brasil. PDF file. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA; 2016.

ZALUAR, A; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos estudos CEBRAP**, n. 84, p. 175-196, 2009.

CAPÍTULO 4

VIOLÊNCIA URBANA E A REPRESENTAÇÃO DOS JOVENS SOBRE OS ESPAÇOS DE SEGURANÇA E INSEGURANÇA

URBAN VIOLENCE AND YOUTH REPRESENTATION ON SAFETY AND INSECURITY AREAS

Resumo

A violência urbana tem sido um dos grandes problemas enfrentados pela população brasileira, chegando a patamares nunca antes vistos no ano de 2017. Esse alto índice de violência tem feito com que um grande volume de recursos venha sendo investido na segurança pública e, na sua esteira, o crescimento do medo e da insegurança da população que, paulatinamente, passa a modificar o modo de se relacionar com os indivíduos e com os espaços da cidade. (SILVA, 2004). Dentro desse contexto, esse estudo procurou analisar a representação que os jovens de Viçosa têm sobre a violência urbana nas diferentes regiões da cidade e os elementos que contribuem para essa representação. Para tanto, foram utilizados dados primários e secundários, sendo os dados primários obtidos a partir da aplicação de um questionário contendo questões sobre violência urbana em 618 jovens que residem nas diferentes regiões da cidade e dados secundários obtidos na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Viçosa e no CENSUS (Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável). Os resultados evidenciaram que as regiões consideradas mais inseguras pela maioria dos jovens foram a região Bom Jesus, Nova Viçosa e Santo Antônio, e as mais seguras, Acamari, Centro e Silvestre. Entretanto, essas nem sempre são as regiões de ocorrência dos casos de violência em Viçosa, de acordo com os dados oficiais. Informações da mídia e da população, o constante policiamento e a circulação de pessoas em determinadas áreas da cidade, bem como a representação que os jovens têm da polícia são elementos que contribuem para a visão de segurança ou de insegurança nessas regiões. Os resultados apontaram que a polícia é vista como preconceituosa, discriminatória e violenta em relação a sua abordagem com os pobres. O estudo apontou também que há diferenças entre os jovens sobre a representação da violência em diferentes áreas da cidade e que essa representação varia em função da região em que o jovem reside e da classe econômica a qual pertence. Além disso, percebeu-se que nem sempre a representação é construída em função dos dados reais sobre a violência, mas a partir das informações fornecidas pelos meios de comunicação, dos comentários das pessoas e da visão que se tem da polícia.

Palavras-chave: Violência urbana. Representação social. Segurança e insegurança urbana.

Abstract

Urban violence has been one of the major problems faced by the Brazilian population, reaching levels never seen before in the year 2017. This high level of violence has caused a large volume of resources to be invested in public security and, in its wake, the growth of fear and insecurity of the population that, gradually, starts to modify the way of relating to individuals and the spaces of the city (SILVA, 2004). Within this context, this study sought to analyze the representation that young people from Viçosa have about urban violence in different regions of the city and the elements that contribute to this representation. For that, primary and secondary data were used, with primary data obtained from the application of a questionnaire containing questions about urban violence in 618 young people living in different regions of the city and secondary data obtained from the 97th Special Police Company of Viçosa and at CENSUS (Center for the Promotion of Sustainable Development). The results showed that the regions considered most unsafe by most young people were the Bom Jesus, Nova Viçosa and Santo Antônio regions, and the safest regions, Acamari, Centro and Silvestre. However, these are not always the regions where violence occurs in Viçosa, according to official data. Information from the media and the population, the constant policing and movement of people in certain areas of the city, as well as the representation that young people have of the police are elements that contribute to the vision of security or insecurity in these regions. The results showed that the police are seen as prejudiced, discriminatory and violent in relation to their approach to the poor. The study also pointed out that there are differences among young people regarding the representation of violence in different areas of the city and that this representation varies depending on the region where the young person resides and the economic class to which he belongs. In addition, it was realized that representation is not always built on the basis of real data on violence, but on the basis of information provided by the media, people's comments and the police's view.

Keywords: Urban violence. Social representation. Urban space, youth.

1. Introdução

A violência vivenciada no Brasil durante o ano de 2017 fez com que numa avaliação das 50 cidades mais violentas do mundo, o país alcançasse o primeiro lugar geral, com 17 cidades violentas das 42 identificadas na América Latina. (SEGURIDAD, JUSTICIA y PAZ, 2019). Entre os locais com alto índice de violência nesse período, destacou-se os espaços públicos, ou seja, ruas, avenidas, praças e outros locais em que o acesso das pessoas não é limitado a não ser pelas normas que regulam o comportamento em áreas comuns. (GOMES, 2002). Foram 29.186 casos nesses espaços, o equivalente à taxa de 14,5 mortes para cada 100 mil habitantes, maior número registrado. (DATASUS, 2020).

O alto índice de violência tem impactos sobre o desenvolvimento econômico e social do país, visto que parte da população, principalmente os jovens, não entrarão para o mercado de trabalho. Tal fenômeno se dá em função da violência letal a qual estão expostos e de que são as maiores vítimas (DATASUS, 2020)³⁰, bem como do encarceramento que parte representativa está submetida, fazendo com que não gerem renda e elevem os gastos com a manutenção prisional³¹ (CAPRIROLO; JAITMAN; MELLO, 2017).

O fato da maioria das vítimas de homicídios no Brasil serem jovens não é uma situação atípica, pois é percebida desde 1980. Entretanto, a idade em que mais se tem vítimas diminuiu, passando de 25 anos para 21 anos, sendo a maioria do sexo masculino e negra. (CERQUEIRA, 2017). Essa realidade vivenciada pelos jovens, principalmente os pobres e negros, se insere em um contexto em que eles não são vistos pelos gestores e executores de políticas públicas como vítimas primordiais a serem protegidas. Além disso, são alvo do policiamento ostensivo à procura da criminalidade nas ruas (SINHORETTO, 2015), cujo modelo de enfrentamento da violência pouco dialoga com a sociedade e com os outros setores da administração pública. (CERQUEIRA, 2017).

Além da violência real, a representação social da violência também tem impactos econômicos e sociais para o Brasil. A representação social da violência urbana é um complexo de práticas que ameaça a integridade física e a garantia patrimonial dos indivíduos, condições básicas do sentimento de segurança existencial e que acompanha a vida cotidiana da população.

³⁰ Segundo o DATASUS (2020), dos 29.186 casos de homicídios registros nos espaços públicos, 60% foram de indivíduos que tinham entre 15 e 29 anos.

³¹ O custo público com a violência, ou seja, com a polícia, sistema judicial e administração prisional foi de US\$ 75.894 milhões no ano de 2014, o que representou 3,14% do PIB. Esse valor correspondeu a 6 vezes mais do que se gastou com o programa social Bolsa Família no Brasil. Foi, também, maior do que a média da América Latina e Caribe, que foi de 3% e bem mais elevado do que a registrado para o Cone Sul, 2,5%. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2017).

Ela aponta para o crime comum, mas seu foco está na força que nele existe e que é responsável pelo rompimento da normalidade. (SILVA, 2004), visto que gera medo³² e insegurança na população que, motivada por esses sentimentos e na expectativa de não ser vítima de violência, investe na segurança privada e exige dos governantes ações no combate à violência.

Entretanto, não sendo suficiente essas ações, há uma tendência dessa população em inibir suas saídas ou evitar frequentar determinadas áreas da cidade em qualquer horário ou em horários específicos. (BRICEÑO LEÓN, 2007). Essa situação tem sérios efeitos sobre as sociabilidades, ou seja, sobre o interagir com o outro (VELHO, 2001) e com os espaços públicos, local de exercício da vida pública de forma densa e espontânea e que, como reflexo do medo e da insegurança, tem se tornado abandonado. (SOUZA, 2008).

Esse contexto apresentado associa-se especialmente à realidade dos grandes centros urbanos. Entretanto, o contexto de violência vem sendo percebido de forma expressiva em cidades de porte médio³³, como Viçosa/MG e, particularmente, em relação aos jovens. Assim, pretende-se investigar a representação social que os jovens³⁴ têm sobre a violência urbana, mais especificamente sobre parte dela, os crimes violentos³⁵ (roubos, hominídeos e agressões físicas), buscando perceber suas particularidades e especificidades. Optou-se por trabalhar com os jovens, pois, conforme já afirmado anteriormente, é a população que, estatisticamente, é mais vulnerável e as maiores vítimas de violência. (CERQUEIRA et al., 2019). Também justificou essa escolha, a situação vivenciada na cidade de Viçosa, em que, conforme apontam os dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar³⁶, existe um alto índice de violência associado ao município, sobretudo, contra a população jovem da cidade.

Para tanto, inicialmente, será apresentado o referencial teórico que aborda a teoria da representação social, a relação da representação social com a violência urbana e a sua influência sobre a vida dos cidadãos. Em seguida, serão expostos os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, os resultados alcançados e as considerações finais.

³² Entende-se medo como um sentimento de ser suscetível ao perigo, uma sensação de insegurança e vulnerabilidade, sendo a insegurança a crença de que o mundo é um local cheio de perigo e que, em algum momento, seremos nós as vítimas. Já a vulnerabilidade diz respeito à pouca ou nenhuma possibilidade de sucesso de conseguir escapar do perigo caso seja atingido por ele. (BAUMAN, 2008),

³³ De acordo com o Sistema Único de Assistência Social (2009), são cidades de porte médio aquelas que variam de 50.001 até 100.000 habitantes.

³⁴ Neste estudo, considera-se jovens os indivíduos de 15 a 29 anos de idade, conforme determina o Estatuto da Juventude, Lei nº4.529/04.

³⁵ Crimes violentos são os que ameaçam a integridade física ou a vida da vítima. (ADORNO, 2002).

³⁶ Os dados da 97ª Companhia de Polícia Militar (2019) revelam que entre os anos de 2013 e 2018, foram registrados em Viçosa, 156 casos de homicídios; deste total, 68% era de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos.

2. Teoria das Representações Sociais

Inserida no Campo da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) pode ser compreendida como uma abordagem teórico metodológica, em que elementos cognitivos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros, ao serem organizados formam uma totalidade significativa que diz algo sobre a realidade. (JODELET, 2001). Durkheim, em 1898, utilizando a expressão “representação coletiva”, foi o primeiro a observar esses elementos como produções mentais e a distinguir as representações coletivas das representações individuais, evidenciando a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual, considerado puramente psíquico e irredutível à atividade cerebral. (MOSCOVICI, 1978).

Segundo Durkheim (2007, p. XXII), as representações coletivas traduzem “(...) o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. (...) Para compreender a maneira como a sociedade representa a si mesma e o mundo que a cerca, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que se deve considerar”. Dentro desse contexto, as representações coletivas são compreendidas como expressões do pensamento coletivo, amparadas em crenças, valores, imagens, opiniões, atitudes, etc.

A noção de representação coletiva introduzida por Durkheim caiu em desuso por mais de 50 anos, sendo renovada na década de 1960, por Moscovici, que entendia os fenômenos representacionais da sociedade contemporânea de forma específica, visto que era uma sociedade marcada pelo desenvolvimento da ciência, mobilidade, bem como pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações (RATEAU et al, 2012; JODELET, 2001). Para Moscovici (2007, p. 49), as representações sociais são uma série de proposições capazes de fazer com que coisas e pessoas sejam classificadas, seus caracteres descritos e seus sentimentos e ações explicados, podendo ser considerados “fenômenos específicos que estão relacionados com o modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum”.

Na visão do autor citado, as representações sociais estão inscritas em um “referencial de um pensamento preexistente” e são dependentes dos sistemas de crenças, ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Além disso, por meio do discurso, é objeto de um permanente trabalho social, em que novos fenômenos, são incorporados a modelos explicativos e justificativos familiares e aceitáveis. Esse processo de troca e composição de ideias responde a duplas exigências dos indivíduos e da coletividade: “Por um lado, para construir sistemas de pensamento e compreensão e, por outro lado, para adotar visões

consensuais de ação que lhes permitem manter um vínculo social, até mesmo a continuidade da comunicação da ideia.” (MOSCOVICI, 2007, p. 216).

Nas representações sociais, os membros de um grupo têm visões sobre determinado objeto social que não são compartilhadas com os membros de outros grupos, de forma que a visão do objeto é específica para aquele grupo, e o objeto também assume características específicas para aquele grupo. Entretanto, para que objeto seja um objeto do grupo, ele tem que ser representado socialmente. (WAGNER et al, 1999). Segundo Moscovici (1978), representar ou se representar é uma modalidade de pensamento em que o sujeito se relaciona com um objeto, considerado uma entidade socialmente constituída, real, imaginário ou mítico, ou seja, pode ser uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, entre outros.

Para que a representação social ocorra, são necessários os processos de objetivação e de ancoragem. A objetivação é a forma como um novo objeto, a partir da comunicação sobre ele, será simplificado, visualizado e diagramado.

Nesse processo, pelo fenômeno de construção seletiva, diferentes características do objeto são retiradas do contexto e classificadas de acordo com critérios culturais e normativos. Diferentes aspectos do objeto são separados do campo ao qual pertencem e apropriados por grupos que ao projetarem sua própria realidade podem controlá-los com mais facilidade. A ancoragem finaliza o processo de objetificação, uma vez que é o modo como objeto se insere em um sistema de pensamento individual e de grupo preexistente. (RATEAU e et al, 2012).

Segundo Jodelet (2001), isso ocorre de duas maneiras: 1) por meio do enraizamento da representação e do objeto em uma rede de significações, a qual permite situá-las dentro dos valores sociais do grupo, bem como dar-lhes coerência e; 2) pela instrumentalização do saber, dando a representação social um valor funcional pelo qual se pode interpretar e gerir o ambiente.

As questões apresentadas permitem entender que as representações sociais tratam tanto da forma de pensar como de interpretar a realidade em que o indivíduo está inserido e um modo de conhecer a atividade mental desenvolvida ao apresentar sua posição em relação a situações, objetos, eventos e comunicações. Logo, é um processo no qual se faz a relação entre o mundo e as coisas, e que se faz a partir do lugar que o indivíduo ocupa na sociedade. (SÊGA, 2000).

Nas próximas páginas, será abordada um tipo específico de representação social, a representação social da violência urbana, que, segundo Silva (2004), se baseia nas ações que afetam a integridade física e a garantia patrimonial dos indivíduos, consideradas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira da população.

3. Representação social da violência urbana

O conhecimento construído pela representação social pode ser entendido como de segundo grau, visto que sua construção é feita na medida em que se interroga a realidade o que se pensa sobre ela. No caso da violência, isso se daria “exemplificando ao invés de centrar a análise em dados brutos da violência, interroga (m)-se imaginário (s) construído (s) sobre violência.” (PORTO, 2006, p. 253).

Segundo a autora citada, as análises por meio das representações sociais da violência permitem captar os sentidos que as vítimas e os protagonistas da violência atribuem tanto as suas representações como também a suas práticas, sem, entretanto, deixar de considerar o ambiente, contexto, situação e estrutura em que os casos de violência ocorrem. Nesse sentido, a subjetividade é privilegiada, sabendo que ela é dependente de um determinado contexto e ambiente objetivamente dado, de forma que subjetividade e objetividade são vistas como elementos essenciais nessa relação.

Uma contribuição importante sobre as representações sociais da violência é dada por Silva (2016), que entende a representação da violência urbana como um complexo de práticas que pode ser considerado ameaça a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que acompanha a vida cotidiana: a integridade física e a garantia patrimonial. Embora a representação da violência urbana aponte para o crime comum, o seu foco está na força que tem as práticas violentas de modificar as rotinas cotidianas, rompendo com a normalidade.

Nesse sentido, segundo o autor citado, a representação da violência, como qualquer outro tipo de representação, é mais que uma descrição neutra, é uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes e sobre os quais constroem sentido e orientam suas ações. Ao mesmo tempo, identifica relações de fato, mostra aos agentes modelos de conduta que devem ser seguidos, atuando como um mapa composto por um complexo de relações e condutas a serem obrigatoriamente seguidas.

Entre os agentes com papel importante na difusão da representação da violência, destaca-se a mídia, que no contexto de cidades grandes e complexas, em que as distâncias não permitem que se possa saber de todos os acontecimentos sociais em seu espaço, permite que se tenha certa visão e compreensão da violência. (RAMOS; NOVO, 2003). Como a mídia vive de acontecimentos, principalmente dos sensacionais, a violência, por proporcionar uma ruptura da normalidade, acaba sendo privilegiada por ela, sobretudo os casos de violência espetaculares, sangrentos e atroz, que tratam da violência comum e das banais. (MICHAUD, 1989).

As imagens, de forma geral, fornecidas pela mídia, e as imagens da violência, em particular, mostram os eventos como se estivessem ocorrendo naquele momento, mas podem ser enganosas, pois podem ser selecionadas, montadas, legendadas, enquadradas e reenquadradas, bem como mostradas ou não mostradas. (MICHAUD, 1989). Como os indivíduos não participam diretamente da situação evidenciada e a percebem apenas por meio da mídia, tem-se a dificuldade na elaboração de uma própria ideia sobre o problema apresentado e uma facilidade na assimilação daquilo que se apresenta (RAMOS; NOVO, 2003).

Assim, percebe-se que as notícias fornecidas pelas mídias não são neutras, elas apresentam uma visão de mundo, uma interpretação antecipada e sentidos sobre a violência que nele existe. O discurso apresentado pela mídia é apropriado pelo indivíduo que o reproduz, como se fosse seu, um discurso homogeneizador e que se apresenta dentro de uma representação cultural e social de mundo. Dessa forma, influenciam as percepções da realidade e restringem a capacidade dos indivíduos de elaborar significados. (RAMOS; NOVO, 2003). Dentro desse contexto, não são as violências efetivas que passam a contar, mas o que se sabe e o que se imagina sobre elas. (MICHAUD, 1989).

A representação de violência urbana construída a partir de situações vivenciadas ou conhecidas pelos meios de comunicação, bem como pela fala cotidiana dos indivíduos, gera medo e insegurança na população e que independe dessa violência se materializar. Assim, se por um lado esse é um medo proveniente da imaginação, para o sujeito, esse se coloca como uma situação realmente possível. (BAIERL, 2008).

O medo da violência, quando verbalizado, produz um tipo específico de conhecimento, cujo propósito é tentar dar ordem e significado a um universo que parece não fazer mais sentido, devido à presença constante da violência (CALDEIRA, 2008). Dentro desse contexto, na representação da violência urbana, as narrativas têm como função explicar os motivos das ações violentas e fazer avaliações morais das condutas para serem aceitas e compreendidas pelas vítimas e potenciais vítimas desse fenômeno. (SILVA, 2004).

Buscando dar “ordem e significado” às representações de violência presentes no contexto de uma cidade média que, em princípio, pode assumir características distintas das grandes metrópoles recorrentemente estudadas no contexto da violência urbana, este estudo tomou como referência empírica a cidade de Viçosa, cidade de porte médio, da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil, conforme passaremos a descrever nos tópicos a seguir.

4. Procedimentos Metodológicos

Tomou-se como referência empírica os jovens residentes na cidade de Viçosa e suas representações de violência urbana manifestadas na forma de roubos, homicídios e agressões físicas nas Regiões Urbanas de Planejamento da cidade, bem como os elementos que contribuem para essa representação. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se dados primários e secundários, sendo os secundários, dados dos boletins de ocorrência obtidos na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Viçosa, nos quais continham informações sobre homicídios, roubos e agressões físicas ocorridos entre os anos de 2013 e 2018.

Com relação aos dados primários, foram utilizados dados obtidos com a população alvo do estudo: jovens residentes em diferentes Regiões Urbanas de Planejamento da cidade. Com o intuito de alcançar esses jovens e obter uma amostra representativa da população, utilizou-se como estratégia, a realização da pesquisa em escolas públicas e particulares das diferentes regiões da cidade, de distintas classes econômicas, cor, sexo e idade.

A população do estudo foi composta por 3.305 alunos, tendo sido a amostra calculada em função da margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%. A partir da fórmula de Miot (2011) e dos parâmetros considerados, estimou-se um tamanho amostral de 344 alunos. Como a amostra foi calculada para conglomerados, o valor da amostra foi aumentado em 50% como correção ao tamanho amostral. A ela, foi acrescentado um valor de 20%, como precaução, no caso de perdas ou recusas. A partir dessas referências, a amostra foi estimada em 618 indivíduos.

Nas escolas, o processo para a realização da pesquisa foi dividido em duas etapas: na primeira, com base na lista de turmas e alunos, fez-se um sorteio sem reposição das turmas e, em seguida, dos alunos a serem convidados a participar da pesquisa. No dia da pesquisa, foram recebidos os Termos de Assentimentos³⁷ e entregue os Termos de Consentimentos³⁸ para que fossem assinados pelos jovens, a partir da sua concordância com a pesquisa.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado que constou de questões socioeconômicas, capazes de identificar esses sujeitos dentro de um determinado perfil, o que poderia ajudar a entender melhor determinados comportamentos, opiniões e representações sobre violência, a qual foi a segunda parte do questionário. Nela, as questões abertas e fechadas foram elaboradas de forma a permitir ao jovem entrevistado emitir opiniões

³⁷ De acordo com a Resolução CNS 466/2012, o Termo de Assentimento destina-se aos participantes da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, e deve ser assinado pelo responsável por ele.

³⁸ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pela Resolução CNS 466/2012, é o documento em que é explicitado o consentimento do participante da pesquisa e/ou do responsável legal por ele.

e elaborar associação de ideias sobre a violência urbana em Viçosa, bem como identificar, entre outras questões, suas fontes de informações sobre a violência, as situações de violência vivenciadas e suas representações sobre elas.

Os dados coletados foram tabulados e organizados em planilhas geradas pelo *software* Microsoft Excel. Utilizando-nos desse *software*, foi realizada uma análise exploratória dos dados, o que possibilitou a obtenção de gráficos, tabelas e mapas confeccionados no programa QGIS, Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As análises estatísticas foram realizadas por meio do *software* R (R Development 2019), com auxílio dos pacotes: *MASS*, *rcompanion* e *coin*. O teste qui-quadrado de Pearson foi utilizado para avaliar a existência de associação significativa entre pares de variáveis qualitativas em escala de medida nominal. Necessário esclarecer que nas situações em que os pressupostos do teste não foram satisfeitos, o teste exato de Fisher foi aplicado.

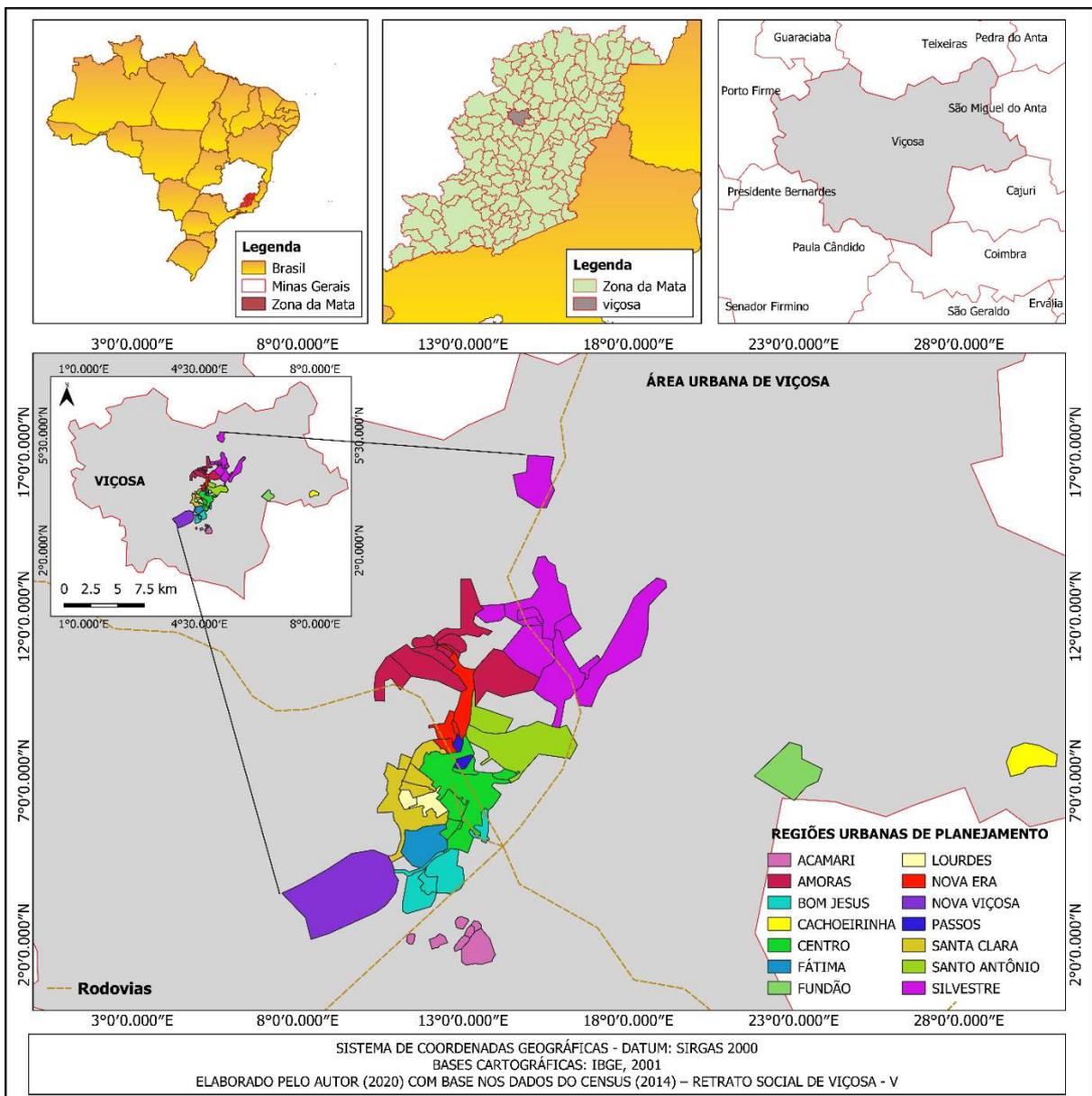
Para avaliar a associação entre variáveis qualitativas com mais de duas classes em escala de medida ordinal ou entre variáveis ordinais e nominais, foi utilizado o teste de qui-quadrado para associação e tendência linear (também denominado por qui-quadrado para variáveis ordinais). Por meio dos testes, foram consideradas as hipóteses: H_0 : não há associação entre as variáveis, versus H_1 : há associação entre as variáveis. O nível de significância adotado foi de 5%. Assim, a hipótese de nulidade foi rejeitada para p-valores menores que 0.05, o que indicou uma associação significativa entre as variáveis.

5. Resultados e Discussão

5.1 Caracterização do local do estudo

Localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, o município de Viçosa (Figura 1), no ano de 2019, possuía uma população estimada em 78.846 habitantes, a maioria na área urbana da cidade (IBGE, 2019). A cidade está dividida em quatro distritos e 55 bairros, sendo os distritos: a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo.

Figura 1 – Localização da cidade de Viçosa no Estado de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2001), 2019.

De acordo com o CENSUS (2014), os bairros e distritos da cidade apresentam características socioespaciais que permitem o seu agrupamento em Regiões Urbanas de Planejamento³⁹ (RUP) que, como evidenciado na Figura 1, são: Acamari, Centro, Bom Jesus, Nova Viçosa, Fátima, Lourdes, Santa Clara, Passos, Santo Antônio, Nova Era, Amoras, Silvestre, Fundão e Cachoeirinha.

Considerada uma cidade de médio porte, Viçosa chama a atenção por ter algumas características de cidades de grande porte, como trânsito intenso, alta verticalização e aglomeração de pessoas no centro (PAULA, 2013) e se distinguindo também pela presença das instituições de ensino, UFV (Universidade Federal de Viçosa), UNIVIÇOSA (União de Ensino Superior de Viçosa) e ESUV (Escola de Estudos Superiores de Viçosa), as quais atraem um grande número de pessoas à procura de cursos de graduação e/ou pós-graduação.

De outro lado, a presença dessas instituições, impulsionam o mercado imobiliário e o setor da construção civil, levando a intensificação do uso do solo, o surgimento de novas áreas de comércio e serviços, distantes do centro da cidade (BATELLA, 2017). Este fenômeno tem trazido uma maior verticalização para a RUP Centro (Figura 1), que é a mais densamente povoada e dotada de mais infraestrutura e serviços da cidade e que se distingue das outras regiões por ser local de moradia da maior parte de população de renda média e alta da cidade. Afastando-se do centro da cidade, localiza-se a RUPs Bom Jesus e Nova Viçosa, que tem a maior parte da população com renda baixa e grandes problemas de infraestrutura e serviços urbanos.

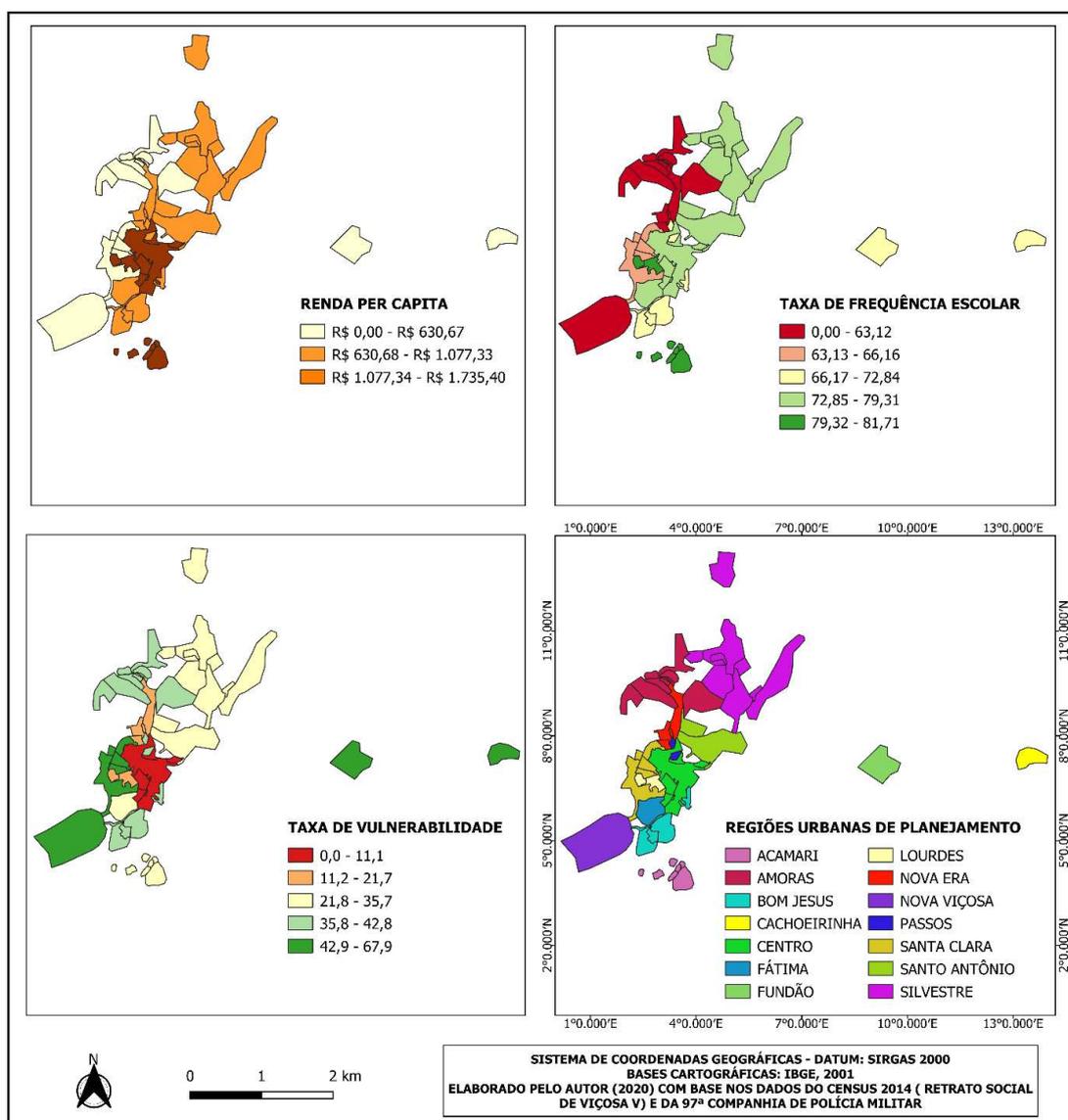
A RUP Silvestre também registra um processo atual de verticalização, com lotes vazios que servem à especulação imobiliária, moradores com faixas de renda diversificadas, bem como serviços e infraestrutura que variam em função dos bairros que fazem parte da região. Na região

³⁹ São RUP de Viçosa: **1 - Centro:** Integrada pelos bairros: Ramos, Clélia Bernardes, Belvedere e Centro. Este último, limitado pelas ruas: Gomes Barbosa, Ladeira dos Operários, José Antônio Rodrigues, Dos Estudantes, Av. P. H. Rolfs (da linha férrea até a esquina com a Av. Castelo Branco), Av. Marechal Castelo Branco, (até o trevo do Belvedere), Geninho Lentine, Dr. Milton Bandeira, Dona Gertrudes, Tenente Kümmel, Av. Bueno Brandão e Floriano Peixoto. **2 - Acamari:** Integrada pelos bairros: Romão dos Reis, Rua Nova, Acamari, Vila Alves, Jardim do Vale, Quinta dos Guimarães, Monte Verde e Otávio Pacheco. **3 - Bom Jesus:** Integrada pelos bairros: Bom Jesus, Bela Vista, Sagrada Família, Estrelas e Conceição. **4 - Nova Viçosa:** Integrada pelos bairros: Nova Viçosa e Posses. **5 - Fátima:** Integrada pelo Bairro de Fátima. **6 - Lourdes:** Integrada pelos bairros: Betânia, Santa Clara (parte baixa, limitada pela Av. JK até a rua Joaquim Andrade), Lourdes e Al. Fábio Ribeiro Gomes. **7 - Santa Clara:** Integrada pelos bairros: JK, Santa Clara (parte alta), Maria Eugênia, Coelhas e São Sebastião. **8 - Passos:** Integrada pelos bairros: Fuad Chequer, Sagrado Coração (Rebenta Rabicho) e pela área limitada pela Rua dos Passos (do Hospital S.J. Batista até a esquina com a Dona Gertrudes), Rua Dr. Brito, Santana, Álvaro Gouveia e Dr. José N. Vaz de Melo. **9 - Santo Antônio:** Integrada pelos bairros: Julia Molar, Santo Antônio (do Belvedere até o trevo de Coimbra). **10 - Nova Era:** Integrada pelos bairros: Nova Era, Vale do Sol e União (Morro do Café). **11 - Amoras:** Integrada pelos bairros: Barrinha, Cidade Nova, Arduíno Bolívar (Amoras), Laranjal (São José), Boa Vista, Vau-Açu, Inácio Martins e Floresta. **12 - Silvestre:** Integrada pelos bairros: Liberdade, João Braz, Viroleira, Recanto da Serra, Parque do Ipê, Inconfidentes, Silvestre e Novo Silvestre. **13 - Fundão:** Integrada pelo distrito de São José do Triunfo. **14 - Cachoeirinha:** Integrada pelo distrito de Cachoeira de Santa Cruz.

Acamari, destaca-se o condomínio Acamari, que é habitada pela população de renda mais alta e, próximo a ela, estão os bairros com pouco ou nenhum serviço público e infraestrutura, espaço de residência de pessoas com renda baixa. (BATELLA, 2017).

Com base nos dados do CENSUS (2014), compôs-se algumas características importantes sobre a população dessas regiões, os quais foram apresentados na Figura 2. Nota-se por ela que a frequência escolar de indivíduos com 15 anos ou mais é menor, abaixo de 66,16%, nas regiões de Nova Viçosa, Amoras, Nova Era e Santa Clara. Já as maiores frequências, acima de 72,84%, foram registradas nas regiões: Acamari, Lourdes, Centro, Fátima Silvestre e Santo Antônio.

Figura 2 – Renda média familiar, taxa de frequência escolar de indivíduos com mais de 15 anos e número de famílias em situação de vulnerabilidade por RUP – 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CENSUS (2014), 2019.

Esses dados corroboram as afirmações de Cavalcanti (2017), para quem o crescimento populacional da cidade não foi acompanhado por políticas públicas como as de moradia, saúde e educação, capazes de promover uma melhor qualidade de vida para a população. Sendo assim, vários espaços da cidade são densamente povoados e desorganizados socialmente e a população é pobre, desempregada, com baixa remuneração e baixos níveis de escolaridade. Essa situação “diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente”. (ABRAMOVAY, et al., 2002, p. 33).

Dentro desse contexto, o que se percebe nas Regiões Urbanas de Planejamento são diferenças também em relação à renda da população e aos auxílios sociais. A análise dos dados sobre a renda per capita das famílias nas RUPs e sobre a incidência de Bolsa Família, benefício social concedido a famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza, também revela diferenças marcantes entre essas regiões. Percebe-se pelos dados (Figura 2) que as regiões em que se encontram as pessoas com maior renda, ou seja, acima de R\$ 1.077,33, são também as regiões em que se tem o maior nível de escolaridade, que são as regiões Acamari, Centro e Lourdes,

Já as menores rendas, abaixo de R\$ 630,68, foram registradas nas regiões Nova Viçosa, Santa Clara, Amoras, Cachoeirinha e Fundão. Ainda é possível perceber pelos dados que o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade, acima 35,7%, estão concentrados em algumas das regiões onde foram identificadas as menores rendas: Nova Viçosa, Santa Clara, Amoras, Bom Jesus, Cachoeirinha e Fundão.

5.2 A população do estudo: principais características

A pesquisa foi realizada com 618 jovens das Regiões Urbanas de Planejamento anteriormente citadas, sendo que do total de entrevistados, 59% eram do sexo feminino e 41% masculino. Com exceção da região Fundão, cujo número de homens entrevistados foi de 78%, contrapondo-se a todas as outras regiões, o percentual de mulheres entrevistadas superou o de homens. Já em relação à cor, dos 618 entrevistados, 56% se declararam de cor negra ou parda, 39% de cor branca e o restante 5%, como indígena ou oriental. Com exceção das regiões, Centro e Lourdes, onde a porcentagem de pessoas de cor branca foi de 70,64% e 81,82% respectivamente, nas outras RUP, o percentual de pessoas de cor negra ou parda superou os de cor branca.

A fim de definir melhor o perfil do entrevistado, e principalmente a classe econômica a qual pertence, foram analisados o nível de escolaridade, profissão e renda dos responsáveis por eles. Os resultados evidenciaram que as pessoas com maior escolaridade (graduação ou pós-graduação) eram da RUP Centro (39,32%), seguida pela RUP Santo Antônio (10,84%), Lourdes (8,98%), Silvestre (7,74%) e Bom Jesus (7,12). Já os maiores registros de pessoas sem instrução foram nas regiões Santo Antônio (29,41%) e Bom Jesus (17,65%). Notou-se que na região Centro, Acamari e Lourdes, o número de pessoas com ensino superior foi maior do que o de pessoas sem instrução, com ensino fundamental ou médio.

Com relação à profissão dos responsáveis, constatou-se que as profissões que exigem formação superior, a exemplo das profissões de professor, médico, dentista, psicólogo, arquiteto, entre outros, foram as mais registradas na região Centro (40%), Santo Antônio (11,58%), Acamari (8,95%) e Lourdes (8,42%). As profissões que exigiam nível médio ou técnico e que estavam relacionadas às funções administrativas, como as de assistente em administração, auxiliar administrativo e secretária, foram as mais observadas na região Centro (28,13%), Bom Jesus (9,38%), Santo Antônio e Santa Clara (8,33%). Já as profissões que não exigiam escolaridade ou apenas o ensino fundamental, como vendedores de lojas e mercado, balconista, pedreiro, empregada doméstica tiveram os maiores registros na região Bom Jesus (12,93%), Santo Antônio (12,75%), Amoras (11,67%), Centro (10,95%) e Nova Viçosa (10,77%).

Da mesma forma que se percebeu uma discrepância em relação aos mais escolarizados nas regiões Acamari, Centro e Lourdes, e os menos escolarizados identificados nas outras regiões, percebeu-se também em relação às profissões. Assim, nas regiões em que a população apresentou uma maior formação educacional é que foram registradas as maiores porcentagens de pessoas com profissões que exigiam nível superior.

Como reflexo da escolaridade e da profissão, percebeu-se que a maior parte das pessoas com renda acima de 10 salários mínimos (classe social A e B pelo IBGE (2016)) estavam concentradas nas regiões: Centro (68,63%), Lourdes (11,76%), Acamari, Santo Antônio e Silvestre (3,92%). Por outro lado, as pessoas que apresentaram as menores rendas registradas, menos de dois salários mínimos, consideradas classes E, segundo o IBGE (2016), estavam localizadas, em sua maioria, nas regiões: Bom Jesus (15,58%), Nova Viçosa (15,08%), Amoras (13,07%), Santo Antônio (11,56%) e Silvestre (10,55%).

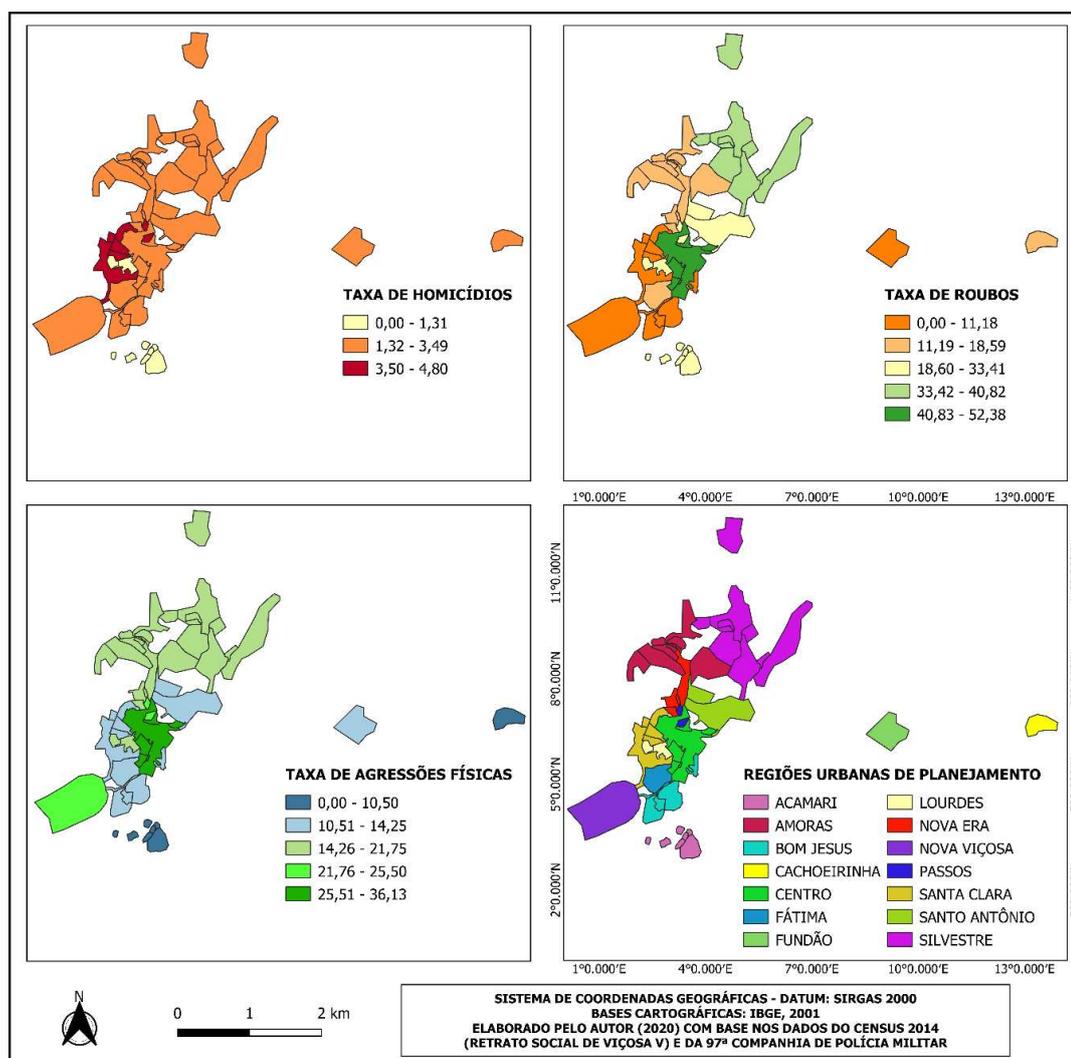
Finalmente, os dados apontam que existem diferenças entre os jovens entrevistados em termos de local de moradia, classe econômica, cor e sexo, os quais são evidenciados a partir das RUP em que residem. A violência urbana e a sua representação são outra diferenciação

encontrada nas RUP como será visto no próximo tópico e que se relaciona às questões já apresentadas.

5.3 A visão dos jovens sobre a violência urbana nas RUP

De acordo com os dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar, entre os anos de 2013 e 2018, houve 2.694 casos de violência em Viçosa, sendo estes roubos (47,66%), agressões físicas (46,55%) e homicídios (5,79%). Nesse período, como evidencia a Figura 3, a maior taxa de roubo registrada, acima de 40,82%, foi na região Centro; já as menores taxas, abaixo de 11,19%, foram registradas nas regiões Bom Jesus, Nova Viçosa, Santa Clara e Fundão.

Figura 3 – Taxa de homicídios, roubos e agressões físicas por RUP – 2013/2018.



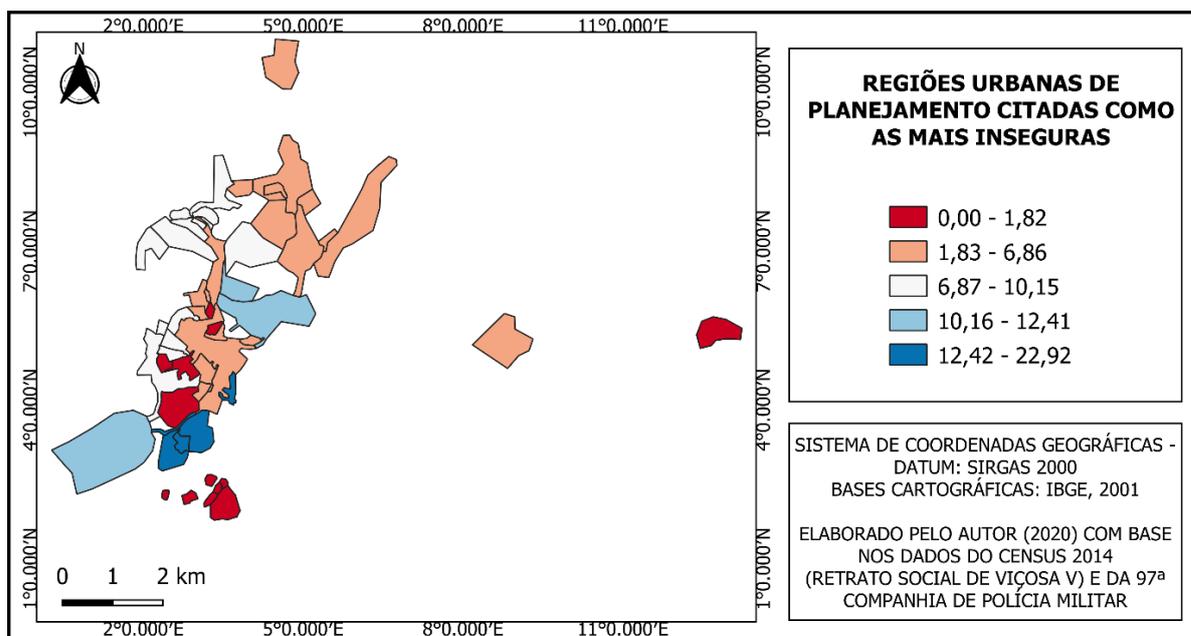
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados dos Boletins de ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais e do SENSUS (2014), 2019.

Em relação aos homicídios, taxas acima de 3,49%, consideradas as mais altas, foram registradas na região Passos e Santa Clara. Por outro lado, as menores taxas, abaixo de 1,32%, foram registradas na região Lourdes e Acamari. Com relação às agressões físicas, a região Centro apresentou as maiores taxas, acima de 25,5%, já as menores taxas, abaixo de 10,5%, foram identificadas nas regiões Acamari e Cachoeirinha.

Essas informações vão ao encontro às afirmações de Cano (1998), para quem o tipo de violência varia conforme as regiões, ou seja, regiões de maior renda são mais propensas a roubos, enquanto os homicídios tendem a se concentrar nas áreas mais pobres. Já as agressões físicas, estas não apresentam um padrão definido.

Para saber a representação social que os jovens tinham sobre as regiões mais inseguras e seguras, em função da violência vivenciada, foi pedido a eles que listassem cinco regiões da cidade que considerassem seguras e cinco inseguras. A partir dessas análises (Figura 4), a região considerada por eles como sendo a mais insegura foi a Bom Jesus, citada em mais de 12,41% dos casos e, em seguida, as regiões Nova Viçosa e Santo Antônio, com 10,16% e 12,41% dos casos, respectivamente. Todas essas, como visto anteriormente, apresentavam problemas de infraestrutura, serviços, equipamentos públicos, bem como as menores rendas e grande percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Figura 4 – RUP mais citadas como inseguras pelos jovens – 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018), 2019.

Apesar da região Bom Jesus ter sido considerada, na representação dos jovens, como sendo a mais insegura, os dados coletados na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar, relacionados às ocorrências de homicídios, agressões físicas e roubos nessa região, demonstram o contrário. Isso mostra que ela não é a mais violenta para nenhum dos tipos de violência apresentados, o que indica que outros elementos, como a mídia, comentários de pessoas, entre outros participam da representação dos jovens sobre essa região.

Para Ribeiro e Platero (2017), a representação que as pessoas têm sobre determinadas áreas serem espaços de perigo ocorre a partir do momento em que certa área é determinada como “perigosa” pelos indivíduos, de modo que não apenas a área é classificada dessa forma, mas, também, as pessoas que lá residem e que por lá circulam. Por detrás dessa classificação, existe uma hierarquização social, tanto dos locais como também das pessoas, as quais passam a ser vistas como inferiores às pessoas de outras localidades e com inserções sociais diferentes.

Nesse sentido, para Ribeiro e Platero (2017, p. 16), os discursos construídos sobre a violência

acabam fazendo com que diversas representações sejam construídas sobre aqueles lugares por pessoas que nem sequer sabem onde eles se localizam. Mantém-se a ideia de que não apenas o lugar é perigoso, mas as pessoas que frequentam estes lugares são potencialmente perigosas.

Ao se analisar as representações dos jovens de cada RUP sobre a violência nas diversas RUP, percebe-se que, de forma geral, a região Bom Jesus é a região mais insegura, sendo a mais citada pelos jovens da região Nova Viçosa (30,48%), Fátima (27,5%) e da própria região Bom Jesus (27,04%). Os jovens da região Nova Viçosa e Fátima, que a citaram como a mais insegura, residem em regiões próximas a ela. No caso dos jovens da Nova Viçosa, a região em que residem também apresenta problemas de infraestrutura, alta vulnerabilidade social e uma concentração alta de famílias com renda mais baixa. Com relação à região Fátima, a situação é um pouco melhor, tanto em termos estruturais, como em relação aos rendimentos das famílias.

Em relação às outras regiões, há uma discordância entre os jovens quanto ao seu nível de insegurança. Para os residentes nas áreas da cidade com mais infraestrutura, serviços e onde estão os maiores níveis de escolaridade e renda, ou seja, Centro, Lourdes e Acamari, depois da região Bom Jesus considerada a mais insegura, a região Centro é considerada a segunda região mais insegura. Conforme apontam os jovens que residem na região Lourdes e os que residem também na região Centro, essas regiões foram citadas em 20,75% dos casos, pelos jovens da região Lourdes, e em 12,04% dos casos, pelos jovens da região Centro. Para os jovens que

residem na região Acamari, a região Santo Antônio é a segunda mais insegura, citada por eles em 18% dos casos.

Já para os jovens que residem nas outras regiões, onde foram identificadas as menores rendas, caso das regiões Bom Jesus, Nova Viçosa, Amoras e Santo Antônio, de acordo com os jovens da região Bom Jesus, a região Nova Viçosa é a segunda mais insegura, citada em 16,35% dos casos; para os da RUP Nova Viçosa, a região Santa Clara, citada em 17,14%; para os da região Amoras, a própria região Amoras, citada por eles em 17,7% dos casos e para os da região Santo Antônio a própria região Santo Antônio, citada em 16,67% dos casos.

Esses dados confirmam as afirmações já apontadas por Abramovay e Pinheiro (2003), de que a percepção da violência muda e com ela o medo, em função da classe social a que pertence o indivíduo. Assim, as pessoas de renda mais baixa que habitam áreas consideradas inseguras têm, por exemplo, uma visão diferente de violência do que as pessoas de renda mais alta e que habitam espaços mais seguros.

Nesse sentido, ao questionar as razões que levaram os jovens a considerar essas RUP inseguras (Tabela 1), percebeu-se que a “associação da violência pela mídia” e a “falta de policiamento” foram elementos que sobressaíram em relação aos demais.

Tabela 1 – Elementos que contribuem para que o bairro seja considerado inseguro, na visão dos jovens entrevistados, por Região Urbana de Planejamento – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Elementos para o bairro ser considerado inseguro							Total
	Falta de Policiamento	Iluminação em falta ou inadequada	Tipo de pessoa que reside	Associação de violência pela mídia	Reputação do bairro	Aspecto do bairro	Informação de pessoas	
	%	%	%	%	%	%	%	
Acamari	22,22	11,11	14,81	27,78	18,52	1,85	3,70	100
Amoras	20,53	8,61	15,89	25,83	15,23	4,64	9,27	100
Bom Jesus	22,12	13,94	14,90	21,63	13,46	6,73	7,21	100
Cachoeirinha	19,23	7,69	19,23	19,23	15,38	0,00	19,23	100
Centro	17,95	16,67	9,94	24,36	15,71	3,53	11,86	100
Fátima	21,67	13,33	11,67	30,00	18,33	5,00	0,00	100
Fundão	22,77	8,91	16,83	26,73	15,84	1,98	6,93	100
Lourdes	17,39	18,84	10,14	18,84	17,39	7,25	10,14	100
Nova Era	21,18	16,47	18,82	21,18	16,47	2,35	3,53	100
Nova Viçosa	23,66	12,21	16,03	21,37	12,98	6,87	6,87	100
Passos	26,56	15,63	12,50	25,00	10,94	4,69	4,69	100
Santo Antônio	22,16	16,76	16,22	21,62	14,05	2,70	6,49	100
Santa Clara	20,00	15,00	14,17	20,83	18,33	1,67	10,00	100
Silvestre	20,83	12,50	15,97	25,69	13,19	3,47	8,33	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Entre todos os elementos, a falta de policiamento foi o mais importante para os jovens da região: Bom Jesus (22,12%), Cachoeirinha (19,23%), Nova Viçosa (23,66%), Passos (26,56%) e Santo Antônio (22,12%). Nota-se pelos dados, que são os jovens das regiões mais pobres e com índices médios ou elevados de homicídios os que o elencam como o mais importante problema da região.

Para Rolim (2016), o fato de a sociedade entender a resolução da violência por meio do policiamento e repressão é resultado da história do Brasil, marcada por ações do Estado contra transgressores, foragidos ou suspeitos, sempre por meio da violência brutal e métodos de extermínio, não apenas em períodos de guerra ou enfrentamento de revoltas, mas ao longo da história.

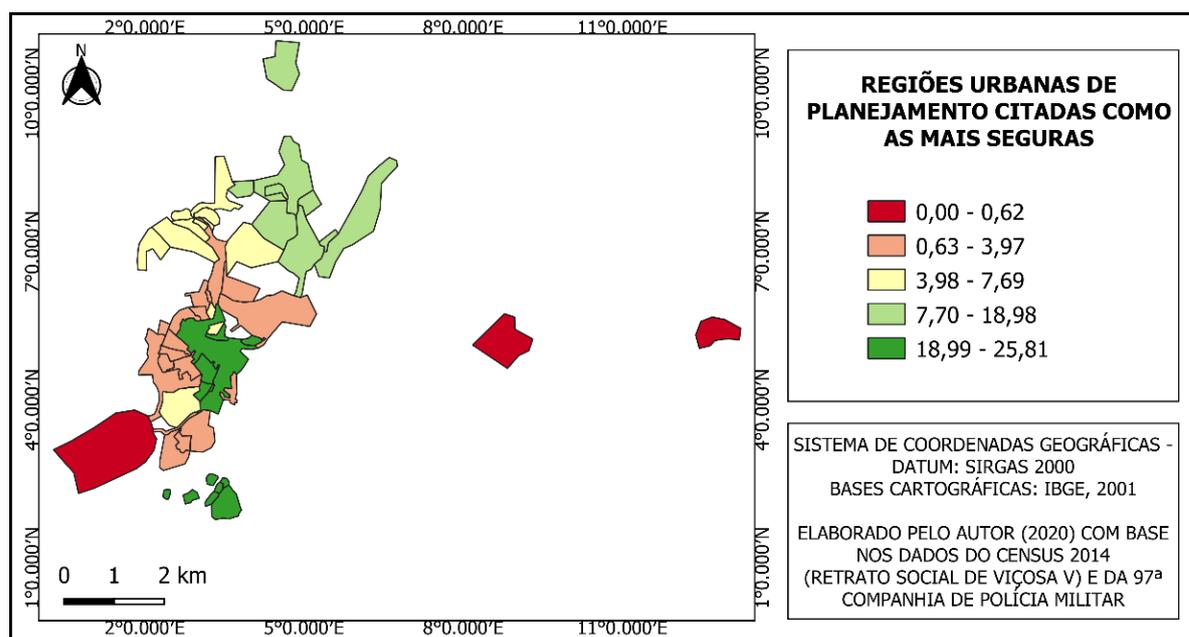
Mais de dois séculos depois, a opinião média brasileira se mantém pensando que a forma de conter a impunidade, ou seja, os delitos típicos da marginalização social é a utilização de penas mais rigorosas. Esse fato demonstra a existência entre os brasileiros de uma disposição às ações violentas e que se desenvolvem na falta de políticas públicas eficazes.

Para os jovens das regiões de maior renda, a mídia contribui para a representação de determinada área como insegura. Essa foi percebida pelos jovens da região Acamari (27,78%), Centro (24,36%), Lourdes (18,84%). Entretanto, os jovens de algumas regiões de renda mais baixa, a saber, Amoras (25,83%), Fátima (30%), Fundão (26,73%), Nova Era (21,18%), Passos (25%) e Silvestre (25,69%), também compartilharam dessa opinião. Nesse ponto, as discussões de Michaud (1989), sobre a influência da mídia na vida da população, corroboram com os dados apurados.

Para o autor citado, a relação dos indivíduos com os acontecimentos e os fatos se estabelece por meio das experiências que eles têm, mas, também, a partir dos testemunhos e evidências indiretas que recebem. Por causa da mídia, o que conta para esses jovens não são as suas experiências de violência vivenciadas, mas o que dela se sabe ou se imagina. Nesse sentido, poucas pessoas que sentem o aumento da insegurança foram vítimas de algum caso de violência, mas “ouviram falar” da violência em determinado lugar.

Em relação às regiões mais seguras (Figura 5), as citadas em mais de 7,7% dos casos analisados foram as regiões Centro, Acamari e Silvestre. Entretanto, o que se percebe é que essas regiões são mais seguras em relação aos homicídios, mas não em relação a outros tipos de violência, como o roubo e as agressões físicas, cuja incidência na região Centro é considerada alta, tendo apresentado o maior número de registros.

Figura 5 – RUP mais citadas como seguras, segundo os jovens entrevistados – 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018), 2019.

Ao se analisar as representações dos jovens de cada região sobre a violência, nas regiões mais seguras, percebe-se que não há um consenso em relação a elas. Entretanto, para os jovens das regiões Centro, Acamari e Lourdes, regiões com maior renda, as regiões Centro e Acamari configuram-se como sendo as mais seguras. A região Centro foi citada pelos jovens da região Acamari em 50% dos casos e a região Acamari em 14,71%. Os jovens da região Centro citaram a região Centro em 46,84% dos casos e a região Acamari em 25,61%. E os jovens da região Lourdes citaram a região Centro em 41,18% dos casos e a região Acamari em 29,41%.

Já para os jovens das regiões, Bom Jesus, Nova Viçosa, Amoras e Santo Antônio, regiões de menor renda, onde a maior parte da população é das classes D e E, as regiões mais seguras para os jovens da região Bom Jesus são a região Centro, que foi citada em 25,61% dos casos, juntamente com a região Acamari, em 20,73%. Os jovens da região Nova Viçosa citaram a região Acamari em 20,34% e a região Silvestre em 16,95%. Para os jovens da região Santo Antônio, a região Silvestre, citada em 24,47%, e em segundo lugar, a região Acamari, em 23,4% dos casos. Já os jovens da região Amoras, identificaram como as regiões mais seguras, a região Amoras, em 30% dos casos e a região Silvestre, em 24,29%.

De forma geral, percebe-se que, para os jovens, as regiões mais seguras são as mais estruturadas e centrais e as menos seguras, as periféricas. Segundo Ferreira Junior e Costa (2016), a tendência da representação do ambiente da cidade como perigoso e das periferias

como inseguras, pobres e de precária urbanização está associada à atuação da mídia, que a difunde localmente e nacionalmente.

Entretanto, para os autores, essas representações também estão relacionadas à forma como se constituiu o processo de urbanização brasileira, pela dicotomia centro e periferia, em que o centro se apresenta como urbanizado, civilizado e organizado, enquanto as áreas periféricas constituíram-se como ambientes de precariedade, incivilidade e desorganização, capazes de oferecer riscos à segurança dos que habitam as regiões centrais. Nessas áreas periféricas, a ação violenta da polícia e as narrativas midiáticas são alguns exemplos de práticas que confirmam essa representação.

Ao serem questionados sobre as razões que levam a achar essas regiões seguras (Tabela 2), o elemento que mais se destacou entre os entrevistados foi “informações fornecidas pelas pessoas”. Esse foi considerado o elemento mais importante, tanto para os jovens que habitam as regiões mais estruturadas da cidade, como também para os que habitam áreas mais pobres.

Tabela 2 – Elementos que contribuem para que o bairro seja considerado seguro, na visão dos jovens entrevistados, por Região Urbana de Planejamento – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Elementos para a representação de segurança das RUPs					
	Constante Policiamento	Informações dos meios de Comunicação	Movimento constante de pessoas	Informações de pessoas	Informações da polícia	Total
	%	%	%	%	%	%
Acamari	8,82	8,82	20,59	38,24	23,53	100
Amoras	22,89	7,23	25,30	27,71	16,87	100
Bom Jesus	24,75	10,89	22,77	21,78	19,80	100
Cachoeirinha	28,57	0,00	14,29	42,86	14,29	100
Centro	15,38	4,14	28,40	28,99	23,08	100
Fátima	18,52	11,11	18,52	29,63	22,22	100
Fundão	14,71	8,82	26,47	29,41	20,59	100
Lourdes	20,00	5,71	28,57	28,57	17,14	100
Nova Era	23,40	6,38	21,28	23,40	25,53	100
Nova Viçosa	15,79	8,77	28,07	33,33	14,04	100
Passos	15,38	11,54	38,46	26,92	7,69	100
Santo Antônio	14,29	11,43	27,62	28,57	18,10	100
Santa Clara	23,53	7,84	25,49	19,61	23,53	100
Silvestre	13,25	8,43	21,69	31,33	25,30	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Essa percepção esteve presente entre os jovens das regiões: Acamari (38,24%), Cachoeirinha (42,86%), Centro (28,99%), Fátima (29,63%), Fundão (29,41%), Lourdes (28,47%), Nova Viçosa (33,33%), Santo Antônio (28,57%) e Silvestre (31,33%). Já as

informações fornecidas pela polícia, foram destacadas pelos jovens das regiões Nova Era (25,30%), Silvestre (25,53%), Santa Clara (23,53%), Acamari (23,53%) e Fátima (22,22%).

O constante policiamento foi identificado como elemento importante para 24,75% dos jovens da região Bom Jesus e para 23,53% da região Santa Clara. Para 38,46% dos jovens da região Passos (região onde fora identificado o maior número de homicídios), é o movimento constante de pessoas que determina a segurança na região. Nota-se, mais uma vez, que são os jovens das regiões mais vulneráveis, de mais homicídios, quando comparado com as regiões onde habita a população de renda alta, os que mais indicam o frequente policiamento como o elemento que mais contribui para a representação de determinada área como segura.

Para Crowl e Battin (2016), a representação da polícia é um elemento importante quando se discute violência, pois a satisfação com aplicação da lei é, em grande parte, formada pela experiência que as pessoas têm com a polícia. Quando a relação entre a polícia e a população é fragmentada, isso tende a gerar desconfiança e pouca cooperação por parte da população, de tal modo que a confiança na polícia tem um efeito negativo sobre o crime.

Assim, a maior confiança na polícia pode levar a uma menor percepção de risco de vitimização e vice-versa. Nesse sentido, ao analisar a confiança na polícia e o grau de satisfação com o policiamento que os jovens que residem nas RUPs têm (Tabela 3), percebeu-se pelo teste do qui-quadrado que existem diferenças significativas (p valor < 0.05) entre os jovens das diferentes regiões.

Tabela 3 – Associação entre a Região Urbana de Planejamento do entrevistado e a confiança na polícia – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Confiança na polícia				
	Não confiável	Pouco confiável	Confiável	Muito confiável	Extremamente Confiável
Acamari	0(0)	2(14,3)	10(71,4)	2(14,3)	0(0)
Amoras	6(12,5)	22(45,8)	18(37,5)	2(4,2)	0(0)
Bom Jesus	7(13,7)	23(45,1)	15(29,4)	5(9,8)	1(2)
Cachoeirinha	0(0)	6(66,7)	3(33,3)	0(0)	0(0)
Centro	4(4,5)	20(22,7)	40(45,5)	22(25,0)	2(2,3)
Fátima	0(0)	2(15,4)	8(61,5)	2(15,4)	1(7,7)
Fundão	1(3,7)	10(37)	15(55,6)	0(0)	1(3,7)
Lourdes	0(0)	2(11,1)	12(66,7)	3(16,7)	1(5,5)
Nova Era	2(10,5)	10(52,6)	6(31,6)	0(0)	1(5,3)
Nova Viçosa	12(36,4)	15(45,5)	6(18,1)	0(0)	0(0)
Passos	1(5,6)	8(44,4)	7(38,9)	2(11,1)	0(0)
Santa Clara	3(14,3)	11(52,3)	6(28,6)	0(0)	1(4,8)
Santo Antônio	7(14,6)	15(31,3)	19(39,6)	4(8,3)	3(6,3)
Silvestre	3(7,3)	15(36,6)	21(51,2)	1(2,4)	1(6,3)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Os dados evidenciam que as melhores avaliações sobre o policiamento em Viçosa, foi feita pelos jovens das regiões de renda mais elevada e estruturada. De acordo com os dados, a polícia é confiável para os jovens das regiões Acamari (71,4%), Lourdes (66,7%) e Fátima (61,5%). Entre os que acreditam que a polícia é muito confiável, os dados revelaram que são também os jovens residentes nessas mesmas regiões que tiveram esse entendimento, sendo esses 25% da região Centro, 16,7% da região Lourdes, 15,4% da região Fátima e 14,3% da região Acamari.

Já a falta de confiança na polícia prevaleceu entre os jovens das regiões de menor renda: Nova Viçosa (36,4%), Santo Antônio (14,6%), Santa Clara (14,3%), Bom Jesus (13,7%) e Amoras (12,5%). Entre os jovens das regiões que apontaram pouca confiança na polícia, destacou-se os jovens da região Cachoeirinha (66,7%), Nova Era (52,6%) e Santa Clara (52,3%) – regiões onde habita a população de renda mais baixa e que, como afirma Cardia (2003, p. 314), tem uma visão diferenciada sobre a polícia.

Para os menos expostos, a polícia “é ágil no atendimento aos chamados da população, consegue manter as ruas do bairro tranquilas, dá assistência às vítimas, e é educada no trato com as pessoas”. Já para os mais expostos, “a polícia nunca é educada ao abordar a população, não consegue manter as ruas tranquilas, e pior é percebida como, ou tendo medo dos traficantes, ou sendo subornada por eles, protegendo o tráfico ou ainda usando força excessiva quando aborda jovens”.

A experiência dessas pessoas, associada à imagem que se tem da polícia, promove a descrença na segurança pública e nas leis, de forma que poucos acreditam ser possível convencer o delegado a investigar um caso de violência. Ao analisar os motivos que justificavam a confiança ou não com o policiamento, a partir da análise pelo qui-quadrado foram encontradas diferenças significativas (p valor < 0.05) para a representação de que a polícia aborda apenas pobres, atua violentamente e é preconceituosa (Tabela 4).

Tabela 4 – Associação entre a Região Urbana de Planejamento e a percepção dos entrevistados quanto à polícia – 2019.

RUP DO ENTEVISTADO	Acamari	Amoras	Bom Jesus	Cachoeirinha	Centro	Fátima	Fundão	Lourdes	Nova Era	Nova Viçosa	Passos	Santa Clara	Santo Antônio	Silvestre	p-valor
Cumpre a função															
Não	9(64,3)	36(75)	40(78,4)	7(77,7)	53(60,2)	5(38,5)	16(59,3)	12(66,7)	12(63,2)	28(84,8)	12(66,7)	14(66,7)	31(64,6)	28(68,3)	0,1703
Sim	5(35,7)	12(25)	11(21,6)	2(22,3)	35(39,8)	8(61,5)	11(40,7)	6(33,3)	7(36,8)	5(15,2)	6(33,3)	7(33,3)	17(35,4)	13(31,7)	
Excelente trabalho															
Não	13(92,9)	44(91,2)	46(90,2)	9(100)	80(90,9)	13(100)	24(88,9)	17(94,4)	18(94,7)	31(93,9)	16(88,9)	21(95,5)	43(89,6)	36(87,8)	0,9977
Sim	1(7,1)	4(8,3)	5(9,8)	0(0)	8(9,1)	0(0)	3(11,1)	1(5,6)	1(5,3)	2(6,1)	2(11,1)	1(4,5)	5(10,4)	5(12,2)	
Pouco valorizado															
Não	8(57,1)	37(77,1)	39(76,5)	8(88,9)	54(61,4)	9(69,2)	20(74,1)	10(55,6)	12(63,2)	27(81,8)	16(88,8)	16(76,2)	32(66,7)	26(63,4)	0,1974
Sim	6(42,9)	11(22,9)	12(23,9)	1(11,1)	34(38,6)	4(30,8)	7(25,9)	8(44,4)	7(36,8)	6(18,2)	2(11,1)	5(23,8)	16(33,3)	15(36,6)	
Aborda pobres															
Não	10(71,4)	28(58,3)	31(60,8)	6(66,7)	71(80,7)	11(84,6)	20(74,1)	15(83,3)	15(78,9)	20(60,6)	17(94,4)	13(61,9)	34(70,8)	26(63,4)	<0,0439
Sim	4(28,6)	20(41,7)	20(39,2)	3(33,3)	17(19,3)	2(15,4)	7(25,9)	3(16,7)	4(21,1)	13(39,4)	1(5,6)	8(38,1)	14(29,2)	15(36,6)	
Atua violentamente															
Não	11(78,6)	31(64,6)	37(72,5)	6(66,7)	84(95,5)	11(84,6)	21(77,8)	17(94,4)	16(84,2)	20(60,6)	12(66,7)	14(66,7)	35(72,9)	36(87,8)	<0,001
Sim	3(21,4)	17(35,4)	14(27,5)	3(33,3)	4(4,5)	2(15,4)	6(22,2)	1(5,5)	3(15,8)	13(39,4)	6(33,3)	7(33,3)	13(27,1)	5(12,2)	
Preconceituosa															
Não	13(92,9)	34(70,8)	32(62,7)	5(55,6)	78(88,6)	13(100)	23(85,2)	15(83,3)	13(68,4)	21(63,6)	12(66,7)	15(71,4)	35(72,9)	29(70,7)	<0,0036
Sim	1(7,1)	14(29,2)	19(37,3)	4(44,4)	10(11,4)	0(0)	4(14,8)	3(16,7)	6(31,6)	12(36,4)	6(33,3)	6(28,6)	13(27,1)	12(29,3)	
Medo															
Não	10(71,4)	28(58,3)	31(60,8)	6(66,7)	71(80,7)	11(84,6)	20(74,1)	15(83,3)	15(78,9)	20(60,6)	17(94,4)	13(61,9)	34(70,8)	26(63,4)	
Não	12(85,7)	42(87,5)	49(96,1)	9(100)	82(93,2)	12(92,3)	26(96,3)	16(88,9)	17(89,5)	27(81,8)	16(88,9)	17(81)	46(95,8)	34(82,9)	0,2516
Sim	2(14,3)	6(12,5)	2(3,9)	0(0)	6(6,8)	1(7,7)	1(3,7)	2(11,1)	2(10,5)	6(18,2)	2(11,1)	4(19)	2(4,2)	7(17,1)	
Sem empenho															
Não	10(71,4)	34(89,5)	35(68,6)	5(55,6)	67(76,1)	12(92,3)	17(63)	14(77,8)	12(63,2)	25(75,8)	11(61,1)	15(71,4)	39(81,3)	27(65,9)	0,5640
Sim	4(28,6)	4(10,5)	16(31,4)	4(44,4)	21(23,9)	1(7,7)	10(37)	4(22,2)	7(36,8)	8(24,2)	7(38,9)	6(28,6)	9(18,7)	14(34,1)	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

A região em que mais se destacou em termos da representação dos jovens de que a polícia atua violentamente foi a região Nova Viçosa, com 39,4% dos jovens concordando com essa afirmação. Já as regiões em que os jovens discordaram, a maior porcentagem foi na região Lourdes (94,4%) e Centro (95,5%).

Para Cardia (2003), são as experiências dos indivíduos que levam a percepções diferenciadas sobre a polícia. Os jovens das áreas de maior renda e mais estruturadas demonstram ter a melhor imagem da polícia, ao mesmo tempo que as piores imagens são evidenciadas pelos jovens que não apresentam as mesmas condições.

Com relação à representação de que a polícia aborda apenas pessoas pobres, os jovens que se destacaram foram das regiões Amoras (41,7), Nova Viçosa (39,4%), Bom Jesus (39,2%) e Santa Clara (38,1%). Já entre os jovens que discordaram, esses foram das regiões Passos (94,4%), Fátima (84,6%) e Lourdes (83,3%). A representação de uma polícia preconceituosa esteve evidente nas regiões Cachoeirinha (44,4), Bom Jesus (37,3%), Nova Viçosa (36,4%). Contrariamente a essa percepção, na região Fátima, todos os jovens discordaram dessa afirmação e no Acamari, 92,9%.

6. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo identificar a representação que os jovens da cidade de Viçosa têm sobre a violência urbana nas diferentes RUP e quais elementos contribuem para essa representação. Os dados evidenciaram que existem diferenças entre a representação dos jovens, no que tange à violência nas diferentes Regiões Urbanas de Planejamento.

De forma geral, foram consideradas inseguras, em primeiro lugar, a região Bom Jesus, seguida pelas regiões Santa Clara e Santo Antônio, regiões com pouca infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, renda per capita baixa e considerável número de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, foram consideradas seguras as regiões que são o oposto dessas primeiras regiões, as regiões Centro e Acamari e também a região Silvestre, cujo número de pessoas em situação de vulnerabilidade é menor do que nas outras regiões.

Entretanto, os dados demonstram que nem todas as regiões consideradas as mais inseguras são as que apresentam os maiores índices de homicídio, roubo e agressões físicas. Dessa maneira, pode-se inferir que a mídia, os comentários de pessoas, o constante policiamento e a circulação de pessoas são elementos que contribuem para a representação sobre a violência nessas regiões.

Os dados evidenciam, ainda, que existem diferenças entre os jovens acerca dos elementos que contribuem para essas regiões serem consideradas seguras ou inseguras. São os jovens das regiões de menor renda, os que veem a falta de policiamento e o policiamento constante como elementos que contribuem para uma área ser considerada insegura ou segura. Já para os jovens das regiões de maior renda, têm nas informações da mídia e das pessoas a maior contribuição para essa representação. Para aqueles que habitam as áreas onde foram identificados o maior número de homicídios, tipo de violência mais grave, visto que não permite a recuperação da vítima, o constante policiamento é o elemento que mais contribui para a segurança da área.

A representação que se tem sobre a polícia foi outro fator em que se percebeu diferenças entre os jovens. Aqueles de renda mais elevada e que habitam as regiões mais estruturadas e dotadas de equipamentos públicos, são os que têm maior confiança na polícia, enquanto os jovens das regiões de menor renda são os que não confiam na polícia.

São esses jovens de renda mais baixa, os que têm uma visão de que a polícia aborda apenas pessoas pobres, atua violentamente e é preconceituosa – situação que os jovens das regiões de renda mais elevadas discordam. Logo, nota-se pelos dados que, embora os jovens das regiões de renda mais baixa tenham uma visão da polícia como preconceituosa, elitista e violenta, eles também acreditam que o constante policiamento é capaz de dar segurança aos residentes em determinadas áreas da cidade.

Considera-se que o objetivo do estudo foi alcançado, pois foi possível identificar as representações dos jovens sobre a violência nas RUPs e os elementos que contribuem para essa representação. Como indicação para outros estudos, sugere-se que se faça uma pesquisa não por RUP, mas por bairros, visto que os bairros apresentam maior homogeneidade em termos de características socioeconômicas e problemas enfrentados do que nas RUPs, que tendem a agrupar diferentes bairros, com diferentes realidades, dentro de uma mesma região.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; PINHEIRO, L. C. Violência e Vulnerabilidade Social. In: FRAERMAN, Alicia. (Ed.). **Inclusión social y desarrollo: presente y futuro de la comunidad iberoamericana**. Madri: Comunica, 2003.
- ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 103-140, 2003.
- BATELLA, V. Centro, Centralidade e Cidade Média: Apontamentos sobre Viçosa-MG. In: SOUSA, Diogo Tourino de; BATELHA, Wagner Barbosa. **Cidades, Territórios e Direitos**. Viçosa: Editora UFV, 2017. 256p.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Os custos do crime e da violência. Novas evidência e constatações na América Latina e Caribe**. Washington: Ed.: Laura Jaitman; Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil, Brasília: Relatório de Conjuntura nº 4.
- BAIERL, Luzia Fátima. Medo Social: dilemas cotidianos. **Revista de Ciências Sociais**, n. 3, p. 138-158, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: [http:// www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acessado em 25 de maio de 2007, 26 de junho de 2007 e 26 de novembro de 2007
- BRICEÑO LEÓN, Roberto. Violencia Urbana en América Latina: Un modelo sociológico de explicación. **Espacio Abierto**, v. 16, n. 3, p. 541-574, julho-set., 2007.
- CANO, Ignacio. Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro. In: NAJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo Cesar. (Org.). **Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. cap. 12, p. 239-273
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 399 p.
- CAPRIROLO, D.; JAITMAN, L.; MELLO, M. Os custos do bem-estar do crime no Brasil: um país de contrastes. In: BANCO INTERAMERICANO. **Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe**. 2017.
- CARDIA, Nancy. Exposição à Violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, política e direitos humanos. **Lusotopie**, p. 299-330, 2003.
- CAVALCANTI, Ricardo Caldas. As dinâmicas da violência urbana na América Latina. Século XXI – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 226-251, 2017.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

CROWL, Justin N.; BATTIN, Joshua R. **Fear of crime and the police: Exploring lifestyle and individual determinants among university students.** *The Police Journal*, v. 90, n. 3, p. 195-214, 2016.

CRUZ, T. A. (Coord.). **Retrato social de Viçosa V.** Viçosa: CENSUS, 2014. 91p.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*, (3ª edição). **Lisboa: Editorial**, 2007.

FERREIRA JUNIOR, Sergio; COSTA, Alda Cristina. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da amazônia paraense. **Dispositiva**, v. 5, n. 1, p. 111-127, 2016.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Bertrand Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 de jun. 2019.

_____. Censo. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 de jun. 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

MICHAUD, Yves. **A Violência.** São Paulo: Ática, 1989. p. 66.

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **J Vasc bras**, v. 10, n. 4, p. 275-278, 2011.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** A. Cabral, Trad.). **Rio de**, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PAULA, K. A. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012.** 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Avaliação do Espaço Construído) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, 2006, 16: 250-273.

RAMOS, F. P.; NOVO, H. A. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 491-497, 2003.

RATEAU, Patrick et al. **Teoria das representações sociais.** Rennes: PUR, 2012.

RIBEIRO, Fernanda de Souza; PLATERO, Klarissa Almeida Silva. Barricadas, traficantes e favelas: uma análise sobre as representações e percepções sobre a categoria “risco” dentro dos espaços urbanos no Jardim Catarina. *Confluências*| **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 19, n. 1, p. 04-22, 2017.

ROLIM, Marcos. **A Formação de Jovens Violentos**: estudo sobre a etiologia extrema. Curitiba: Appris, 2016. 287 p.

SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. *Anos 90*, 2000, 8.13: 128-133.

SEGURIDAD JUSTICIA Y PAZ, **Las 50 ciudades más violentas del mundo 2019**, 17 páginas. Disponível em: <http://seguridadjusticiaypaz.org.mx/files/estudio.pdf> Acesso em 08/01/2020

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SINHORETTO, J. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Bertrand Brasil, 2008.

VELHO, Gilberto. [Entrevista concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira]. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

WAGNER, Wolfgang et al. Theory and method of social representations. **Asian journal of social psychology**, v. 2, n. 1, p. 95-125, 1999.

CAPÍTULO 5

ESPAÇO PÚBLICO E SOCIABILIDADE EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA URBANA

PUBLIC SPACE AND SOCIABILITY IN THE CONTEXT OF URBAN VIOLENCE

Resumo

O alto índice de violência urbana e sua capacidade de gerar medo e insegurança faz desse fenômeno um dos principais problemas nas cidades brasileiras na atualidade. Estudos têm demonstrado que devido ao medo de ser vítima de violência, as pessoas têm deixado de frequentar determinados espaços da cidade e de interagir com determinados indivíduos. Dentro desse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar a influência da violência urbana nas interações sociais e no uso espaços públicos pelos jovens residentes em uma cidade média, localizada no estado de Minas Gerais. Para tanto, os dados foram construídos a partir da aplicação de 618 questionários que foram aplicados em uma amostra constituída por jovens residentes nas diferentes Regiões Urbanas de Planejamento da cidade. Para tanto, utilizou-se a análise exploratória de dados, o qui-quadrado e a regressão logística multivariada binária. Os resultados evidenciaram que os espaços públicos são os locais de maior ocorrência de violência e os mais frequentados pelos jovens. Entre os mais frequentados foram a igreja, o cinema e o *shopping*, considerados pelos jovens como os espaços mais seguros. As maiores vítimas de roubos foram os jovens da região de maior renda, já as de homicídios e agressões físicas, principalmente das agressões empregadas pela polícia, os jovens das regiões de renda baixa e maior de maior vulnerabilidade social. Devido à violência, mais de 50% dos jovens disseram ter medo de sair para se divertir e procuram mudar de calçada quando sentem uma possível situação de perigo; evitam andar com roupas, relógios e outros elementos que chamem a atenção, frequentar locais sem iluminação, falar e confiar em pessoas estranhas. Os jovens que já foram vítimas de violência ou tiveram algum membro da família como vítima têm maior chance de modificar alguma conduta. Concluiu-se que a violência urbana afeta o uso da cidade pelos jovens, pois na expectativa de não serem vítimas de violência, modificam nas condutas cotidianas. O fato de ter sido vítima de violência ou ter tido um membro da família como vítima, constitui-se em um dos elementos mais importantes na determinação da mudança de conduta. A violência, portanto, tem impacto nas interações sociais dos jovens que ao evitarem se relacionar com determinados indivíduos, restringem as suas saídas a determinados locais e a determinados horários.

Palavras-chaves: Espaço público. Sociabilidade. Violência urbana.

Abstract

The high rate of urban violence and its ability to generate fear and insecurity makes this phenomenon one of the main problems in Brazilian cities today. Studies have shown that due to the fear of being a victim of violence, people have stopped attending certain areas of the city and interacting with certain individuals. Within this context, the aim of this study was to analyze the influence of urban violence on social interactions and the use of public spaces by young people living in a medium-sized city, located in the state of Minas Gerais. For that, the data were constructed from the application of 618 questionnaires that were applied to a sample made up of young people living in different urban planning regions of the city. For that, exploratory data analysis, chi-square and binary multivariate logistic regression were used. The results showed that public spaces are the places with the highest occurrence of violence and the most frequented by young people. Among the most frequented were the church, cinema and shopping, considered by young people as the safest spaces. The biggest victims of robberies were young people from the region with the highest income, while those from homicides and physical assaults, mainly from the assaults employed by the police, young people from low-income regions and those with greater social vulnerability. Due to violence, more than 50% of young people said they were afraid to go out to have fun and try to change the sidewalk when they feel a possible danger; avoid walking with clothes, watches and other elements that attract attention, going to places without lighting, talking and trusting strangers. Young people who have already been victims of violence or have had a family member as a victim, are more likely to change some behavior. It was concluded that urban violence affects the use of the city by young people, because in the expectation of not being victims of violence, they change in their daily conduct. The fact of having been a victim of violence or having a family member as a victim, constitutes one of the most important elements in determining the change in conduct. Violence, therefore, has an impact on the social interactions of young people who, by avoiding relationships with certain individuals, restrict their outings to certain places and at certain times.

Keywords: Public space. Sociability. Urban violence

.Introdução

O forte impacto da violência urbana na saúde, economia e segurança tem feito dela objeto de discussão e de preocupação dos gestores públicos, meio acadêmico e da população de forma geral. No Brasil, o fenômeno tem atingido níveis cada vez mais alarmantes, sobretudo, os homicídios, que aniquila o indivíduo e não permite o seu reestabelecimento. (BRANDÃO; COSTA, 2015). De acordo com o DATASUS (2020), enquanto no ano de 2007 ocorreram 48.219 homicídios no Brasil, em 2017 esse número saltou para 65.602 casos, com 44% (29.186) deles nos espaços públicos das cidades, tais como praças, ruas, praias e outros lugares em que as pessoas não tenham o acesso limitado, ou seja, uma acessibilidade física condicionada, a qualquer outra norma, a não ser aquelas que regulam o comportamento em áreas comuns. (GOMES, 2002).

Entretanto, a violência no Brasil, principalmente a letal, não afeta todos os indivíduos da mesma forma, sendo os jovens⁴⁰ as maiores vítimas do fenômeno, os quais representaram 60% do total de óbitos identificados apenas em 2017. (DATASUS, 2020). A maioria é moradora de áreas periféricas e que, devido ao intenso processo de urbanização e industrialização deficiente e excludente, apresentam precárias habitações e problemas de infraestrutura e equipamentos públicos. (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003). Enquanto isso, a infraestrutura básica e os equipamentos públicos, em maior número e melhor qualidade, são encontrados nas regiões habitada pela população de renda mais elevada, com maior poder aquisitivo e influência. (SCHVASBERG, 2003).

Como resultado desse quadro, ocorre uma diferenciação nos índices de homicídios, roubos e agressões físicas nos diferentes espaços da cidade (CANO, 1997), bem como uma representação negativa da população pobre e dos locais por ela habitada, que passam a ser vistos como espaços de violência. Dentre os vários aspectos, portanto, pode-se entender a violência urbana também como um fenômeno socioespacial, devido à variabilidade dos locais de ocorrência de casos, bem como da influência desses locais e do modo de vida urbano na constituição de determinados tipos de violência. (MAGRINI, 2014).

A violência urbana tem forte impacto sobre o padrão de comportamento da população, limitando a convivência no espaço público, a liberdade de deslocamento e as opções de lazer, como revelou um estudo desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2013), que tomou como referência 18 países na América Latina, no ano de

⁴⁰ De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) são considerados jovens indivíduos que tem entre 15 e 29 anos.

2012. Entretanto, conforme Jacobs (2014), deixar de frequentar os espaços públicos pelo medo da violência⁴¹ é um erro, pois o problema da insegurança⁴², devido à violência, não será solucionado com a dispersão das pessoas, trocando os espaços públicos das cidades por outros espaços. Logo, para que esses espaços sejam seguros, é preciso que as pessoas interajam e os utilize, pois se as pessoas temem a rua e deixam de usá-la, fazem com que ela se torne ainda mais insegura.

Além disso, as limitações no uso dos espaços públicos geram sérios danos nas sociabilidades⁴³, pois ficam restritas a determinados grupos e locais, não permitindo que a segregação e a discriminação social sejam superadas. (JACOBS, 2014). Além disso, impedem as trocas de informações entre os indivíduos, sem as quais eles não podem perceber os problemas comuns e encontrar soluções que demandam ações coletivas. (CARDIA, 2003).

A perspectiva de análise da sociabilidade a que este trabalho se propõe, perpassa a compreensão da vida social da cidade. E dentro desse contexto, a segurança na rua não cabe apenas à polícia, mas à rede intrincada de controle e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicado. A vida social nas calçadas, por serem públicas, permite compreender as inúmeras práticas das pessoas que nela circulam para diversos fins, como beber, conversar, brincar e comer. (JACOBS, 2014).

Para tanto, pretende-se analisar a influência da violência urbana, mais especificamente dos crimes violentos⁴⁴ (roubos, homicídios e agressões físicas) e das suas representações sociais sobre o uso dos espaços públicos e sobre as interações sociais dos jovens estudantes residentes no contexto de uma cidade média⁴⁵, Viçosa, localizada no interior da Zona da Mata Mineira. A escolha justifica-se em função dos casos de homicídios registrados na cidade, que entre os anos de 2013 e 2017 passaram de 33,23 para 54,13 por 100 mil habitantes, segundo os dados da

⁴¹ Entende-se nesse estudo como medo da violência, uma reação emocional, marcada pela sensação de perigo e ansiedade diante da possibilidade de sofrer algum dano físico. (GAROFALO, 1981).

⁴² Segundo Bauman (2008), a insegurança relacionada à violência é a crença de que o mundo é um local cheio de perigo e que, em algum momento, seremos nós as vítimas.

⁴³ De acordo com Velho (2001), sociabilidade pode ser definida como as interações sociais, as redes de interações e as situações de interação.

⁴⁴ Para Adorno (2002), seriam os crimes que ao serem cometidos ocorre ameaça à integridade física ou à vida da vítima.

⁴⁵ Segundo Sposito (2006), são cidades médias aquelas em que o tamanho demográfico, o plano morfológico, bem como as funções e usos urbanos fazem com que desempenhem um papel importante na rede urbana, atuando como centros regionais para onde a população das cidades menores recorreria quando necessitasse. Para Batella (2017), os elementos que caracterizam Viçosa como cidade de médio porte são: a presença da Universidade Federal de Viçosa situada no centro da cidade, a União de Ensino Superior de Viçosa (UNIVIÇOSA) e Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV), ambas situadas no vetor norte da cidade, sendo influenciadora do crescimento do comércio para essa região e com ela a intensificação do uso do solo caracterizando novas formas de produção e consumo. Junta-se ainda o surgimento de novas áreas de comércio e serviços distantes do centro principal.

Polícia Militar (2018), equiparando-se aos dados nacionais⁴⁶. E, desse grupo, os mais afetados foram os jovens, indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos, conforme nomenclatura do Estatuto da Juventude (Lei nº4.529/04).

O estudo está dividido em quatro partes. Além desta introdução, a primeira parte “A violência urbana na cidade e a sua influência nas sociabilidades e espaços públicos” apresenta os principais conceitos que nortearam o desenvolvimento do estudo e discute os efeitos que a violência urbana tem sobre a conduta dos cidadãos na utilização dos espaços públicos e nas interações sociais. A segunda parte trata dos procedimentos metodológicos utilizados para alcançar o objetivo proposto. Nesse contexto, é apresentada a população alvo do estudo e os procedimentos para estabelecimento da amostra, dos dados secundários utilizados e das análises desenvolvidas.

A terceira parte, resultados e discussões, apresenta, primeiramente, a caracterização da cidade e da população do estudo e, em seguida, a análise da influência da violência urbana sobre as sociabilidades e o uso dos espaços públicos por essa população. Por fim, na quarta parte, a partir dos resultados alcançados são apresentadas as considerações finais do estudo.

1. Crimes violentos, espaço público e interações sociais

A cidade é constituída por dois tipos de espaços, o construído, fechado e privatizado, e os espaços abertos que são os espaços públicos como becos, ruas, praças, jardins e praias (MELLO; VOLGEL; SANTOS, 1985), bem como qualquer outro lugar em que a acessibilidade física não seja condicionada por outras normas, a não ser, aquelas que regulam o comportamento em áreas comuns. (GOMES, 2002).

As ruas, as praças e as avenidas apresentam características próprias que as identificam, pois são construídas a partir das apropriações e do convívio (CARLOS, 2001), como, por exemplo, pelos jovens sentados na frente de um bar; pelo futebol em um campo improvisado; pelos namoros e; pelos amigos sentados na esquina com uma caixa de som esperando o tempo passar. (FÁVERO; MORAIS, 2016). Entretanto, como a maioria dos espaços públicos é capaz de concentrar pessoas, além de oferecer oportunidades para que as práticas de boa convivência e respeito sejam exercitadas, eles permitem também o desenvolvimento de ações violentas como, por exemplo, roubos, homicídios e agressões físicas, tipos de violência urbana muito presentes nas cidades na atualidade, com um forte contexto de segregação socioespacial.

⁴⁶ Os dados do Atlas da Violência, publicado no ano de 2019, evidenciam que no ano de 2017, o Brasil registrou uma taxa de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. (CERQUEIRA et al, 2019).

A teoria da atividade de rotina postula que para um crime ocorrer deve coincidir no mesmo tempo e espaço: um infrator, uma vítima em potencial e a ausência de um guardião. Nesse caso, o infrator, motivado por questões econômicas ou de outra ordem, entrará em contato com uma vítima potencial, quando não houver nenhum guardião por perto, ou seja, amigos, vizinhos, conhecidos ou outros indivíduos que possam evitar a ocorrência do crime. (COHEN; KLUEGEL; LAND, 1981).

Dentro desse contexto, as atividades de rotina realizadas dentro de casa, nas proximidades dela, na família ou em outros grupos primários, por permitir maior capacidade de tutela, tornam mais difíceis a possibilidade de vitimização. (COHEN; FELSON, 1999). Entretanto, além desses elementos, outros cinco contribuem para a vitimização, que são: 1) a proximidade entre vítima e agressor, caracterizada pela distância física entre a residência do criminoso e da possível vítima; 2) a exposição do indivíduo, medido pela visibilidade física da vítima e do acesso do criminoso a ela em um dado momento e local; 3) tutela, a eficácia na prevenção dos crimes, que pode ser feita por pedestres, guardas de segurança privados, agentes da lei entre outros, ou por objetos, caso, por exemplo, de alarmes, fechaduras e janelas com grades de forma a prevenir possíveis violações; 4) atratividade da vítima, relacionada às vantagens materiais ou simbólicas dos possíveis alvos ou a impossibilidade do alvo pelas características físicas de resistir à abordagem criminosa e; 5) as propriedades definicionais dos crimes específicos, em que as características de um tipo de crime são importantes para impulsionar ou restringir a ação dos possíveis infratores. (COHEN; KLUEGEL; LAND, 1981).

Os elementos anteriormente citados sugerem que a criminalidade e a violência não estão distribuídas aleatoriamente em uma cidade, apresentando diferenças de uma região para outra, em função das características socioeconômicas e sociodemográficas dela. (MUSTAINE; TEWKSBURY, 1998). Logo, a criminalidade e a violência podem ser entendidas como um fenômeno socioespacial, pois apresentam uma dimensão social e outra espacial. Trata-se tanto dos locais em que ela se processa, ou seja, a influência desses espaços na sua construção, como também a influência dos modos de vida urbano. (MAGRINI, 2014).

Dentro desse contexto, espaços públicos onde há carros abandonados, terrenos baldios, lixo acumulado, prostituição, brigas, entre outros, influenciam na intensidade do medo da violência. Isso porque esses elementos estão associados ao vandalismo e à desordem, passando a imagem de que a área está em declínio e sem controle. (CROWL; BATTIN, 2016). Os autores ainda associam a esses fatores, a qualidade dos serviços públicos prestados pelo sistema de justiça e pela polícia, uma vez que, quando a população confia na capacidade dos responsáveis pela segurança pública em exercer o seu papel, ela tem maior confiança em seu trabalho e tende

a cooperar mais nos casos em que a polícia necessita, e a ter menos medo de ser vítima de violência.

Além da violência real, a representação social da violência urbana também atua na produção e apropriação dos espaços urbanos, gerando novas percepções a respeito desses espaços. (MAGRINI, 2014). Isso ocorre, pois as representações sociais são sistemas de interpretação da realidade, que organizam as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social.

Tal sistema de interpretação perpassa pelas formas de comunicação social e permite ao indivíduo, interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta (PERRUSI, 1995). Logo, “as representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social. (MOSCOVICI, 2007, p. 21)”.

Com relação à representação social da violência urbana, trata-se de uma construção simbólica que seleciona e indica um complexo de práticas que ameaçam a integridade física e a garantia patrimonial, consideradas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana dos indivíduos. Além disso, embora a representação da violência urbana aponte para o crime comum, o seu foco está na força que tem as práticas violentas de modificar as rotinas cotidianas dos indivíduos rompendo com a normalidade. Ao mesmo tempo, a representação da violência identifica relações de fato, mostra aos agentes modelos de conduta que devem ser seguidos (SILVA, 2016).

A partir da violência real e da representação social dela, o indivíduo perde a confiança na rua que, na perspectiva de Jacobs (2013), se dá, ao longo do tempo, pelos contatos públicos nas calçadas e pelas sociabilidades que se pode ter por meio das inúmeras práticas das pessoas que nela circulam. O espaço público passa a ser visto como o local onde o perigo está sempre presente, o lugar do estranho, do inóspito, onde já não há espaço para a população que pode habitar outros espaços, como os enclaves fortificados, nos termos de Caldeira (2008, p. 211), “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho”. Esse é o caso dos espaços comerciais, das galerias e dos *shopping centers*, considerados espaços semipúblicos e que são marcados pelo horário de funcionamento, pela constante vigilância. E, que, não são acessíveis a qualquer hora e nem por qualquer um, apresentando códigos e normas de uso, onde o habitante é um potencial consumidor. (CARLOS, 2001).

Assim, na expectativa de não ser vítima de violência urbana, os indivíduos trocam os espaços públicos pelos espaços semipúblicos e privados, resultando no esvaziamento dos primeiros e na sua transformação em locais inutilizáveis e de interações conflituosas

(BAUMAN, 2009), em que os indivíduos ficam atentos às situações de risco e adotam um comportamento diário para reduzir essa possibilidade. (RIBEIRO JUNIOR; QUEIROZ, 2015).

Dentro desse contexto, as estratégias de segurança utilizadas pelos moradores da cidade para não serem vítimas de violência urbana afetam não apenas a paisagem urbana, mas também os padrões de circulação, trajetórias diárias, hábitos e gestos relacionados aos usos da rua, do transporte público, dos parques e de todos os outros espaços públicos. Por outro lado, essa alteração não tem como deixar de acontecer em um ambiente dominado pelas grades, muros, guardas armados, ruas fechadas e câmeras de vídeo nos espaços antes ocupados pelos jardins. (CALDEIRA 2008).

A partir desse contexto, que tem tido atenção de estudiosos de diferentes áreas e que é voltado especialmente para as grandes metrópoles, procuramos pensar esse fenômeno, na realidade de cidades médias, como Viçosa/MG. Nas páginas seguintes, buscamos analisar o tema a partir do olhar de jovens estudantes que residem nessa cidade, local onde foi realizada a pesquisa de campo.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Coleta dos dados e procedimentos de amostragem

A pesquisa de campo foi realizada com jovens residentes na cidade de Viçosa, com faixa etária entre 15 e 29 anos. Para alcançar o maior número de jovens em diferentes bairros e para facilitar o processo de coleta de dados, optou-se por realizar a pesquisa nas escolas públicas e particulares. A coleta dos dados foi realizada via amostragem por conglomerados, sendo cada uma das escolas considerada como um conglomerado.

O planejamento da coleta de dados se iniciou por meio de visitas às escolas, visando obter a autorização para a realização da pesquisa e para determinar o número de alunos matriculados em cada escola. Com base nos registros das escolas, a população em estudo foi composta por 3.305 alunos. Para o cálculo do tamanho da amostra, utilizou-se uma margem de erro de 5% e o nível de confiança de 95%.

O tamanho amostral (n) foi calculado considerando que se trata de uma amostra de uma população finita, e que as respostas medidas foram de natureza qualitativa. De acordo com Miot (2011), o número de elementos da amostra pode ser obtido pela expressão:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{(N-1) \cdot (E)^2 + p \cdot q \cdot (Z_{\alpha/2})^2},$$

em que: $Z_{\alpha/2}$ é o valor crítico para o grau de confiança, e E é o erro padrão, N é o tamanho da população finita, p representa a proporção de resultados favoráveis da variável na população, e q é dado por ($q=1-p$).

Como não foi realizado um estudo piloto, e não é de conhecimento estudos prévios que estimem a variância em estudos dessa natureza em Viçosa/MG, foi adotada uma proporção esperada de 50%. Segundo Agranonik e Hirakata (2011), essa proporção maximiza o tamanho amostral, gerando a maior variância possível (pq), sendo esta igual a 0,25. Assim, considerando os valores dos parâmetros e a expressão anterior, foi estimado um tamanho amostral de 344 estudantes.

Luiz e Magnanini (2000) sugerem que no caso da realização de uma amostragem por conglomerados, seja realizada uma correção no tamanho amostral, para que se obtenha a precisão desejada com a amostra em estudo. Com essa correção, o tamanho amostral foi aumentado em 50%. Os autores também recomendam um acréscimo de 20%, como uma precaução no caso de perdas ou recusas. A partir do cálculo efetuado, a amostra da pesquisa foi formada por 618 indivíduos.

Finalizada a etapa anterior, foram agendados os dias e os horários para a realização da pesquisa nas escolas. Os alunos foram selecionados por meio de um sorteio sem reposição, primeiramente das turmas e em seguida dos alunos. Para os alunos que eram menores de 18 anos, foi entregue um Termo de Assentimento (exigido pelo Conselho de Ética da Universidade Federal de Viçosa) a ser assinado por um de seus responsáveis, concordando com a participação na pesquisa, e um Termo de Consentimento a ser assinado pelos maiores e menores de 18 anos, no dia da pesquisa, afirmando concordar em participar do estudo.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário. Em sua primeira parte, foram consideradas questões socioeconômicas, utilizadas para ajudar a situar os jovens entrevistados dentro de uma determinada classe econômica e, assim, entender melhor seus comportamentos, opiniões e representações sobre violência. Na segunda parte, foram avaliadas questões relacionadas à influência da violência nas relações sociais e ao uso dos espaços públicos.

3.2 Variáveis

As análises estatísticas foram realizadas considerando dois grupos de variáveis. O primeiro grupo foi composto por variáveis relacionadas à 1) identificação do espaço público frequentado (quer sejam praças e quadras esportivas do bairro, em outro bairro ou da UFV), as festas frequentadas abertas ao público (carnaval e *shows* no bairro) em outros bairros ou na UFV; 2) utilização de espaços semipúblicos, como: academia, *shopping*, cinema, clubes, bares, boates, forrós, quadras esportivas e igrejas.

O segundo grupo foi constituído por variáveis associadas ao tipo de violência sofrida: patrimonial (haver pertences roubados), física (envolvimento em brigas ou agressões físicas), em relação a si próprio (ter sido vítima de violência por parte da polícia militar) ou membros da família terem sido vítima de homicídio. Também buscou-se averiguar a atitude tomada mediante a violência sofrida: atitudes que evidenciem retraimento em relação à vida social (evitar sair à noite, não frequentar festas), comportamento de precaução em relação a determinados locais ou situações (evitar sair sozinho, evitar ir em locais sem segurança, evitar locais sem iluminação, evitar usar roupas, sapatos, relógios, ou qualquer outro elemento que chame a atenção), comportamentos de precauções em relação a pessoas estranhas (mudar de calçada quando sente uma possível situação de risco, não confiar em pessoas estranhas, não confiar em pessoas estranhas e próximas, apenas em amigos e não confiar em ninguém que não seja um familiar.

Antes de realizar o ajuste dos modelos de regressão logística para cada uma das variáveis dependentes, o procedimento *stepwise* foi utilizado para selecionar as variáveis independentes significativas, que conduziram ao modelo com menor valor de AIC (Critério de informação de Akaike).

Além dessas variáveis, também foi utilizada a variável nominal Região Urbana de Planejamento⁴⁷ (RUP): Acamari, Amoras, Bom Jesus, Cachoeirinha, Centro, Fátima, Fundão,

⁴⁷ De acordo com Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS) (2014), a cidade de Viçosa possui 14 Regiões Urbanas de Planejamento, as quais foram formadas a partir do agrupamento de ruas e bairros da cidade, tendo como critério a proximidade e similaridade socioeconômica entre elas, sendo essas regiões: **1 - Centro:** Integrada pelos bairros: Ramos, Clélia Bernardes, Belvedere e Centro. Este último limitado pelas ruas: Gomes Barbosa, Ladeira dos Operários, José Antônio Rodrigues, Dos Estudantes, Av. P. H. Rolfs (da linha férrea até a esquina com a Av. Castelo Branco), Av. Marechal Castelo Branco, (até o trevo do Belvedere), Geninho Lentine, Dr. Milton Bandeira, Dona Gertrudes, Tenente Kümmel, Av. Bueno Brandão e Floriano Peixoto. **2 - Acamari:** Integrada pelos bairros: Romão dos Reis, Rua Nova, Acamari, Vila Alves, Jardim do Vale, Quinta dos Guimarães, Monte Verde e Otávio Pacheco. **3 - Bom Jesus:** Integrada pelos bairros: Bom Jesus, Bela Vista, Sagrada Família, Estrelas e Conceição. **4 - Nova Viçosa:** Integrada pelos bairros: Nova Viçosa e Posses. **5 - Fátima:** Integrada pelo Bairro de Fátima. **6 - Lourdes:** Integrada pelos bairros: Betânia, Santa Clara (parte baixa, limitada pela Av. JK até a rua Joaquim Andrade), Lourdes e Al. Fábio Ribeiro Gomes. **7 - Santa Clara:** Integrada

Lourdes, Nova Era, Nova Viçosa, Passos, Santa Clara, Santo Antônio e Silvestre. As variáveis do primeiro grupo são todas de natureza ordinal, indicando a frequência (1 - Nunca, 2 - Raramente, 3 - Às vezes, 4 - Frequentemente ou 5 - Sempre) de utilização de cada espaço público ou semipúblico. Já as do segundo grupo, apresentam natureza binária (1 - Sim e 2 - Não).

Por fim, foram utilizados dados quantitativos e qualitativos dos Boletins de Ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar, sediada em Viçosa, e que se referiam aos roubos, homicídios e agressões físicas registrados na cidade⁴⁸ entre os anos de 2013 e 2018.

3.3 Procedimentos estatísticos

Inicialmente, foi realizada uma análise exploratória dos dados, por meio de mapas, gráficos de barras e tabelas de frequências, buscando identificar aspectos relevantes associados às variáveis em estudo. Em seguida, foram realizados testes qui-quadrado e o ajuste de modelos de regressão logística múltipla.

Para analisar os dados estruturais, foi feita uma Análise Exploratória de Dados (AED), que diz respeito ao processo de uso das ferramentas estatísticas para investigar os dados com o objetivo de conhecê-los de forma mais profunda. Ao fazer isso, é possível identificar quaisquer características notáveis, principalmente aquelas que possam afetar profundamente os resultados e as conclusões da pesquisa. (GONÇALVES et. Al., 2013).

O teste qui-quadrado foi utilizado para avaliar se existe uma associação significativa entre as variáveis do primeiro grupo, e as regiões de planejamento. Dada a natureza ordinal ou nominal das variáveis, foi utilizado especificamente o teste assintótico de *qui-quadrado* de Pearson generalizado. Por meio desse teste, foram testadas as hipóteses nulas e alternativa,

pelos bairros: JK, Santa Clara (parte alta), Maria Eugênia, Coelhas e São Sebastião. **8 - Passos:** Integrada pelos bairros: Fuad Chequer, Sagrado Coração (Rebenta Rabicho) e pela área limitada pela Rua dos Passos (do Hospital S.J. Batista até a esquina com a Dona Gertrudes), Rua Dr. Brito, Santana, Álvaro Gouveia e Dr. José N. Vaz de Melo. **9 - Santo Antônio:** Integrada pelos bairros: Julia Molar, Santo Antônio (do Belvedere até o trevo de Coimbra). **10 - Nova Era:** Integrada pelos bairros: Nova Era, Vale do Sol e União (Morro do Café). **11 - Amoras:** Integrada pelos bairros: Barrinha, Cidade Nova, Arduíno Bolívar (Amoras), Laranjal (São José), Boa Vista, Vau-Açu, Inácio Martins e Floresta. **12 - Silvestre:** Integrada pelos bairros: Liberdade, João Braz, Violeira, Recanto da Serra, Parque do Ipê, Inconfidentes, Silvestre e Novo Silvestre. **13 - Fundão:** Integrada pelo distrito de São José do Triunfo. **14 - Cachoeirinha:** Integrada pelo distrito de Cachoeira de Santa Cruz.

⁴⁸ Os dados sobre homicídios, roubos e agressões físicas em Viçosa fazem parte das estatísticas criminais disponíveis, resultado dos registros oficiais do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, conforme afirmam Lemgruber, Musumeci e Ramos (2002), não podem ser consideradas um reflexo da magnitude dos casos de violência e criminalidade que ocorrem nos municípios, pois nem todos os delitos cometidos são notificados à polícia, por falta de confiança, da avaliação subjetiva da gravidade do tipo de crime, bem como do custo para se fazer a notificação, em termos de deslocamento e os possíveis embaraços no caso de estar envolvido com o caso.

respectivamente, dadas por: não há associação entre as variáveis e há associação entre as variáveis, considerando o nível de significância de 5%.

O modelo de regressão logística múltipla (RLM) foi ajustado considerando o segundo grupo de variáveis. As variáveis associadas a atitude tomada mediante a violência, foram consideradas como variáveis dependentes, e as variáveis relacionadas ao tipo de violência como variável independente no modelo de regressão LBM. Ao todo, foram ajustados nove modelos separadamente, um para cada variável resposta.

Na regressão logística binária múltipla, a resposta é representada genericamente por Y_i e assume os valores 0 (se a resposta for não) ou 1 (se a resposta for sim). As variáveis independentes, neste estudo, são também binárias e representadas por $X_j = \{X_1, \dots, X_n\}$, com $j=1, \dots, n$. O modelo pode ser expresso por:

$$Z_i = \ln\left(\frac{\pi_i}{1 - \pi_i}\right) = \beta_0 + \sum_{j=1}^n \beta_j X_j,$$

em que: Z_i é o logito; $\pi_i = P(Y_i = 1)$ é a probabilidade da resposta sim; $1 - \pi_i = P(Y_i = 0)$ é a probabilidade da resposta não; β_0 constante e β_j representa os coeficientes de regressão. Para comparar duas categorias de uma dada variável independente, mantendo as demais variáveis sobre controle no modelo, foi utilizada a razão de chances (odds ratio) dada por e^{β} , com intervalo de confiança de 95%.

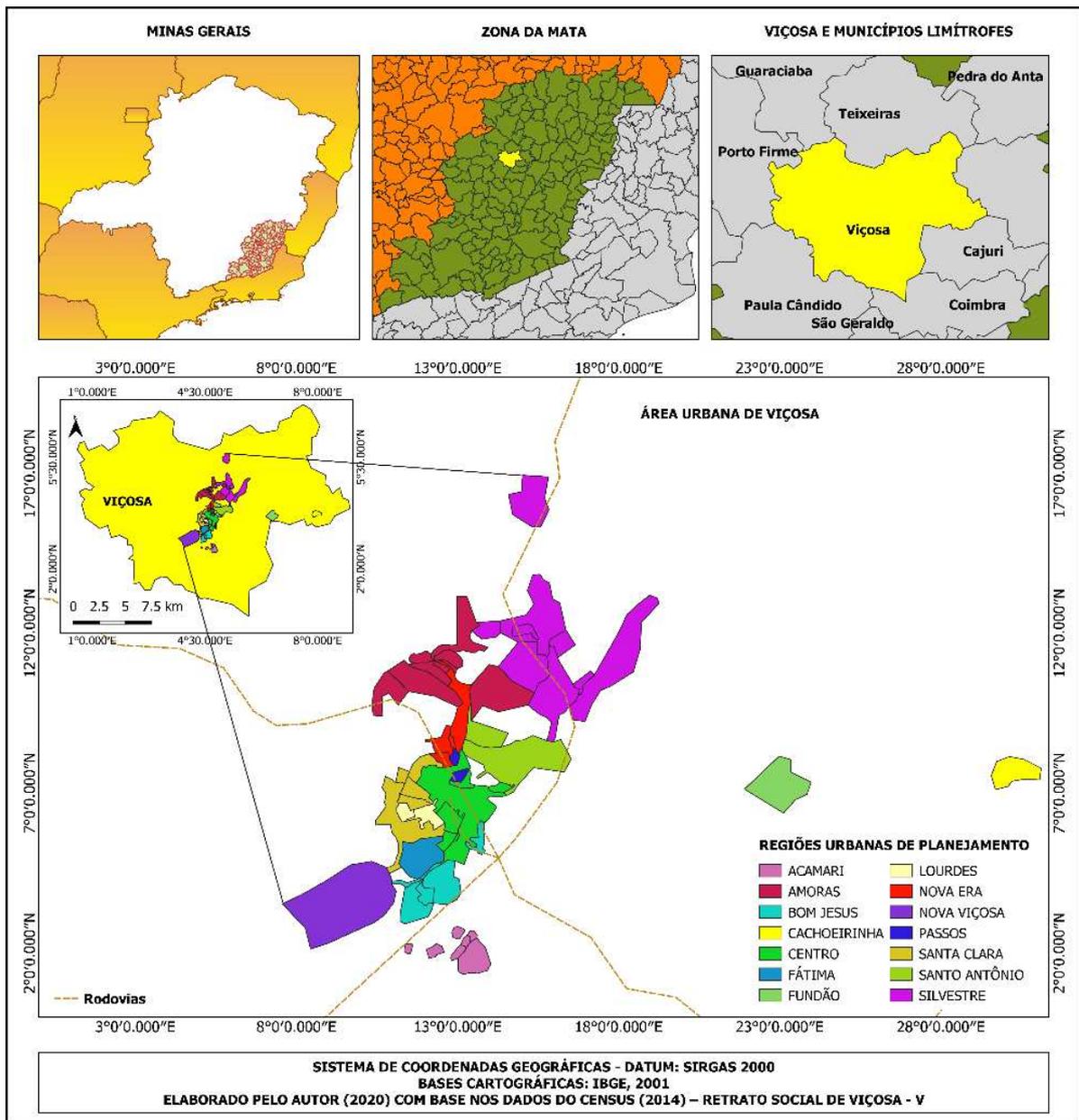
A confecção dos mapas foi feita no programa QGIS, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e as análises estatísticas foram realizadas no software R (R Development 2019), com o auxílio dos pacotes: dplyr, MASS, rcompanion, coin.

4. Resultados e Discussão

4.1 Caracterização da população e do local de estudo

Considerada uma cidade média, Viçosa, em 2018, possuía uma população estimada em 78.286 habitantes, a maior parte concentrada na área urbana (IBGE, 2019). Como pode ser visto na Figura 1, o município está localizado na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, possui área territorial de 299,314 km², e em seu limite encontram-se os municípios de Teixeira, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta e Porto Firme.

Figura 1 – Localização do município de Viçosa no Estado de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2001) e do CENSUS (2014), 2019.

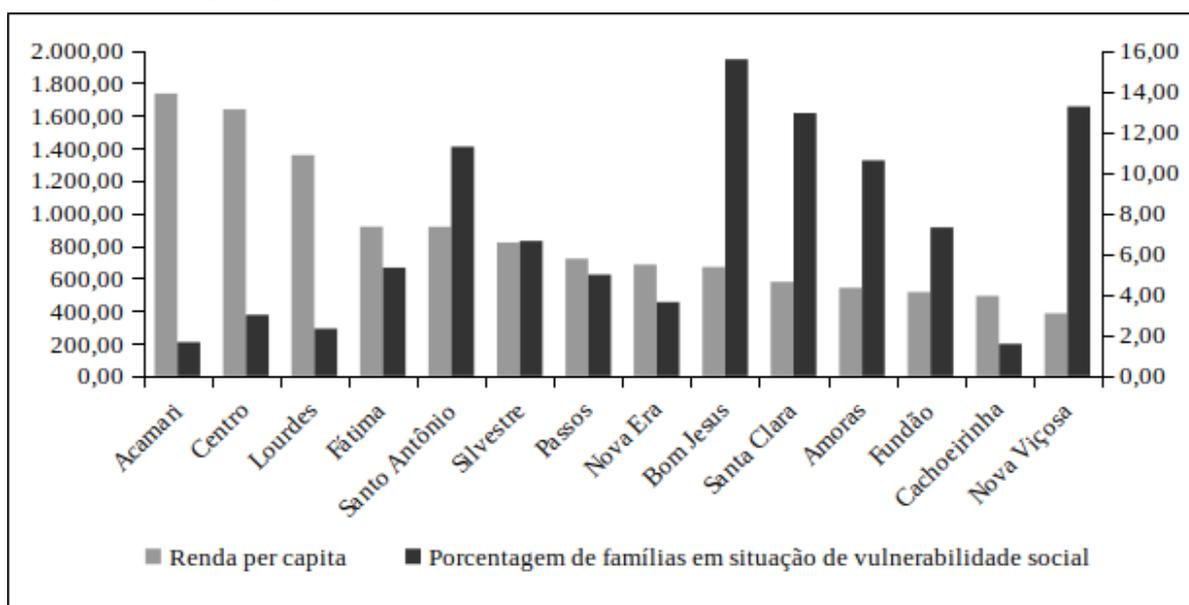
A cidade é composta por 4 distritos e 55 bairros, sendo os distritos: a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo. De acordo com o CENSUS (2014), os bairros e distritos de Viçosa apresentam características socioespaciais que permitem o seu agrupamento em RUP (Regiões Urbanas de Planejamento), que como visto na Figura 1 são: Acamari, Centro, Bom Jesus, Nova Viçosa, Fátima, Lourdes, Santa Clara, Passos, Santo Antônio, Nova Era, Amoras, Silvestre, Fundão e Cachoeirinha.

Os 618 jovens que participaram da pesquisa eram provenientes das RUPs anteriormente citadas. A análise do perfil socioeconômico desses jovens revelou que 59% (367) era do sexo

feminino e 41% (251) do sexo masculino. Do total de jovens do sexo feminino, 40% (147) se declarou de cor branca e 56% (207) de cor negra ou parda, já os jovens do sexo masculino, do total de entrevistados, 38% (95) se declarou de cor branca e 56% (141) de cor negra ou parda. Com relação ao restante dos entrevistados, eles se declararam como indígena ou oriental.

Os dados do Censo (2014) evidenciam a presença de diversas diferenças entre as RUP onde residem os jovens entrevistados. Entre essas diferenças, destaca-se a renda per capita e a situação de vulnerabilidade social (Gráfico 1). Nota-se, pelo gráfico, que as maiores rendas per capita foram registradas nas RUP: Acamari, R\$ 1.735,40; Centro, R\$ 1.638,01 e Lourdes, R\$ 1.356,84. Já as menores rendas, valores inferiores ao salário mínimo vigente (R\$ 998,00) no ano de 2019, foram registrados em todas as outras regiões, sendo o menor valor na RUP Nova Viçosa (R\$ 384,32).

Gráfico 1 – Renda per capita e vulnerabilidade social nas RUP onde residem os jovens entrevistados – 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CENSUS (2014), 2019.

Como dito anteriormente, a vulnerabilidade social é outro elemento que caracteriza e diferencia as Regiões Urbanas de Planejamento e pode ser entendida, segundo Abramovay (2002), como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais providas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Os dados do Censo (2014) sobre a vulnerabilidade social⁴⁹ evidenciam que existem em Viçosa 2.671

⁴⁹ A análise do Censo (2014) sobre a situação de vulnerabilidade a qual estão expostas as famílias das regiões urbanas de planejamento contemplou as seguintes variáveis: 1 - Famílias que residem em domicílio com serviços

famílias em situação de vulnerabilidade, sendo as maiores porcentagens nas RUPs: Bom Jesus (15,57%), Nova Viçosa (13,25%) e Santa Clara (12,92%). Essas três regiões apresentam pouca infraestrutura, poucos serviços e equipamentos públicos, principalmente as RUPs Nova Viçosa e Santa Clara, que estão distantes do centro da cidade e apresentam maior dificuldade de acesso.

Com relação às menores porcentagens de famílias em situação de vulnerabilidade social, nota-se que estas se concentram nas RUPs: Acamari (1,57%), Lourdes (2,32%) e Centro (3%). Essas regiões estão próximas da área central da cidade e apresentam as maiores rendas per capita da região, mais infraestrutura, equipamentos públicos e serviços, bem como localização privilegiada.

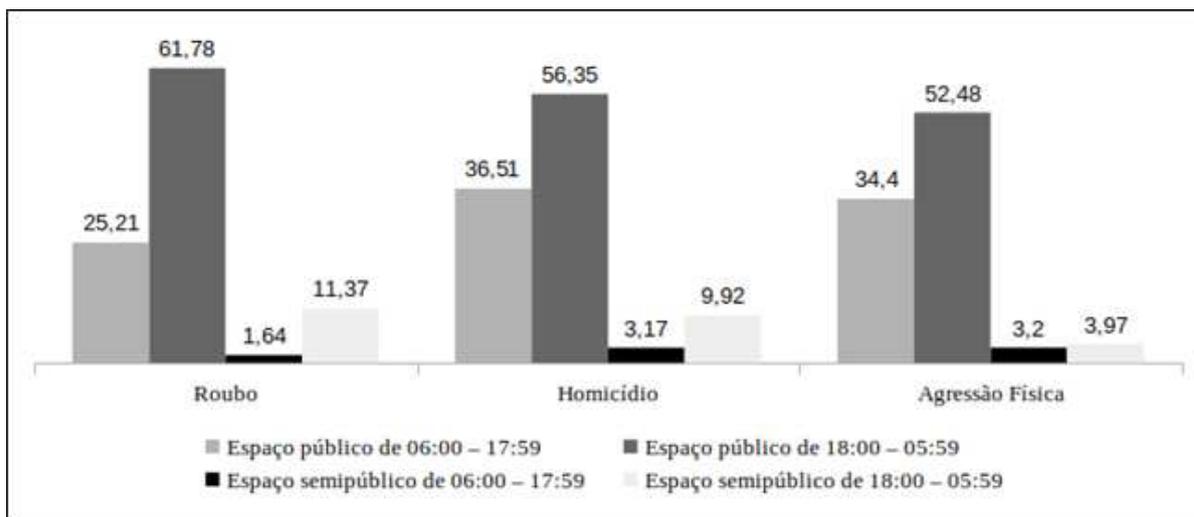
4.2 A violência urbana em Viçosa, o uso dos espaços públicos e as sociabilidades

Assim como tem acontecido em diversas cidades brasileiras, a violência urbana em Viçosa tem sido constante. Dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais revelam que entre os anos de 2013 e 2018, houve 2.694 casos de homicídios, roubos e agressões físicas registrados na cidade. Entre os locais de maior ocorrência, destacam-se os espaços públicos como: ruas e praças, e os espaços semipúblicos de lazer, tais como clubes, bares e boates.

De acordo com os dados, dos 2.694 casos de violência registrados, 52% (1.604) ocorreram nos espaços públicos e 7% (202) nos espaços semipúblicos. Com relação à violência nos espaços públicos, nota-se que 57,73% dos casos de violência ocorreram no horário de 18h as 5:59 da manhã – período que, conforme evidencia o Gráfico 2, se registraram 61,78% dos roubos, 52,48% das agressões físicas e 56,35% dos homicídios.

de infraestrutura inadequados, 2 - Famílias com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. 3 - Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo cujo responsável tenha menos de quatro anos de estudo e com pessoas de 0 a 14 anos. 4 - Famílias nas quais o responsável é mulher, analfabeta, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos. 5 - Famílias nas quais há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando emprego) com quatro ou menos anos de estudo. 6 - Famílias nas quais há uma pessoa com 10 a 15 anos de idade e que trabalhe. 7 - Famílias nas quais há uma pessoa com 4 a 14 anos de idade que não estude. 8 - Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais. 9 - Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

Gráfico 2 – Tipo de violência e espaço de ocorrência – 2013/2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais (2013/2018), 2019.

Esse também é o horário de menor circulação de pessoas nesses espaços, elemento que facilita a ocorrência de determinado tipo de violência que, para ocorrer, precisa de uma possível vítima e que o local esteja deserto. (CECCATO, 2016). Em relação aos espaços semipúblicos de lazer, nota-se uma baixa porcentagem dos casos de violência ocorridos nessas áreas, sendo que, a maioria, ocorreu no período noturno, sendo estes: 11,37% dos roubos, 9,92% dos homicídios e 3,97% das agressões físicas.

O tempo de lazer é importante na vida do jovem, pois é nesse momento que eles constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os fazem diferentes do mundo adulto. Nesse sentido, o lazer é o tempo sociológico em que a liberdade de escolha é elemento importante e na fase da juventude é essencial para se constituir as identidades, descobrir potencialidades humanas e inserção efetiva nas relações sociais. Logo, “as diferentes práticas de experiência coletiva em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades”. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 177).

Ao se analisar os espaços públicos e semipúblicos destinados ao lazer, utilizados pelos jovens de Viçosa (Tabela 1), considerando a frequência de utilização (raramente, às vezes, frequentemente e sempre), as praças e quadras esportivas da UFV (Universidade Federal de Viçosa) foram os locais utilizadas por 83,27% (482) dos jovens e, em segundo lugar, as festas abertas ao público como carnaval e *shows*, também na UFV, conforme manifestaram 68,36% (402).

Tabela 1 – Espaços públicos e semipúblicos frequentados pelos entrevistados – 2019.

Tipo de espaço	Frequência de utilização					P-valor
	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre	
Praças e quadras esportivas do bairro	251 (43,35)	149 (25,73)	103 (17,79)	44 (7,60)	32 (5,53)	<0,001
Praças e quadras esportivas em outro bairro	297 (55,42)	131 (23,56)	98 (17,63)	25 (4,5)	5 (0,9)	0.6992
Praças e quadras esportivas da UFV	100 (17,18)	182 (31,27)	204 (35,05)	65 (11,17)	31 (5,33)	0.08566
Festas abertas ao público no bairro	209 (35,85)	126 (21,61)	118 (20,24)	76 (13,03)	54 (9,26)	0.01076
Festas abertas ao público em outros bairros	189 (32,09)	150 (25,47)	137 (23,26)	70 (11,89)	43 (7,30)	0.0738
Festas abertas ao público na UFV	186 (31,63)	150 (25,51)	142 (24,15)	69 (11,73)	41 (6,97)	0.5613
Boates	284 (79,11)	32 (8,91)	24 (6,69)	8 (2,23)	11 (3,06)	0.1113
Forrós	263 (71,47)	40 (10,87)	37 (10,05)	12 (3,26)	16 (4,35)	<0,001
Academia	199 (48,42)	32 (7,79)	46 (11,19)	61 (14,84)	73 (17,76)	<0,001
Clubes	147 (35,85)	117 (28,54)	76 (18,54)	44 (10,73)	26 (6,34)	0.02866
Bares	152 (35,51)	93 (21,73)	97 (22,66)	51 (11,92)	35 (8,18)	0.2798
Quadras esportivas	121 (26,83)	130 (28,82)	118 (26,16)	48 (10,64)	34 (7,54)	0.009671
Cinema	52 (9,76)	229 (42,96)	203 (38,09)	35 (6,57)	14 (2,63)	0,0357
Igrejas	38 (7,42)	73 (14,26)	124 (24,22)	128 (25,0)	149 (29,10)	0.01433
Shopping	23 (4,28)	166 (30,86)	228 (42,38)	84 (15,61)	37 (6,88)	0.129

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Nota-se que, para essas variáveis, o p-valor assumiu valores superiores a 0,05, indicando que não existe diferenças significativas na utilização dos espaços públicos da UFV pelos jovens das diferentes RUPs. A grande porcentagem de jovens que tem a UFV como opção de lazer pode ser reflexo do histórico da cidade, como sendo carente de áreas de lazer gratuitas para os jovens como, por exemplo, praças e parques nos bairros da cidade, estando o campus da UFV cumprindo essa função. (SOUZA, 2016).

A falta de espaços públicos destinados ao lazer para a população, principalmente para os jovens, é uma característica de muitas cidades brasileiras e é resultado da lógica capitalista que impera, e, que o valor de uso da terra é submetido ao valor de troca. Segundo Carlos (2001), essa lógica resultou na proliferação de espaços privatizados e uma pequena proporção de áreas

destinadas ao uso comum. Sobre o assunto comenta a autora: “Assim, cada vez mais o uso dos lugares da cidade está submetido à lógica do valor de troca e o lazer e o flunar; o corpo e os passos são restritos a lugares normatizados, privatizados, vigiados (caso do shopping center).” (2001, p. 14).

Em terceiro lugar, entendido como frequentado por 67,92% (400) dos jovens, estão as festas abertas ao público como carnaval e *shows* em outros bairros da cidade e, em quarto lugar, identificado como muito frequentado por 64,14% (374) dos jovens entrevistados, as festas abertas ao público como carnaval e *shows* no próprio bairro de residência. Nesse caso, o p-valor foi menor do que 0,05, indicando que houve diferença significativa na frequência de utilização pelos jovens das RUPs.

Com relação aos espaços semipúblicos, o mais frequentado, segundo 95,73% (515) dos jovens, foi o *shopping*; em segundo lugar, a igreja, conforme afirmou 92,58% (474) dos entrevistados e, em terceiro lugar, o cinema, para 90,25% (481) dos jovens. Havendo diferenças significativa (p-valor <0,05) na frequência de utilização apenas da igreja e do cinema.

No que tange aos outros espaços semipúblicos frequentados, os locais onde a entrada era permitida apenas para sócios ou mediante o pagamento na entrada (caso do cinema que foi anteriormente citado) apresentaram frequência de utilização inferior aos outros locais. Registra-se que houve diferenças significativas (p-valor <0,05) na frequência de utilização dos seguintes espaços: locais onde se dançava forró, academias, clubes, e quadras esportivas.

Na visão de Brenner, Dayrell, Carrano (2008), a desigualdade econômica tem reflexo sobre a qualidade do tempo livre, no precário acesso a bens, serviços e espaços públicos de lazer e cultura da maioria dos jovens brasileiros. Neste sentido, dentro de um quadro de profundas restrições orçamentárias tanto da família, como do Estado, as atividades de lazer e cultura são entendidas como algo supérfluo ou privilégio de poucos.

Entretanto, como afirma Silva e Botelho (2015), a questão econômica não pode ser utilizada como único fator explicativo para a frequência em atividades de lazer e cultura. A disponibilidade de tempo, a rede de relações sociais e a orientação cultural são elementos importantes, pois há situações em que a disponibilidade social e o pertencimento a uma rede de sociabilidade são fatores decisivos na opção pela prática de uma atividade pelo jovem.

Ao analisar a segurança que os jovens atribuem aos espaços semipúblicos que frequentavam, percebeu-se que esses espaços eram considerados por eles como seguros. Assim, a igreja foi considerada como local mais seguro por 58,25% dos jovens; o cinema, o segundo lugar mais seguro, de acordo com 56,8% dos entrevistados, e o *shopping*, o terceiro, para 46,93% dos jovens entrevistados.

Ao serem indagados se já foram vítimas ou tiveram algum membro da família como vítima de roubos, agressões físicas ou homicídios na cidade, percebeu-se, conforme evidenciado na Tabela 2, que em relação aos roubos, as maiores vítimas eram as pessoas residentes nas RUP: Centro (21,07%), Santo Antônio (13,41%) e Bom Jesus (10,73%).

Tabela 2 – Porcentagem de jovens por RUP que foram vítimas de algum tipo de violência ou tiveram algum membro da família como vítima – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Tipo de violência							
	Teve os pertences roubados		Teve um familiar vítima de homicídio		Se envolveu em brigas/agressões físicas		Foi vítima de violência da Polícia Militar	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acamari	8	3,07	0	0,00	1	0,75	1	1,39
Amoras	22	8,43	7	10,29	9	6,72	6	8,33
Bom Jesus	28	10,73	10	14,71	14	10,45	13	18,06
Cachoeirinha	5	1,92	4	5,88	6	4,48	4	5,56
Centro	55	21,07	2	2,94	10	7,46	1	1,39
Fátima	9	3,45	2	2,94	9	6,72	5	6,94
Fundão	11	4,21	8	11,76	10	7,46	6	8,33
Lourdes	7	2,68	0	0,00	1	0,75	0	0,00
Nova Era	15	5,75	6	8,82	9	6,72	4	5,56
Nova Viçosa	13	4,98	11	16,18	19	14,18	11	15,28
Passos	7	2,68	1	1,47	7	5,22	2	2,78
Santa Clara	21	8,05	7	10,29	13	9,70	10	13,89
Santo Antônio	35	13,41	8	11,76	10	7,46	3	4,17
Silvestre	25	9,58	2	2,94	16	11,94	6	8,33
TOTAL	261	100,00	68	100,00	134	100,00	72	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

A alta porcentagem de pessoas da RUP Centro, vítimas de roubo, pode estar associada ao fato dela concentrar as maiores rendas da cidade. Essa realidade corrobora com as afirmações de Hermes e Brandão (2014), de que o roubo está intrinsecamente relacionado a questões de ordem econômica. Dados que também condizem com os estudos desenvolvidos por Cano (1997), na cidade do Rio de Janeiro, onde os resultados evidenciaram que as regiões de maior ocorrência de roubos, eram as regiões de maior renda e com melhor infraestrutura e equipamentos públicos, habitada, geralmente, pela população de classe social elevada. Com relação a menor porcentagem de vítimas de roubo, essa foi registrada na RUP Cachoeirinha (1,92%), região de renda baixa e com valores elevados de vulnerabilidade social quando comparada as RUPs Centro, Acamari e Lourdes.

Já o número de vítimas de roubo prevaleceu na RUP Centro, sendo que as vítimas de homicídios foram mais identificadas nas regiões periféricas, com pouca infraestrutura e alta vulnerabilidade social, caso das RUPs: Nova Viçosa (16,18%) e Bom Jesus (14,71%). Valores

altos também foram identificados nas RUPs: Fundão (11,76%), Santo Antônio (11,76%), Amoras (10,29) e Santa Clara (10,29).

O alto índice de homicídios em algumas regiões da cidade, mais do que em outras, tem sido muito debatido na atualidade, Velho (2000) e Cavalcanti (2017) relacionam os altos índices de homicídios às ações do tráfico ilícito de drogas e à circulação de armas de fogo. Segundo eles, esses elementos, por gerarem renda e visibilidade frente à população, tem atraído muitos jovens brasileiros, geralmente, moradores de áreas ocupadas irregularmente, com baixa presença do Estado e alta vulnerabilidade social. (VIEIRA et al, 2016).

No caso de Viçosa, os dados evidenciam que os homicídios também estão concentrados nas regiões onde as ações do tráfico ilícito de drogas e a circulação de armas de fogo são elevados. Das 396 ocorrências de tráfico ilícito de drogas registradas entre os anos de 2013 e 2018, a RUP Bom Jesus teve a maior porcentagem de casos (22,22%), seguida pela RUP Santo Antônio (11,36%). Já em relação à circulação de armas de fogo, percentuais elevados foram percebidos exatamente nas regiões onde se registraram casos de tráfico. Dos 144 casos de circulação de armas de fogo identificados, as maiores porcentagens se concentraram nas RUPs: Bom Jesus (17,4%), Santa Clara (13,9%) e Santo Antônio (12,5%).

Em relação às menores porcentagens de casos de homicídios, nenhum caso foi identificado nas RUPs Acamari e Lourdes que, como foi dito anteriormente, juntamente com a RUP Centro, apresentam menor vulnerabilidade social, maior renda per capita e mais infraestrutura, serviços e equipamentos públicos.

Com relação às agressões físicas, as maiores vítimas foram os jovens das RUPs Nova Viçosa (14,18), Silvestre (11,94%) e Bom Jesus (10,45%). Já os menores registros foram na RUPs Acamari e Lourdes (0,75%). Para Cano (1998), ao contrário dos roubos e dos homicídios, as agressões físicas não possuem um padrão definido, sendo as vítimas pessoas de diversas classes econômicas. Entretanto, as agressões físicas perpetradas pela polícia têm um padrão definido. Geralmente, as vítimas são os jovens entre 15 e 29 anos, de classe econômica baixa e, em sua maioria, moradora de favela e áreas periféricas. (SINHORETTO, 2015).

Dentro desse contexto, observa-se que existem diferentes representações sobre a polícia, como evidenciado no estudo de Cardia (2003), em que para a população menos exposta à violência policial – classes econômicas de renda elevada, moradora das áreas com mais infraestrutura e equipamentos públicos – a polícia é vista como educada, ágil no auxílio às vítimas de violência e mantém o bairro tranquilo. Já para os mais expostos a violência policial, caso dos moradores de áreas onde a renda da população é baixa, geralmente favelas e áreas periféricas, a polícia é representada como não educada, truculenta com os jovens e que não

consegue manter as ruas do bairro seguras e aparenta ter medo do tráfico ou ter relação com ele, protegendo os criminosos.

Situação parecida foi observada também no estudo desenvolvido por Dammert (2019), que concluiu que a confiança na polícia variava conforme a situação socioeconômica do indivíduo, de forma que os indivíduos que demonstravam maior confiança na polícia eram os pertencentes às classes econômicas elevadas. Já os que menos confiavam eram os de extratos sociais baixos e dependentes do trabalho da polícia, pela falta de segurança privada e pela situação de precariedade.

No caso dos jovens de Viçosa, as maiores porcentagens dos jovens que disseram ter sido vítimas de violência por parte da polícia ou tiveram algum membro da família como vítima, foram das RUPs: Bom Jesus (18,06%), Nova Viçosa (15,28%) e Santa Clara (13,89%). Essas regiões, como dito anteriormente, apresentam renda mais baixa e alta vulnerabilidade, quando relacionadas às RUP Centro, Acamari e Lourdes, as quais apresentaram as seguintes porcentagens de vítimas de agressões pela polícia: Centro e Lourdes, 1,39% em cada uma, e Acamari, nenhum registro.

O elevado número de jovens das RUPs vítimas de violência pela polícia ou que tiveram algum membro da família como vítima apenas reitera a representação desses jovens sobre a polícia, vista como elitista, violenta e preconceituosa, conforme evidenciam os dados: 1) abordar apenas pobres, segundos os jovens das RUPs: Amoras (41,7%), Nova Viçosa (39,4%), Bom Jesus (39,2%) e Santa Clara (38,1%); 2) atuar violentamente, de acordo com os jovens das RUP: Nova Viçosa (39,4%), Santa Clara (33,3%), Passos (33,3%), Cachoeirinha (33,3%), Amoras (25,4%), Bom Jesus (27,5%), Santo Antônio (27,1%) e; 3) ser preconceituosa, afirmação dada pelos jovens das RUP: Cachoeirinha (44,4%), Bom Jesus (37,3%) e Nova Viçosa (36,4%).

Tal situação tende a aumentar ainda mais o medo de ser vítima de violência, visto que o medo está intrinsecamente ligado à confiança, de forma que quando a população confia na capacidade das instituições formais de controle social de exercerem seu papel, elas se sentem menos inseguras e com menos medo. (DAMMERT, 2019). Entretanto, quando a relação entre ambas é fragmentada, nota-se que a população tende a não confiar na polícia e a não cooperar com ela na resolução de crimes e casos de violência. (CROWL; BATTIN, 2016). Como consequência, ela também sente mais medo de ser vítima de violência. (DAMMERT, 2019).

Assim, partir das situações de violência vivenciadas e conhecidas, o indivíduo elabora representações sobre a violência na cidade, as quais o leva a se sentir inseguro e com medo.

Segundo Baierl (2008), esse sentimento de medo que é proveniente da imaginação, para o sujeito, se coloca como algo realmente possível.

Essa perspectiva se coloca nos dados da pesquisa ao analisar o medo que os jovens estudados têm de serem vítimas de violência nas suas atividades cotidianas (Tabela, 3). Observou-se que, dos 618 jovens, 66% (406) tem medo de ser vítima de violência quando sai para se divertir, e os que mais demonstraram esse medo foram os jovens das RUPs Centro (20,94%), Santo Antônio (11,58%) e Bom Jesus (10,59%).

Tabela 3 – Associação entre a RUP do entrevistado e o medo ao realizar as suas atividades cotidianas – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Atividade cotidiana que gera medo							
	Quando utiliza o ônibus		Quando sai para se divertir		Quando sai para estudar		Quando sai para caminhar	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acamari	11	4,09	13	3,20	9	4,23	12	4,62
Amoras	25	9,29	40	9,85	21	9,86	22	8,46
Bom Jesus	30	11,15	43	10,59	25	11,74	22	8,46
Cachoeirinha	7	2,60	9	2,22	6	2,82	7	2,69
Centro	47	17,47	85	20,94	43	20,19	51	19,62
Fátima	13	4,83	15	3,69	7	3,29	12	4,62
Fundão	12	4,46	21	5,17	4	1,88	6	2,31
Lourdes	14	5,20	17	4,19	11	5,16	13	5,00
Nova Era	14	5,20	17	4,19	8	3,76	10	3,85
Nova Viçosa	12	4,46	25	6,16	13	6,10	14	5,38
Passos	9	3,35	11	2,71	9	4,23	11	4,23
Santa Clara	19	7,06	27	6,65	12	5,63	15	5,77
Santo Antônio	29	10,78	47	11,58	25	11,74	41	15,77
Silvestre	27	10,04	36	8,87	20	9,39	24	9,23
TOTAL	269	100,00	406	100,00	213	100,00	260	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor no ano de 2019, com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Os dados apresentados evidenciam que o medo de ser vítima de violência é um problema que atinge a maioria dos jovens de Viçosa e que independe da condição econômica do entrevistado, visto que apresentam esse medo os jovens das regiões de renda baixa e também os de regiões de renda alta. No entanto, indivíduos que já foram vítimas de violência tendem a ter mais medo de ser vítima novamente do que aqueles que nunca foram vítimas, caso dos jovens das regiões de renda mais baixa como Santo Antônio e Bom Jesus.

Em segundo lugar, o uso dos serviços de transportes coletivos disponíveis nas RUPs associadas às regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e de infraestrutura foi relacionado aos fatores que sedimentam a insegurança dos jovens entrevistados. O medo de utilizar o ônibus, na visão de 44% dos jovens (269), foi destaque para os jovens das RUPs Centro (17,47%), Bom Jesus (11,15%), Santo Antônio (10,78%) e Silvestre (10,04%). Em

terceiro lugar, está o medo ao sair para caminhar, segundo 42% (260) dos jovens, principalmente, os residentes nas RUPs Centro (19,62%) e Santo Antônio (15,77%). Por fim, em quarto lugar, chamou atenção o medo de ser vítima de violência ao sair para estudar: dos 34% (213) jovens que disseram ter esse sentimento, a maioria reside nas RUPs Centro (20,19%), Bom Jesus (11,74%) e Santo Antônio (11,74%).

Nota-se por esses dados que o medo de ser vítima de violência nas diferentes situações não atinge os jovens das RUP da mesma forma. Assim, os jovens das RUPs Centro, Bom Jesus e Santo Antônio, de forma geral, são os que mais demonstraram esse medo. As regiões dos jovens entrevistados são regiões diferentes em termos de renda per-capita e situação de vulnerabilidade social. Nas três RUPs, os jovens que têm mais medo de ser vítima de violência são os que, na sua maioria, foram vítimas de violência ou tinham algum membro da família como vítima.

O medo de ser vítima de violência também foi identificado nos estudos de Cardia (2003), ganhando destaque o medo de: caminhar pelas ruas com ou sem companhia em qualquer horário; sair à noite e; conversar com os vizinhos e permitir que seus filhos brinquem com eles. Nesses casos, as estratégias de proteção da violência foram mudar o trajeto da casa para o trabalho ou escola e evitar algumas linhas de ônibus. Arantes (2015) também fala sobre o assunto, chamando a atenção para a experiência vivenciada em Salvador afirmando que, na atualidade, lá “vive-se, na prática, uma experiência cotidiana do temor, do cuidado, do olhar para os lados, do desconfiar dos outros e, principalmente, de evitar determinados espaços, em alguns dias ou em horas específicas”. (ARANTES, p. 13, 2015).

O medo da violência é um sentimento que sufoca, estressa, leva ao isolamento e ao individualismo, pois as pessoas acreditam que a violência está em todo lugar, até mesmo nas instâncias em que elas pensam ter domínio. (SANTOS; RAMIRES, 2009). Assim, na expectativa de não ser vítima de violência, o indivíduo modifica a sua conduta do dia a dia, a sua forma de se relacionar com outros indivíduos e com o próprio espaço. Nesse contexto, as relações com os outros indivíduos, cada vez mais, são reduzidas aos contatos interpessoais e carregadas de desconfiança, medo, insegurança e tendendo a serem evitadas sempre quando possível (SILVA, 2010).

Ao analisar a conduta que os jovens entrevistados tiveram nas situações de violência vivenciadas (como vítima ou associadas a um membro da família como vítima), a maior alteração de conduta a partir de uma violência sofrida foi “não ter confiança em pessoas estranhas” (Tabela 4). Essa posição foi assumida por 367 jovens, a maioria deles residentes nas RUP Centro (16,35%), Santo Antônio (12,62%), Bom Jesus (11,44%) e Santa Clara (10,35%).

Tabela 4 - Conduta cotidiana modificada em função de alguma situação de violência vivenciada – 2019.

RUP	Conduta cotidiana modificada										
	Sair à noite	Sair só	Frequentar Festa	Frequentar locais sem Segurança	Frequentar locais Sem iluminação	Falar com Estranhos	Usar roupas e outros elementos chamativos	Mudar de Calçada	Confiar em Estranhos	Confiar apenas em Amigos	Confiar apenas em familiares
Acamari	7 3,2	11 3,94	1 1,15	10 3,77	9 2,93	11 3,55	6 3,28	10 2,95	11 3	6 3,06	0 0
Amoras	26 11,87	28 10,04	14 16,09	34 12,83	35 11,4	36 11,61	17 9,29	34 10,03	36 9,81	22 11,22	15 14,71
Bom Jesus	21 9,59	32 11,47	12 13,79	24 9,06	32 10,42	33 10,65	17 9,29	33 9,73	42 11,44	31 15,82	20 19,61
Cachoeirinha	1 0,46	4 1,43	1 1,15	3 1,13	4 1,3	6 1,94	3 1,64	5 1,47	7 1,91	3 1,53	2 1,96
Centro	41 18,72	50 17,92	8 9,2	50 18,87	61 19,87	54 17,42	40 21,86	68 20,06	60 16,35	32 16,33	9 8,82
Fátima	6 2,74	8 2,87	3 3,45	6 2,26	10 3,26	8 2,58	9 4,92	11 3,24	10 2,72	9 4,59	3 2,94
Fundão	10 4,57	15 5,38	4 4,6	11 4,15	12 3,91	19 6,13	5 2,73	19 5,6	25 6,81	3 1,53	9 8,82
Lourdes	5 2,28	3 1,08	2 2,3	8 3,02	7 2,28	6 1,94	4 2,19	9 2,65	9 2,45	2 1,02	0 0
Nova Era	13 5,94	16 5,73	5 5,75	13 4,91	16 5,21	13 4,19	10 5,46	16 4,72	17 4,63	9 4,59	1 0,98
Nova Viçosa	15 6,85	14 5,02	9 10,34	12 4,53	18 5,86	20 6,45	10 5,46	22 6,49	20 5,45	14 7,14	9 8,82
Passos	8 3,65	11 3,94	2 2,3	11 4,15	10 3,26	12 3,87	6 3,28	11 3,24	14 3,81	7 3,57	7 6,86
Santa Clara	22 10,05	27 9,68	11 12,64	25 9,43	29 9,45	27 8,71	21 11,48	33 9,73	38 10,35	18 9,18	10 9,8
Santo Antônio	26 11,87	35 12,54	8 9,2	32 12,08	40 13,03	38 12,26	20 10,93	38 11,21	45 12,26	16 8,16	7 6,86
Silvestre	18 8,22	25 8,96	7 8,05	26 9,81	24 7,82	27 8,71	15 8,2	30 8,85	33 8,99	24 12,24	10 9,8
Total Geral	219 100	279 100	87 100	265 100	307 100	310 100	183 100	339 100	367 100	196 100	102 100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Em segundo lugar, os jovens consideram “mudar de calçada quando sente uma possível situação de perigo”, atitude tomada por 339 jovens, principalmente das RUPs: Centro (20,06%), Santo Antônio (11,21%) e Amoras (10,03%); em terceiro lugar, 310 jovens assumem que “evitam falar com estranhos”. Para esses últimos posicionamentos, as maiores porcentagens se concentraram na RUPs Centro (17,42%), Santo Antônio (12,26%), Amoras (11,61%) e Bom Jesus (10,65%). E, em quarto lugar, os jovens disseram que “evitam frequentar locais sem iluminação” – atitude tomada por 307 jovens, a maioria das RUP: Centro (19,87%), Santo Antônio (13,03%), Amoras (11,4%) e Bom Jesus (10,42%).

Nota-se pelos dados que além dos jovens da região Centro, Bom Jesus e Santo Antônio serem as maiores vítimas de violência e os que mais têm medo da violência, são também os que mais tendem a modificar a conduta cotidiana em função do medo de ser vítima de violência. Esse resultado aponta uma relação entre ser vítima de violência, a intensidade do medo e a modificação da conduta e que essas não são dependentes da Região Urbana de Planejamento onde reside o jovem, da renda per capita e da situação de vulnerabilidade social.

Esses dados corroboram com as informações do relatório “Segurança cidadã com rosto humano: diagnóstico e propostas para a América Latina”, publicado em 2013, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que identificou que, no ano de 2012, o medo da violência fez com que: 45% a 65% dos latino-americanos deixassem de sair à noite; 6,8% a 51,5% limitassem os locais de fazer compras e 20,6% a 59,1% restringissem as suas opções de lazer. Em relação ao lazer, no Brasil, esse número foi de 24,7% (PNUD, 2013), um país que pela situação econômica, 61% dos jovens já tem as suas formas de lazer restritas aos espaços públicos como parques e praças. (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2013).

Como se percebe, o medo da violência leva a diferentes modificações na conduta cotidiana, a qual varia, de indivíduo para indivíduo. Assim, indivíduos que já foram vítimas de violência tendem a ter mais medo de serem vítima novamente do que aqueles que nunca foram vítimas. E, em função disso, evitam frequentar determinados espaços da cidade ou até mesmo sair de casa. (BORGES, 2013).

A Tabela 5 apresenta a OR (Odds ratio) dos coeficientes da regressão logística múltipla, com os respectivos intervalos de confiança a 95%, associados a cada variável dependente nos modelos ajustados. Percebeu-se que todos os valores estimados para OR foram significativos a 5% de probabilidade, pois o número 1 não está contido em nenhum dos intervalos de confiança.

Assim, a relação entre os tipos de violência sofrida, ou vivenciada pelos jovens, com as atitudes tomadas, foram modeladas pelo uso da regressão logística múltipla, considerando as 11 variáveis dependentes, e as variáveis independentes selecionadas em cada modelo. Nos modelos ajustados, o procedimento stepwise selecionou nove vezes a variável independente, “Teve os pertences roubados” e seis vezes a variável, “Se envolveu em brigas ou agressões físicas”. Na maioria das vezes, os maiores valores de OR foram associados à variável, “Teve os pertences roubados”, uma média de 2,39 já para a variável “Se envolveu em brigas ou agressões físicas”, a média foi de 1,99. As variáveis “Foi vítima de violência pela polícia Militar” e “Teve um familiar vítima de homicídio”, foram selecionadas em apenas dois dos modelos ajustados, com valores médios para a OR, respectivamente, iguais a 2,69 e 2,11.

Tabela 5 – Odds ratio (OR) com intervalo de confiança de 95%, obtidos pelo ajuste do modelo de regressão logística múltipla considerando os tipos de violência como variáveis independentes e as atitudes mediante a violência como dependente – 2019.

Variáveis dependente	Variáveis independente	OR	2.5%	97.5%
Evita sair à noite	Teve pertences roubados	2,72	1,94	3,83
Evita sair sozinho	Se envolveu em brigas ou agressões físicas	1,97	1,31	2,96
	Teve pertences roubados	2,3	1,59	3,34
Não frequenta festas	Se envolveu em brigas ou agressões físicas	1,77	1,03	2,96
	Foi vítima de violência da polícia Militar	2,42	1,20	4,72
Evita ir em locais sem segurança	Teve pertences roubados	2,02	1,40	2,92
Evita locais sem iluminação	Teve pertences roubados	2,48	1,72	3,59
Evita falar com estranhos	Teve um familiar vítima de homicídio	1,72	1,03	3,05
	Se envolveu em brigas ou agressões físicas	1,79	1,19	2,73
	Teve pertences roubados	1,9	1,31	2,75
Evita usar roupas, relógios, celulares ou outros elementos que chamem a atenção	Teve pertences roubados	2,73	1,92	3,91
Muda de calçada quando sente uma possível situação de risco	Se envolveu em brigas ou agressões físicas	1,85	1,22	2,84
	Teve pertences roubados	2,59	1,78	3,79
Não confiar em pessoas estranhas	Foi vítima de violência pela polícia Militar	2,95	1,38	7,04
	Teve um familiar vítima de homicídio	2,49	1,34	4,89

	Teve pertences roubados	2,64	1,79	3,93
Não confiar em pessoas estranhas e próximas, apenas em amigos	Teve pertences roubados	2,2	1,56	3,13
	Se envolveu em brigas ou agressões físicas	2,22	1,49	3,32
Não confiar em ninguém que não seja um familiar	Se envolveu em brigas ou agressões físicas	2,32	1,43	3,70

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

De modo geral, ao se analisar o impacto de um histórico de violência sobre a conduta cotidiana dos entrevistados ou de seus familiares, notou-se que os valores estimados para OR foram sempre superiores a um. Esses resultados evidenciam que as pessoas que já sofreram algum tipo de violência ou a vivenciaram, têm, em média, 2,26 de chance de realizar alguma mudança de atitude, quando comparada a uma pessoa que nunca sofreu nenhum tipo de violência. Caso, principalmente, dos jovens da região Centro, Bom Jesus e Santo Antônio, que apesar de habitarem regiões diferentes em termos de localização geográfica, renda per capita e vulnerabilidade social, foram os jovens que mais demonstraram modificações na conduta cotidiana, bem como os que mais foram vítimas de violência ou que tiveram algum membro da família como vítima.

Além disso, esses resultados estão condizentes com os obtidos nos estudos de Borges (2013), em que se constatou que indivíduos vítimas de violência apresentaram maior probabilidade de se sentirem inseguros em qualquer hora do dia, no próprio bairro de residência ou em outras partes da cidade.

5. Considerações Finais

A pesquisa objetivou analisar a influência da violência urbana no uso dos espaços públicos e nas interações sociais dos jovens residentes na cidade de Viçosa. A partir dos dados analisados, percebeu-se que a violência urbana em Viçosa, na forma de roubos, homicídios e agressões físicas, apresenta índices elevados nos espaços públicos da cidade, principalmente no período noturno. É nesse período que o número de pessoas transitando pelos espaços públicos é bem menor, o que facilita a ocorrência de alguns tipos de violência como, por exemplo, o roubo, que para ocorrer requer que o local esteja com pouco movimento ou deserto.

Em relação à frequência de utilização dos espaços públicos e semipúblicos de Viçosa, os dados evidenciaram que os espaços mais frequentados pelos jovens eram os espaços que não demandavam dos jovens grandes investimentos financeiros para o seu usufruto.

Especificamente, esses espaços estiveram relacionados às praças e quadras esportivas do campus da UFV (Universidade Federal de Viçosa) e às festas abertas ao público também no campus da UFV.

Os espaços públicos da UFV são umas das poucas áreas verdes públicas da cidade e apresentaram as maiores frequências de utilização, não havendo diferenças significativas na utilização desses espaços pelos jovens das diferentes regiões da cidade. Essa situação evidencia a necessidade de formação na cidade de espaços públicos, voltados para o lazer e que tenham segurança para atender os jovens. Com relação aos espaços semipúblicos de lazer, os mais frequentados pelos jovens foram os locais que eles consideravam os mais seguros, ou seja, o *shopping*, o cinema e a igreja, havendo diferenças significativas na utilização apenas da igreja e do cinema.

A análise sobre jovens que foram vítimas de violência ou que tiveram algum membro da família como vítima revelou que as maiores vítimas de roubos foram os jovens das regiões de renda elevada, caso da região Centro, onde foi identificada a maior porcentagem. Os homicídios foram mais registrados pelos jovens das regiões Santa Clara, Santo Antônio e Nova Viçosa, regiões de renda per-capita baixa e marcadas por maior vulnerabilidade social, ações do tráfico e circulação de armas de fogo quando comparados às regiões Centro, Acamari e Lourdes.

Com relação às agressões físicas, de forma geral, os que mais relataram esse tipo de caso foram os jovens das regiões Silvestre, Nova Viçosa e Bom Jesus. Já as agressões praticadas pela polícia, os maiores registros estiveram associados aos jovens das regiões Bom Jesus, Nova Viçosa e Santa Clara. Diferentemente do que Cano (1997) averiguou no seu estudo, de que as agressões físicas não apresentaram um padrão definido, no caso de Viçosa, os dados demonstraram o contrário. Os dados revelaram que existe um padrão nas agressões físicas, sendo os jovens das regiões Bom Jesus, Nova Viçosa e Santa Clara os que registraram a maior ocorrência. São nesses locais em que a renda per-capita é mais baixa, a vulnerabilidade social é mais elevada e que têm problemas de infraestrutura. São os jovens dessas regiões, também, os que têm a pior representação sobre a polícia, identificada por eles como elitista, violenta e preconceituosa.

A relação conturbada entre a polícia e a população residentes em área de baixa renda e de alta vulnerabilidade social, em que a população evidencia sentir medo de se relacionar com a polícia e tem pouca confiança nela, é um problema que fica claro em vários estudos associados a outras cidades brasileiras. Tal dado aponta a necessidade de construção de uma nova relação

entre a polícia e a população, que seja pautada no diálogo e respeito, para que a população não tenha medo e confie na polícia e, dessa forma, possa colaborar com o trabalho desenvolvido por ela.

A análise do medo que os jovens sentem de ser vítima de violências nas atividades cotidianas em Viçosa revelou que o maior medo estava relacionado às atividades: sair para se divertir, utilizar o ônibus e sair para caminhar. São os jovens das regiões Bom Jesus, Centro e Santo Antônio os que mais demonstraram esse medo. As condutas cotidianas mais modificadas em função do medo da violência foram: não confiar em pessoas estranhas, mudar de calçada quando sente uma possível situação de perigo, evitar falar com estranhos e não frequentar locais sem iluminação. Os jovens que mais adotaram essa conduta foram os jovens das regiões Amoras, Bom Jesus, Centro, Santa Clara e Santo Antônio.

Por fim, o histórico de violência – ter sido vítima de violência urbana ou ter tido alguém da família como vítima – levava a uma maior probabilidade de modificar alguma conduta cotidiana, principalmente nos casos em que a pessoa teve os pertences roubados ou quando se envolveu em brigas ou agressões. Esse foi o caso, principalmente, dos jovens da região Centro, Bom Jesus e Santo Antônio, regiões que apresentaram diferenças em termos de localização geográfica, renda per-capita e vulnerabilidade social.

Tal resultado leva a concluir que esses fatores não são os de maior influência na modificação da conduta cotidiana dos jovens das diferentes regiões. Explicativo para as modificações na conduta cotidiano e fator mais importantes associado a essas mudanças é o fato de o jovem ter sido vítima ou ter tido um membro da família como vítima. Esses casos requerem maior atenção por parte dos familiares das vítimas para ajudá-las a superar o trauma e, também, maior atenção do poder público, o qual deve atuar encaminhando as pessoas vítimas de violência urbana para os serviços de assistência social e procurar meios de tornar a cidade mais segura.

Conclui-se que a violência urbana afeta o uso da cidade pelos jovens, pois na expectativa de não serem vítimas de violência, eles tendem a modificar as condutas cotidianas, principalmente aqueles que já foram vítimas ou que tiveram algum membro da família como vítima. Neste contexto, a violência produz impacto nas interações sociais dos jovens, pois ao evitar se relacionar com determinados indivíduos, eles restringem as suas saídas a determinados locais e a determinados horários. Tal restrição implica na perda da possibilidade de convivência com o diferente, de vencer as barreiras sociais e de transformar os espaços públicos em locais

mais seguros, já que parte dos casos de violência registrados na cidade só podem ser resolvidos pela segurança pública, juntamente com a utilização desses espaços pelas pessoas.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/BID, 2002.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, 2002, 8: 84-135.

AGRANONIK, Marilyn; HIRAKATA, Vânia Naomi. Cálculo de tamanho de amostra: proporções. **Revista HCPA**, v. 31, n. 3, p. 382-388, 2011.

ARANTES, Rafael de Aguiar. A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador. Cadernos do CEAS: **Revista crítica de humanidades**, n. 235, p. 45-73, 2015.

BAIERL, Luzia Fátima. Medo Social: dilemas cotidianos. **Revista de Ciências Sociais**, n. 3, p. 138-158, 2008.

BATELLA, V. Centro, **Centralidade e Cidade Média**: Apontamentos sobre Viçosa-MG. In: SOUSA, Diogo Tourino de; BATELHA, Wagner Barbosa. Cidades, Territórios e Direitos. Viçosa: Editora UFV, 2017. 256p.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2008.

BORGES, Doriam. Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 141-163, 2013.

BRANDÃO, Thadeu de Souza; COSTA, Jean Henrique. Um olhar sobre a violência homicida em Mossoró/RN /brasil e sua relação com o turismo de eventos. **TURyDES**, v. 8, n. 18, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: [http:// www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acessado em 25 de maio de 2007, 26 de junho de 2007 e 26 de novembro de 2007

BRASIL, Agenda Juventude. pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2013.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**, p. 29-44, 2008.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 399 p.

CANO, Ignacio. Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro. In: NAJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo Cesar. (Org.). **Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. cap. 12, p. 239-273

CARDIA, Nancy. Exposição à Violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, política e direitos humanos. **Lusotopie**, p. 299-330, 2003.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, Ricardo Caldas. As dinâmicas da violência urbana na América Latina. Século XXI – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 226-251, 2017.

CECCATO, Vania. Public space and the situational conditions of crime and fear. **International criminal justice review**, v. 26, n. 2, p. 69-79, 2016.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

COHEN, Lawrence E.; KLUEGEL, James R.; LAND, Kenneth C. Social inequality and predatory criminal victimization: An exposition and test of a formal theory. **American sociological review**, p. 505-524, 1981.

_____.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American sociological review**, p. 588-608, 1979.

CROWL, Justin N.; BATTIN, Joshua R. Fear of crime and the police: Exploring lifestyle and individual determinants among university students. **The Police Journal**, v. 90, n. 3, p. 195-214, 2016.

CRUZ, Tancredo Almada (Coord.). **Retrato social de Viçosa V**. Viçosa: CENSUS, 2014. 91p.

DAMMERT, Lucía. Confianza en la policía en Chile. Un arma de doble filo. Civitas-**Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 575-594, 2016.

FÁVERO, Douglas Gonsalves; MORAIS, Sérgio Paulo. A condição juvenil interrompida? O lazer e a sociabilidade juvenil em torno da rua em áreas de ocupação urbana em Uberlândia–MG. **Em Debate**, n. 15, p. 37-54, 2016.

GAROFALO, James. The fear of crime: Causes and consequences. **J. Crim. L. & Criminology**, v. 72, p. 839, 1981.

GOMES, Paulo César da Costa; **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica a cidade. Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, Aline Cristina Arruda. et al. Pesquisa de Mercado aplicada à indústria de alimentos. In: **Análise sensorial estudo com consumidores**, v. 2, p. 214-257, 2013.

HERMES, I.; ALVES, C.; BRANDÃO, T. **Rastros de pólvora: metadados 2015**. Natal, RN: Edição dos Autores.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. UFMG. 2014.

LUIZ, Ronir Raggio; MAGNANINI, Monica M. F. A lógica da determinação do tamanho da amostra em investigações epidemiológicas. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2000.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 83-98, 2014.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro, IBAM/FINEP, 1985.

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **J Vasc bras**, v. 10, n. 4, p. 275-278, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUSTAINE, Elizabeth Ehrhardt; TEWKSBURY, Richard. Predicting risks of larceny theft victimization: A routine activity analysis using refined lifestyle measures. **Criminology**, v. 36, n. 4, p. 829-858, 1998.

PERRUSI, Artur. **Imagens da loucura: representação social da doença mental na psiquiatria**. Cortez Editora, 1995.

PNUD. **Segurança Cidadã com uma face humana: Evidências e Propostas para a América Latina** (2013).

Disponível em: www.latinamerica.undp.org/content/dam/rblac/docs/Research%20and%20Publications/IDH/Resumen%20IDH%20portugues_completo.pdf. Acessado em: 11/12/2019.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto; QUEIROZ, Glalber Costa Cypreste. A produção da sociabilidade violenta nas relações sociais dos moradores dos centros urbanos brasileiros. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, v. 1, n. 1, 2015.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, JC de L. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade e Natureza**, v. 21, n. 1, p. 131-145, 2009.

SCHVASBERG, Benny. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: **C/ Arte**, 2003, p. 43- 63.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Mórula Editorial, 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015.

SINHORETTO, J. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil. Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes antropológicos**, v. 6, n. 13, p. 15-29, 2000.

MARIA, Ana Cristina de Souza. **A produção do espaço urbano da zona sul de Viçosa-MG: empreendimentos horizontais na bacia do ribeirão São Bartolomeu**/Ana Cristina de Souza Maria.–Viçosa, MG, 2016. xiv, 123f.: il.(algumas color.); 29 cm. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa.

VIEIRA, Denise Carla Melo et al. Território criminalidade e violência: uma análise dos homicídios na 4º E 5º AISP, BELÉM-PARÁ. **Boletim Amazônico de Geografia** (ISSN: 2358-7040 - on line), Belém, v. 03, n. 05, p. 152-174. jan./jun. 2016.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO GERAL DA TESE

O objetivo geral deste estudo foi compreender a influência da violência urbana e da sua representação sobre o uso dos espaços públicos e sobre as sociabilidades dos jovens estudantes residentes na cidade de Viçosa, cidade média, localizada no estado de Minas Gerais. Para tanto, o trabalho foi dividido em três objetivos específicos que levaram a produção de 4 artigos/capítulos, sendo estes os capítulos 2, 3, 4 e 5.

O segundo capítulo foi um capítulo teórico que compôs a justificativa para o desenvolvimento deste estudo e serviu de referência para a produção dos artigos seguintes. Nesse capítulo, analisou-se como a violência urbana tinha sido abordada nos estudos em língua inglesa, espanhola e portuguesa, entre os anos de 2013 e 2018.

Os resultados evidenciaram a presença de três abordagens sobre violência urbana em língua inglesa, três em língua espanhola e cinco em língua portuguesa. Embora os artigos analisados discutam violência urbana, as abordagens eram diferentes de forma que algumas abordagens se aproximam umas das outras, em alguns casos, até se misturavam, indicando grande afinidade e contribuição umas com as outras, contudo, com um foco diferente.

A análise fatorial da produção em língua portuguesa evidenciou a existência de abordagens que se mostraram totalmente opostas, indicando um foco específico sobre o tema. Além disso, mesmo havendo grande proximidade entre algumas abordagens e de algumas se aproximarem do eixo principal, ainda existem lacunas a serem preenchidas nos estudos sobre violência urbana em língua portuguesa. Exemplo disso são as relacionadas às representações de distintos atores sobre violência urbana a serem contempladas a partir de pesquisas que abordem as representações da violência urbana por diferentes indivíduos, em termos de cor, sexo, classe social, relacionando-as aos espaços de ocorrência dos casos de violência.

Nesse sentido, concluiu-se que, enquanto o conceito de violência urbana é abrangente, englobando uma infinidade de tipos de violência percebidos no espaço urbano das cidades, as abordagens sobre o tema presente nos estudos tendem a retratar aspectos específicos da violência. Estes promovem um maior distanciamento entre as abordagens e, por consequência, lacunas nos estudos, como foi evidenciado no plano fatorial.

Por fim, esse cenário exposto aponta que a produção brasileira sobre violência urbana ainda carece de estudos que tratem de questões ainda não abordadas por outros autores ou façam

links com temas que já foram estudados, como, por exemplo, a percepção e representação de diferentes atores sobre os efeitos da violência nas sociabilidades e uso dos espaços públicos.

O terceiro capítulo procurou caracterizar e compreender a incidência desigual dos tipos de violência na cidade de Viçosa nos últimos seis anos e relacionar esses dados com o perfil das vítimas, com as condições socioeconômicas, a infraestrutura e os serviços presentes nessas regiões. Evidenciou-se no estudo que tal qual ocorre em outras cidades, a violência e os tipos de violência em Viçosa variam conforme a idade, cor e sexo da vítima, bem como do seu local de residência e situação socioeconômica.

Assim, as maiores vítimas de roubos, homicídios e agressões físicas em Viçosa são os jovens do sexo masculino, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos. Entretanto, ao se analisar a cor, a classe econômica e a região de moradia, nota-se que no caso dos roubos, as maiores vítimas eram as pessoas de cor branca, residentes nas áreas de renda elevada. Já no caso dos homicídios e agressões físicas, as principais vítimas eram as pessoas de cor negra/parda com renda baixa, moradoras de regiões com poucos ou nenhum serviço e infraestrutura, geralmente áreas segregadas.

A partir do mapa de calor (heatmap) percebeu-se discrepâncias em relação às Regiões Urbanas de Planejamento relacionadas aos tipos de violência e às desigualdades socioeconômicas. A formação dos agrupamentos a partir das variáveis socioeconômicas e dos tipos de violência evidenciaram que, de forma geral, no caso de Viçosa, as maiores taxas de roubos tendem a se concentrar nas regiões de maior renda e com baixos índices de segregação socioespacial, atendimento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social e Bolsa Família, caso da região Centro, Lourdes e Acamari. Ao mesmo tempo, notou-se que o alto índice de homicídios ocorreu nas regiões onde havia baixos valores de renda per capita e valores elevados de segregação socioespacial, Bolsa Família e assistência do Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

Nesse sentido, conclui-se que a desigualdade socioeconômica a qual estão expostos os jovens das diferentes regiões de planejamento da cidade de Viçosa é o elemento propiciador da vitimização deles. Isso porque os tipos de violência vivenciados na cidade não atingem a todos da mesma forma, sendo um fenômeno que varia conforme a Região Urbana de Planejamento, idade, sexo, cor e condições socioeconômicas das vítimas.

No quarto capítulo, buscou-se identificar a representação que os jovens da cidade de Viçosa tinham sobre a violência urbana nas diferentes Regiões Urbanas de Planejamento, e quais elementos contribuem para essa representação.

Os dados possibilitaram concluir que de forma geral, foram consideradas inseguras, em primeiro lugar, a região Bom Jesus, seguida pelas regiões Santa Clara e Santo Antônio, regiões com pouca infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, renda per capita baixa e considerável número de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Por outro lado, foram consideradas seguras, as regiões que são o oposto dessas regiões, as regiões Centro e Acamari e também a região Silvestre, cujo número de pessoas em situação de vulnerabilidade é menor do que nas outras regiões. Entretanto, os dados demonstram que nem todas as regiões consideradas as mais inseguras são as que apresentam os maiores índices de homicídio, roubo e agressões físicas, de modo que se pode inferir que a mídia, comentários de pessoas, constante policiamento e circulação de pessoas são elementos que contribuem para a representação sobre a violência nessas regiões.

Além disso, os dados evidenciaram que existem diferenças entre os jovens acerca dos elementos que contribuem para essas regiões serem consideradas seguras ou inseguras. São os jovens das regiões de menor renda, os que veem a falta de policiamento e o policiamento constante como elementos que contribuem para uma área ser considerada insegura ou segura. Já os jovens das regiões de maior renda, têm nas informações da mídia e das pessoas a maior contribuição para essa representação. Para aqueles que habitam as áreas onde foram identificados o maior número de homicídios, o constante policiamento foi o elemento que mais contribuiu para a segurança da área.

A representação que se tem sobre a polícia foi outro fator em que se percebeu diferenças entre os jovens. Os jovens de renda elevada e que habitam as regiões estruturadas e dotadas de equipamentos públicos foram os que relataram ter maior confiança na polícia, enquanto os jovens das regiões de menor renda os que disseram não confiar na polícia. E são os jovens de renda baixa, os que tiveram uma visão de que a polícia aborda apenas pessoas pobres, atua violentamente e é preconceituosa – situação que os jovens das regiões elevadas discordaram.

Logo, foi possível inferir que a localização geográfica, a renda per-capita, a infraestrutura urbana, os serviços e os equipamentos públicos, bem como as informações fornecidas pelos meios de comunicação, os comentários de pessoas, o policiamento e a circulação de pessoas são elementos que contribuíram para a representação sobre a violência e segurança nessas regiões.

Por fim, no quinto capítulo, foi analisada a influência da violência urbana sobre as sociabilidades e o uso dos espaços públicos pelos jovens residentes na cidade de Viçosa. A partir dos dados analisados, percebeu-se que a violência urbana em Viçosa, na forma de roubos,

homicídios e agressões físicas, apresentou índices elevados nos espaços públicos da cidade, principalmente no período noturno, período este em que o número de pessoas circulando por esses espaços era menor, o que podia facilitar a ocorrências de determinados tipos de violência que para ocorrerem, requerem que o local esteja com pouco movimento ou deserto.

Em se tratando dos espaços públicos e semipúblicos frequentados pelos jovens, os espaços públicos mais frequentados eram os espaços que não demandavam dos jovens grandes investimentos financeiros para o seu usufruto. Especificamente, esses espaços estiveram relacionados às praças e às quadras esportivas do campus da UFV (Universidade Federal de Viçosa) e às festas abertas ao público também no campus da UFV. Com relação aos espaços semipúblicos de lazer, os mais frequentados pelos jovens foram os locais que eles consideravam os mais seguros, ou seja, o *shopping*, o cinema e a igreja, havendo diferenças significativas na utilização apenas da igreja e do cinema.

A análise sobre jovens que foram vítimas de violência ou que tiveram algum membro da família como vítima, revelou que as maiores vítimas de roubos foram os jovens das regiões de renda elevada, caso da região Centro, onde foi identificada a maior porcentagem. Os homicídios foram mais registrados pelos jovens das regiões Santa Clara, Santo Antônio e Nova Viçosa, regiões de renda per-capita baixa e marcada por maior vulnerabilidade social, ações do tráfico e maior circulação de armas de fogo quando comparados às regiões Centro, Acamari e Lourdes.

Com relação às agressões físicas, de forma geral, os que relataram esse tipo de caso foram os jovens das regiões Silvestre, Nova Viçosa e Bom Jesus. Já as agressões praticadas pela polícia, os maiores registros estiveram associados aos jovens das regiões Bom Jesus, Nova Viçosa e Santa Clara. Diferentemente do que Cano (1997) averiguou no seu estudo, de que as agressões físicas não apresentaram um padrão definido, no caso de Viçosa, os dados demonstraram o contrário.

Os dados revelaram que existe um padrão nas agressões físicas, sendo os jovens das regiões Bom Jesus, Nova Viçosa e Santa Clara os que registraram a maior ocorrência. Foram nesses locais em que a renda per-capita é baixa, a vulnerabilidade social era elevada e que tinham problemas de infraestrutura, que os jovens também tiveram a pior representação sobre a polícia, identificada por eles como elitista, violenta e preconceituosa.

A análise do medo que os jovens sentiam de ser vítima de violências nas atividades cotidianas em Viçosa revelou que o maior medo estava relacionado às atividades: sair para se divertir, utilizar o ônibus e sair para caminhar, sendo os jovens das regiões Bom Jesus, Centro

e Santo Antônio os que mais demonstraram esse medo. As condutas cotidianas mais modificadas em função do medo da violência foram: não confiar em pessoas estranhas, mudar de calçada quando sente uma possível situação de perigo, evitar falar com estranhos e não frequentar locais sem iluminação. Os jovens que mais adotaram essa conduta foram os jovens das regiões Amoras, Bom Jesus, Centro, Santa Clara e Santo Antônio.

Por fim, a verificação do histórico de violência – ter sido vítima de violência urbana ou ter tido alguém da família como vítima – evidenciou uma maior probabilidade de modificar alguma conduta cotidiana, principalmente nos casos em que a pessoa teve os pertences roubados ou quando se envolveram em brigas ou agressões. Esse foi o caso, principalmente, dos jovens da região Centro, Bom Jesus e Santo Antônio, regiões que apresentaram diferenças em termos de localização geográfica, renda per-capita e vulnerabilidade social.

Tal resultado levou a concluir que esses fatores não eram os de maior influência na modificação da conduta cotidiana dos jovens das diferentes regiões. Explicativo para as modificações na conduta cotidiana e fator importante associado a essas mudanças foi o fato de o jovem ter sido vítima ou ter tido um membro da família como vítima.

A partir das questões apresentadas, foi possível concluir que, da mesma forma que ocorre em outras cidades, fato evidenciado por estudos de outros autores, a violência em Viçosa é um problema socioespacial, apresentando relevantes diferenças em termos de tipo e quantitativos de casos de uma região para outra da cidade, sendo os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos as maiores vítimas.

A partir dos casos de violência vivenciados, da fala cotidiana dos indivíduos e dos meios de comunicação, os jovens elaboram representações negativas sobre determinados espaços da cidade e, em função dessas representações, evitam frequentá-los. Essa situação tem como resultado a restrição no uso de alguns espaços públicos, bem como o encolhimento das sociabilidades que passam a ser restritas a determinados grupos e espaços da cidade.

Com isso, perde-se a possibilidade de convivência com o diferente, de vencer as barreiras sociais e de transformar os espaços públicos em locais seguros, visto que parte dos casos de violência registrados na cidade só pode ser resolvido pelo Estado, por meio de ações como: a construção de uma nova relação entre a polícia e a população, que seja pautada no diálogo e respeito para que a população não tenha medo e confie na polícia e; pelo incentivo para que as pessoas utilizem as ruas, pois como afirma Jacobs (2014), a segurança dos espaços públicos não é resultado apenas do policiamento, mas da rede intrincada de controle e padrões de comportamento empregado pela população no dia a dia da cidade.

Algumas dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa e que retardaram a coleta dos dados foram: as paralisações nas escolas públicas em função de greve ou cancelamento de aulas; recusa de algumas instituições de ensino ou de estudantes em participarem da pesquisa e; permissão da escola para realização da pesquisa somente em determinada disciplina. Necessário registrar, entretanto, que apesar dessas dificuldades e do retardamento consequente dessa etapa, a pesquisa de campo prosseguiu.

A partir do que foi discutido e concluído neste estudo, para pesquisas futuras, sugere-se investigar como é para os jovens de classe econômica baixa e elevada que, como demonstrado no estudo tendem a ter representações diferentes sobre a violência e os espaços seguros e inseguros, viver a juventude em uma cidade que eles têm medo de frequentar devido aos elevados índices de roubos, homicídios e agressões físicas em diferentes partes. Sugere-se, também, que se faça essa pesquisa não por Região Urbana de Planejamento, mas por bairros, visto que, os bairros apresentam maior homogeneidade em termos de características socioeconômicas e problemas enfrentados do que nas Regiões Urbanas de Planejamento, que tendem a agrupar diferentes bairros, com diferentes realidades, dentro de uma mesma região.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

QUESTIONÁRIO - PROJETO DE PESQUISA

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**SOCIABILIDADE URBANA E USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: A VIOLÊNCIA REAL E A IMAGINADA COMO ESTRUTURADORAS DO COTIDIANO NA PERCEPÇÃO DOS JOVENS HABITANTES DE VIÇOSA-MG**” de autoria do aluno de doutorado André Luis Gomes, coordenada pela professora Neide Maria de Almeida Pinto, que tem como objetivo compreender os efeitos da violência nas interações sociais e uso dos espaços públicos pelos jovens habitantes de Viçosa-MG. As informações obtidas não serão divulgadas de forma individual, mas em forma de tabelas, gráficos etc, de forma que o participante da pesquisa e as instituições onde serão realizadas as entrevistas não serão identificadas em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Entrevistador (a): _____ Data: ____/____/____ Questionário nº: _____

Entrevistado (a) : _____

Endereço: _____ Bairro : _____

As questões abaixo dizem respeito a violência vivenciada em Viçosa, de modo que para cada questão onde for solicitada a sua opinião e a resposta for apresentada na forma de alternativas numéricas, essas deverão ser marcadas com um círculo ao redor do número.

1 - Você nasceu em que cidade? _____ Estado: _____

2 - Sexo: (1) Fem. (2) Mas. 3 - Idade: _____ 4 - Escolaridade: _____

5- Em relação a sua cor/ raça, você se considera: 1 – Oriental 2 – Branco 3 – Indígena 4 – Preto 5 - Moreno, mulato, pardo	6 -Seus estudos foram cursados: 1- Sempre em Escola Pública 2- A maior parte em Escola Pública 3- Sempre em Escola Particular 4- A maior parte em escola Particular	7 – Você mora: 1- Sozinho (a) 2- Com os pais 3- Com a mãe 4- Com o pai 5- Parentes 6- República 7- Esposo(a) /Companheiro(a) 8- Outro, especifique:
---	---	---

8 - No domicílio que você mora com sua família tem:

Itens de conforto	Possui/ Não possui	Quantidade que possui			
1- Quantidade de automóveis de passeio exclusivamente para uso particular	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
2- Quantidade de empregados mensalistas, considerando apenas os que trabalham pelo menos cinco dias por semana	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
3- Quantidade de máquinas de lavar roupa, excluindo tanquinho	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
4- Quantidade de banheiros	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
5- DVD, incluindo qualquer dispositivo que leia DVD e desconsiderando DVD de automóvel	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
6- Quantidade de geladeiras	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
7- Quantidade de freezers independentes ou parte da geladeira duplex	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
8- Quantidade de microcomputadores, considerando computadores de mesa, laptops, notebooks, netbooks e desconsiderando tablets, palms ou smartphones	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
9- Quantidade de lavadora de louças	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
10- Quantidade de fornos de micro-ondas	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
11- Quantidade de motocicletas, desconsiderando as usadas exclusivamente para uso profissional	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+
12- Quantidade de máquinas secadoras de roupas, considerando lava e seca	1- Possui 2- Não possui	1	2	2	4+

9 - A água utilizada no domicílio é proveniente de?

1	Rede geral de distribuição
2	Poço ou nascente
3	Outro meio

10- Considerando o trecho da rua do seu domicílio, você diria que a rua é:

1	Asfaltada/Pavimentada
2	Terra/Cascalho

Fonte: ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2016. Disponível em: www.abep.org – abep@abep.org

11- Na linha abaixo coloque a ocupação do responsável ou responsáveis por você?

a) Responsável 1: _____ b) Responsável 2: _____

<p>12 - Qual o nível de escolaridade do responsável 1?</p> <p>1- Analfabeto 5- Ensino médio completo</p> <p>2- Fundamental incompleto 6- Superior incompleto</p> <p>3- Fundamental completo 7- Superior completo</p> <p>4- Ensino médio incompleto 8- Pós-graduação</p>	<p>13 - Qual o nível de escolaridade do responsável 2?</p> <p>1- Analfabeto 5- Ensino médio completo</p> <p>2- Fundamental incompleto 6- Superior incompleto</p> <p>3- Fundamental completo 7- Superior completo</p> <p>4- Ensino médio incompleto 8- Pós-graduação</p>
--	--

14- Você acha a cidade de Viçosa violenta? 1- Sim 2- Não

15- Como avalia a violência na cidade de Viçosa nos últimos 5 anos?

Sem violência	Pouco violenta	Violenta	Muito violenta	Extremamente violenta	Não sei responder
1	2	3	4	5	6

16- Como avalia a violência na cidade de Viçosa hoje:

Sem violência	Pouco violenta	Violenta	Muito violenta	Extremamente violenta	Não sei responder
1	2	3	4	5	6

17- Como você fica informado da violência em Viçosa?

<p>1- Jornal impresso</p> <p>2- Televisão</p> <p>3- Comentários de pessoas</p>	<p>4- Rádio</p> <p>5- Internet (redes sociais, jornais online entre outros)</p> <p>6-Outros, especifique:</p>
--	---

18 - Você ou alguém de sua família já foi vítima de violência? 1- Sim 2- Não

19- Em caso positivo na resposta anterior, qual o tipo de violência ocorreu e em qual local?

Tipo de violência	Sim/Não	Se sim, em que local a violência ocorreu?
1- Teve a residência invadida ou arrombada	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
2- Teve pertences roubados	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
3- Foi vítima de fraude e perdeu quantia significativa de dinheiro	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
4- Se envolveu em brigas ou agressões físicas	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
5- Morreu assassinado	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
6- Foi sequestrado	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
7- Foi vítima de agressão sexual	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
8-Recebeu uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique: __
9- Foi vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
10- Foi vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:

11- Teve o celular furtado ou roubado	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
12- Teve os seus conteúdos pessoais divulgados na internet	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:
13- Teve os parentes envolvidos com drogas	1- Sim/ 2- Não	1- Em casa 2- No trabalho 3- No bairro 4- No centro da cidade 5- Em outro bairro, especifique:

20- Mediante essa violência, qual foi a sua atitude ou da vítima de sua família que sofreu violência?

Atitude	Sim/Não	Local em que essa atitude foi tomada
1- Evita sair à noite	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
2- Evita sair sozinho (a)	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
3- Não frequentar festas	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
4- Evita ir em locais sem segurança	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
5- Evita locais sem iluminação	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
6- Evita falar com estranhos	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
7- Evitar usar roupas, sapatos, relógios, cordões, celulares ou qualquer outro elemento que chame a atenção	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
8- Evitar andar com muito dinheiro	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
9- Mudar de calçada quando sente uma possível situação de risco	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:
10- Não confiar em pessoas entranhas	1- Sim/ 2- Não	1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Em outros bairros, especifique:

11- Falar com estranhos na porta de casa apenas pela grade ou interfone
12- Não falar com estranhos na porta de casa
Atitude
13- Mudou de local de moradia
14 -Se pudesse mudaria de local de moradia
15- Não confiar em pessoas estranhas e próximas, apenas em amigos
16- Não confiar em ninguém que não seja um familiar
17- Colocou grades nas janelas da casa
18- Colocou grades ou muros ao redor da casa
19- Adquiriu um cachorro para vigiar a casa
20- Colocou cerca elétrica e alarme na casa
21- Colocou interfone na casa
22-Outras opções, especifique:

21- Em que situações você sente mais medo de ser vítima de violência?

Situação que gera medo	Local e intensidade do medo
1- Quando vai ao centro da cidade	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
2- Quando vai ao Shopping	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
3- Quando utiliza o ônibus	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?

4- Quando está dirigindo	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
5- Quando sai para se divertir	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
6- Quando sai para estudar	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
7- Quando sai para ir ao Banco	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
8- Quando sai para caminhar	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?
9- Outros, especifique:	Local onde sente mais medo: 1- No bairro 2- No centro da cidade 3- Na cidade de forma geral 4- Outro bairro, especifique:
	Intensidade do medo: 1- Sem medo 2- Pouco medo 3- Muito medo / Não tenho medo, por que?

22- Marque abaixo a confiança que você tem em cada instituição citada

Instituição	Não confiável	Pouco confiável	Confiável	Muito	Extremamente confiável
1- Governo municipal	1	2	3	4	5
2- Polícia	1	2	3	4	5

23- Qual o seu grau de satisfação com o policiamento em Viçosa?

Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Extremamente satisfeito
1	2	3	4	5

24- Justifique a sua resposta:

- | | |
|--|---|
| 1- A polícia cumpre a sua função | 5- A polícia não respeita as pessoas e atua de forma violenta |
| 2- A polícia exerce um excelente trabalho | 6- A polícia é preconceituosa e discriminadora |
| 3- O trabalho da polícia deveria ser mais valorizado | 7- Tenho medo de ter que me relacionar com a polícia |
| 4- A polícia apenas prende e aborda pessoas pobres | 8- A polícia não tem empenho na resolução dos crimes |
| | 9 – Outros: |

Para fins desta pesquisa são considerados espaços públicos as ruas, calçadas, praças, cachoeiras, etc.

25- Dos espaços públicos citados abaixo, responda, qual você frequenta e com que frequência?

Espaço frequentado	Frequência de utilização desses espaços					
	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre	Não sei responder
1- Praças e quadras esportivas do bairro	1	2	3	4	5	6
2- Praças e quadras esportivas em outro bairro, especifique:	1	2	3	4	5	6
3- Praças e quadras esportivas da UFV	1	2	3	4	5	6

4- Festas abertas ao público como Carnaval e Shows no bairro	1	2	3	4	5	6
5- Festas abertas ao público como Carnaval e Shows em outros bairros	1	2	3	4	5	6
6- Festas abertas ao público como Carnaval e Shows na UFV	1	2	3	4	5	6
7- Bares e clubes no bairro	1	2	3	4	5	6
8- Bares e clubes em outro bairro, especifique:	1	2	3	4	5	6
9- Festas fechadas no bairro	1	2	3	4	5	6
10- Festas fechadas em outro bairro, especifique:	1	2	3	4	5	6

26- Sobre os espaços semipúblicos, responda:

Quais você frequenta?	Onde eles se localizam?	Qual a frequência de utilização desses espaços?						Como avalia a segurança nesses espaços?				
		Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre	Não sei responder	Sem segurança	Pouco segura	Segura	Muito segura	Extremamente segura
1- Academia	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
2- Shopping	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
3- Cinema	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
4- Clubes	1- Meu bairro 2- Centro da cidade	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5

	3- Outro bairro, cite:											
5- Festas	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
6- Bares	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
7- Boates	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
8- Forrós	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
9- Quadras esportivas	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
10- Igrejas	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
11-Outros:	1- Meu bairro 2- Centro da cidade 3- Outro bairro, cite:	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
12- Não costumo sair de casa para me divertir												

- 4- Caso de violência vivenciado
- 5- Informações da polícia
- 6- Informações apresentadas pelos meios de comunicação
- 7- Informações de pessoas
- 8- Outros, especifique:

- 4- Pouco movimento de pessoas
- 5- Aspecto do bairro
- 6- Medo de sofrer algum preconceito pelos moradores

28 – Por favor, você poderia informar a renda de sua família? _____

29- Caso não queira informar o valor absoluto, marque uma das opções abaixo:

- 1- Sem renda
- 2- 1 salário-mínimo (R\$ 954,00)
- 3- Menos de 1 salário mínimo
- 4- Mais de 1 e menos de 2 salários mínimos (R\$ 955,00 – R\$ 1.908,00)
- 5- Mais de 2 e menos de 3 salários mínimos (R\$ 1.909,00 – R\$ 2.862,00)
- 6- Mais de 3 e menos de 5 salários mínimos (R\$ 2.863,00 – R\$ 4.770,00)
- 7- Mais de 5 e menos de 10 salários mínimos (R\$ 4.771,00 – R\$ 9.540,00)
- 8- Mais de 10 e menos de 20 salários mínimos (R\$ 9.541,00 – R\$ 19.080)
- 9- Mais de 20 Salários mínimos (R\$ 19.081,00 ou mais)
- 10- Prefiro não informar